

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS DA TERRA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE**

**PODER POLÍTICO LOCAL E A TERRITORIALIDADE DO VOTO NAS ELEIÇÕES  
MUNICIPAIS EM PORTO VELHO/RO (2008-2012)**

**Porto Velho**

**2015**

**HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE**

**PODER POLÍTICO LOCAL E A TERRITORIALIDADE DO VOTO NAS ELEIÇÕES  
MUNICIPAIS EM PORTO VELHO/RO (2008-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), para obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Amazônia e Políticas de Gestão Territorial).

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

**Porto Velho**

**2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**

A345p

Albuquerque, Herbet Lins

Poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais em Porto Velho/RO (2008-2012)./Herbet Lins Albuquerque. Porto Velho, Rondônia, 2015.

198 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

1. Território. 2. Poder local. 3. Porto Velho- Geografia política. I. Costa Silva, Josué da. II. Título.

CDU: 911.3:32

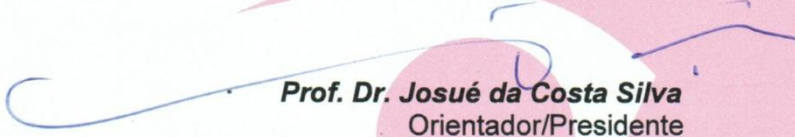
Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

### HERBERT LINS DE ALBUQUERQUE

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva** e **Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral**, reuniram-se no dia 24 de novembro de 2015, às 16 horas na Sala Rosa Ester Rossini, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "**Poder Político Local e a Territorialidade do Voto nas Eleições Municipais em Porto Velho/RO (2008-2012)**" do mestrando **Herbert Lins De Albuquerque**, matrícula 201310035. Após a explanação do mestrando e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, o candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação na Secretaria do PPGG.

Porto Velho, 24 de novembro de 2015.



**Prof. Dr. Josué da Costa Silva**  
Orientador/Presidente



**Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral**  
Examinador Interno/PPGG/UNIR



**Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva**  
Examinador Interno/PPGG/UNIR

## DEDICATÓRIA

*Às pessoas que, ao término da leitura deste trabalho de Geografia Política, possam sentir a emoção de abrir os olhos ao mundo fascinante da política e à magia das artimanhas do jogo do poder político.*

## **DEDICATÓRIA ESPECIAL**

*Este trabalho é dedicado ao meu filho, Luíz Renato,  
para que possa ir muito mais longe, sabendo que  
a vida é um contrato de risco e não há caminhos sem acidentes.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Josué da Costa Silva, pela orientação, conselhos, paciência, apoio e compreensão a minha obstinação em estudar o Poder Local e a Territorialidade do Voto nas eleições municipais de Porto Velho (RO). Agradeço, também, o carinho com que sempre respeitou minhas limitações e erros, da mesma forma que parabenizou meus acertos.

À memória do meu pai, Severino Lins de Albuquerque, que me apresentou o universo da leitura e revelou o mundo da política de *“fazer o bem sem olhar a quem”*.

À Elisete Pereira Lins de Albuquerque, mãe cuidadora e minha maior incentivadora na caminhada acadêmica.

Ao meu filho Luíz Renato, que me faz sonhar pela vida. Agora poderei me dedicar mais a você!

Aos meus irmãos José Walter, Anisberto e Roberto, que me ensinaram a acreditar no poder das palavras.

À memória da minha cunhada Maria da Penha, que nos deixou o sonho da vida no enigma da morte.

À minha cunhada Márcia Cristina, pela torcida.

Aos meus sobrinhos e as minhas sobrinhas, pelo carinho e palavras de incentivo.

A minha prima Gabriela e o seu esposo Leonardo Campos Lins, que se fizeram presentes no degrau mais difícil da minha vida.

Aos membros da família Lins, que comigo estiveram quando me obrigaram a viver como um morto-vivo nas paredes da armada do cárcere político apocalíptico.

Ao casal amigo, Maria do Socorro e José Renato Soares do Nascimento, bem como aos seus filhos Ernandes, Alexandre e José Renato Filho, que me proporcionaram descobrir Rondônia.

À Rosângela Clímaco, pelas palavras de incentivo nos momentos de angústia.

À Professora Doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva (a nossa querida Gracinha), pelo seu exemplo de amor à Geografia e pelas palavras de esperança.

Ao Professor Doutor Dorisvalder Dias Nunes, pelos conselhos acadêmicos.

Ao amigo espírita, Marcos Flávio de Oliveira, pelas preces e gestos de solidariedade nos momentos mais difíceis da minha vida.

A minha amiga Valéria Oliveira, pelas orações, carinho e solidariedade durante a minha caminhada acadêmica.

Aos irmãos da Primeira Igreja Batista de Porto Velho/RO, pelas orações e acolhida no momento mais difícil da minha vida.

Aos(as) amigos(as), todos(as)! Muito obrigado a cada um de vocês.

Aos(as) professores(as) da Universidade Estadual da Paraíba, responsáveis pelos meus primeiros passos na ciência geográfica.

Ao convívio acadêmico na Universidade Federal de Rondônia, com meu orientador, professores(as) do PPGG-UNIR, ao Labogepa, colegas do mestrado e funcionários do Departamento de Geografia.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudo que me permitiu a finalização desse estudo.

Agradeço, apaixonadamente, ao ambiente de aconchego e tranquilidade oferecido pelo município de Nova Mamoré/RO, em especial aos colegas de trabalho e aos(as) alunos(as) das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Marechal Rondon e Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, todos(as) compreensivos(as) pela minha ausência quando se fez necessário.

Obrigado Deus, por permitir vencer mais essa guerra!!!

*“Vitorino não tinha consciência para sofrer. Não sofria, não era capaz de sentir que tudo se acabara, que ele em breve veria o fim da família que fora tão grande e tão cheia de riqueza.”*

(JOSÉ LINS DO RÊGO, 1983, p. 218)

## RESUMO

A presente pesquisa, com base no estudo de poder local e a territorialidade do voto nas eleições municipais de Porto Velho (RO), no período de 2008 a 2012, tem como objetivo principal compreender como se dá a competição eleitoral e o uso do território pelo jogo do poder político local. Os levantamentos dos dados dos resultados eleitorais junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a fundamentação teórica direcionaram o estudo empírico de geografia política. Assim, esse trabalho, que tem como recorte territorial o município de Porto Velho (RO), aborda cinco linhas principais em sentido amplo, que fundamentam a pesquisa. A primeira foi promover o encontro da geografia com a política, bem como uma reflexão sobre a invenção da política, do poder e da autoridade. Por sua vez, serviu para compreender as formas de poder e seus fenômenos produzidos no uso do território no jogo do poder local. O terceiro passo se deu por um estudo geográfico da dimensão social do homem em sociedade e no espaço, o que revelou a importância do estudo da geografia do próprio homem no sentido de contribuir para a compreensão do seu convívio em sociedade e o Estado como fruto da sua invenção. O próximo passo versou sobre o poder político local, os partidos políticos e o uso do território. Desse modo, realizamos um estudo crítico dos partidos políticos, do processo político-partidário eleitoral e a territorialidade do voto. Finalizamos a presente pesquisa com a interpretação dos dados dos resultados eleitorais apresentados pelo TSE, revelando as relações no território político, a alternância ou permanência dos partidos políticos mais tradicionais e menos tradicionais no controle do poder municipal em Porto Velho (RO).

**Palavras-Chave:** Território; Poder local; Porto Velho; Geografia política.

## RESUME

La presente encuesta, basada en el estudio de poder local e territorialidad del voto en las elecciones municipales de Porto Velho (RO) entre los años de 2008 a 2012, tiene como principal objetivo comprender como ocurre la disputa electoral y el uso del territorio por el juego del poder político local. El levante de los datos de los resultados electorales junto al Tribunal Superior Electoral (TSE) y la fundamentación teórica, direccionan el estudio empírico de geografía política. Así, este trabajo tiene como límite territorial el municipio de Porto Velho (RO), y aborda cinco líneas en sentido amplio, que fundamentan la encuesta. Siendo la primera promover el encuentro entre la geografía con la política, además de una reflexión sobre la invención de la política, del poder y de la autoridad. Sirvió también para comprender las formas de poder y sus fenómenos producidos por el uso del territorio en el juego de poder local. El tercer paso se dio a través de un estudio geográfico de la dimensión social del hombre en sociedad y en el espacio, lo que reveló la importancia del estudio de la geografía y del propio hombre con el objetivo de contribuir para la comprensión de su convívio en sociedad y con el Estado, como fruto de su invención. El siguiente paso trató sobre el poder político local, partidos políticos y uso del territorio. De este modo, realizamos un estudio crítico de los partidos políticos, del proceso político-partidario electoral y la territorialidad del voto. Finalizamos este trabajo con la interpretación de los datos de los resultados electorales presentados por el TSE, revelando las relaciones en el territorio político, alternancia o permanencia de los partidos políticos más tradicionales y menos tradicionales e nel control del poder municipal en Porto Velho (RO).

**Palabras Clave:** Territorio; Poder local; Porto Velho - Geografía Política.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Exemplificação do cálculo de vagas proporcional.....	121
Tabela 02	Exemplificação do cálculo de vagas proporcional para coligações.....	122
Tabela 03	Exemplificação do cálculo de vagas por sexo.....	123
Tabela 04	Perfil demográfico e eleitoral de Porto Velho (RO).....	141
Tabela 05	Resultado eleitoral das eleições 2008.....	150
Tabela 06	Resultado eleitoral do primeiro turno das eleições de 2012.....	161
Tabela 07	Resultado eleitoral do segundo turno das eleições 2012.....	171
Tabela 08	Patrimônio pessoal e gastos de campanhas nas eleições de 2008.....	174
Tabela 09	Patrimônio pessoal e gastos de campanhas nas eleições de 2012.....	176

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Zonas eleitorais na cidade de Porto Velho (RO).....	137
---------	---	-----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Descoberta da Terra, de Candido Portinari (1941).....	33
Figura 02	Pontos turísticos de Porto Velho/RO, do artista plástico rondoniense Assis Chateaubriand.....	54
Figura 03	Início da colonização do município de Porto Velho (RO).....	58
Figura 04	Trabalhadores na oficina ferroviária da EFMM de Porto Velho (RO).....	59
Figura 05	Imagem aérea do município de Porto Velho (RO).....	60
Figura 06	O tabuleiro de xadrez redondo (2014).....	81
Figura 07	Urna eletrônica brasileira.....	94
Figura 08	Articulação do Partido Cristão Belga.....	99
Figura 09	Organograma da estrutura do Partido dos Trabalhadores (PT)	100
Figura 10	Sopa de letrinhas.....	131
Figura 11	Zezé de Camargo e Luciano em showmício com Lula, em 2002, Porto Alegre (RS).....	139
Figura 12	Prefeito Roberto Sobrinho (PT), seguido do empresário Emerson Castro (PMDB) e o senador Valdir Raupp (PMDB)...	145
Figura 13	Prefeito Roberto Sobrinho ladeado de assessores vistoriando obras com recursos da compensação ambiental das Usinas Hidrelétricas do Madeira.....	153

Figura 14	A candidata petista, Fátima Cleide, recebendo em palanque o apoio do prefeito Roberto Sobrinho, também do PT.....	158
Figura 15	Pesquisa do Ibope divulgada a dois dias da eleição do primeiro turno no pleito de 2012.....	159
Figura 16	Imagem capturada da propaganda eleitoral da candidata tucana Mariana Carvalho (PSDB).....	162
Figura 17	Candidato a prefeito, Mário Português (PPS), “atropelado” na disputa eleitoral por sua própria linguagem política.....	163
Figura 18	Candidato a prefeito, Lindomar Garçon (PV), atrapalhado com a sua própria linguagem política.....	165
Figura 19	Candidato a prefeito, Mauro Nazif (PSB), caminhando nas ruas de Porto Velho durante a campanha.....	166

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Elementos da política tradicional brasileira.....	76
Quadro 02	Partidos brasileiros agrupados por correntes ideológicas.....	108
Quadro 03	Perfil das coligações majoritárias 2008.....	143
Quadro 04	Perfil das coligações majoritárias 2012.....	157
Quadro 05	Partidos políticos.....	192

## LISTA DE SIGLAS

<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>CANDEX</b>	Sistema de Candidaturas – módulo externo – TSE
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>DIVULGACAND</b>	Divulgação de candidatura – TSE
<b>EFMM</b>	Estrada de Ferro Madeira Mamoré
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>NOVO</b>	Partido Novo
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PCO</b>	Partido da Causa Operária
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PEN</b>	Partido da Ecologia Nacional
<b>PHS</b>	Partido Humanista da Solidariedade
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PL</b>	Partido Liberal
<b>PMB</b>	Partido da Mulher Brasileira
<b>PMN</b>	Partido da Mobilização Nacional
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PPGG</b>	Programa de Pós-Graduação em Geografia
<b>PPL</b>	Partido Pátria Livre
<b>PPS</b>	Partido Popular Socialista
<b>PR</b>	Partido Republicano
<b>PRONA</b>	Partido da Reorganização da Ordem Nacional
<b>PROS</b>	Partido Da Reorganização da Ordem Social
<b>PRP</b>	Partido Republicano Progressista
<b>PRTB</b>	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSD</b>	Partido da Social Democracia
<b>PSDB</b>	Partido da Social-Democracia Brasileira
<b>PSDC</b>	Partido da Social Democracia Cristã
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PSTU</b>	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
<b>PTdoB</b>	Partido Trabalhista do Brasil
<b>PTN</b>	Partido Trabalhista Nacional
<b>PV</b>	Partido Verde
<b>REDE</b>	Rede Sustentabilidade
<b>SD</b>	Solidariedade
<b>SPCE WEB</b>	Sistema de Prestação de Contas Eleitorais via Internet
<b>TRE</b>	Tribunal Regional Eleitoral
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>UNIR</b>	Universidade Federal de Rondônia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A DIMENSÃO SOCIAL DO HOMEM EM SOCIEDADE E NO ESPAÇO.....</b>	<b>33</b>
1.1 A Geografia do próprio homem.....	37
1.2 O Estado como invenção do homem.....	43
1.3 O homem, a sociedade e o Estado.....	47
<b>CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO E PODER LOCAL.....</b>	<b>54</b>
2.1 Aspectos metodológicos do estudo empírico.....	55
2.2 Trilhando o caminho teórico-metodológico da pesquisa.....	61
2.3 Poder político local, conflitos e territórios políticos.....	66
<b>CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA E O SEU ENCONTRO COM A POLÍTICA.....</b>	<b>81</b>
3.1 A invenção da política, do poder e da autoridade.....	87
3.2 As formas de poder e seus fenômenos.....	90
<b>CAPÍTULO 4 – PODER POLÍTICO LOCAL, PARTIDOS POLÍTICOS E O USO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>94</b>
4.1 Poder político local.....	110
4.2 Os partidos políticos.....	118
4.3 O processo político partidário e eleitoral.....	120

<b>4.4 Financiamento de campanha, arrecadação, gastos e prestação de contas.....</b>	<b>125</b>
<b>4.5A Territorialidade do voto.....</b>	<b>126</b>
<b>CAPÍTULO 5 – ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PORTO VELHO: ESTRATÉGIA PARTIDÁRIA E USO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>131</b>
<b>5.1 O que vem antes da competição eleitoral e uso do território?.....</b>	<b>134</b>
<b>5.2 Eleições 2008 e Uso do Território: o desejo de continuidade.....</b>	<b>141</b>
<b>5.3 Eleições 2012 e Uso do Território: a bagaceira eleitoral.....</b>	<b>154</b>
<b>5.4 Conservadorismo político do eleitor e tradicionalismo dos partidos políticos prevaleceu no segundo turno da eleição.....</b>	<b>169</b>
<b>5.5 A Fábula do financiamento e gastos de campanha nas eleições municipais de Porto Velho (2008-2012).....</b>	<b>172</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>191</b>

## APRESENTAÇÃO

Tudo se fez novo com o retorno ao convívio acadêmico! Cheguei em meados do mês de dezembro de 2005 a Rondônia com o intuito de passar umas férias no município de Nova Mamoré – Região de Fronteira. O convite partiu de um rondoniense, filho de um conterrâneo paraibano, que se encontrava estudando em João Pessoa, capital da Paraíba – terra em que nasci e me criei.

A magia proporcionada pela exuberante floresta amazônica na região de fronteira, somada as suas lendas geo-históricas, encantou-me de tal forma que essas férias já perduram por quase dez anos.

Motivado para viver novas experiências, decidi ficar, ou seja, ser mais um bandeirante em Rondônia. Por sua vez, precisando sobreviver, dediquei-me aos estudos e passei em concursos públicos, tornando-me professor de geografia no Ensino Fundamental da rede pública de ensino municipal.

Passados dois anos distante da militância política da Paraíba, a *mosca azul reaparece*<sup>1</sup>. Quando feito o convite pela Executiva Nacional, aceitei o desafio sem pestanejar para ser o novo presidente estadual do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) no Estado de Rondônia. Porém, tornei-me presidente estadual de uma agremiação partidária sem expressão alguma nos cenários políticos nacional, regional e local.

A responsabilidade como dirigente estadual de um partido exigia a presença constante na capital para receber lideranças, responder aos trâmites burocráticos exigidos pela justiça eleitoral e realizar articulações políticas com o objetivo de fazer crescer a legenda no Estado.

Desse modo, veio a necessidade de residir na capital Porto Velho/RO, cidade até então desconhecida totalmente para mim, mas conhecida nacional e internacionalmente devido aos aspectos históricos do período da borracha e o mais recente, da construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira.

---

<sup>1</sup>Originou-se num poema de Machado de Assis ao afirmar que uma pessoa quando “mordida pela mosca azul” se mostra deslumbrada com o poder.

A dinâmica da militância política como dirigente partidário me afastou da sala de aula e, conseqüentemente, fez-me perder totalmente o elo com a geografia. Mas confesso: o trabalho político-partidário provocava angústias por não conciliar as duas situações.

Trilhei por vários caminhos, mas nenhum me levava de volta à geografia. Minha primeira experiência como dirigente partidário exigia muita dedicação e articulação política para estruturar o partido nos 52 municípios existentes no mapa de Rondônia.

Nesse meio tempo, atualizava meu blog pessoal, ferramenta que serve até hoje para apresentar meus questionamentos sobre o cotidiano, expressar minhas opiniões e posições políticas, além de contos e prosas. Foi daí que surgiu o convite para tornar-me colunista político do Jornal Estadão do Norte.

Então, nesse limiar, aumentava a angústia pela distância da geografia. Timidamente, recomeçamos algumas leituras e começamos a observar que, pela primeira vez na história, a maioria dos seres humanos vive nas cidades – centros urbanos. Por isso, o município na escala mundo é visto como uma unidade local.

Portanto, a vida em comunidade se tornou relevante para a presente reflexão geográfica, ou seja, como vivem e convivem as populações na cidade e no campo? Que tipo de cultura está surgindo nos espaços construídos na *nova ordem mundial*? Como se relacionam as cidades umas com as outras? Em que termos essas relações se apresentarão no futuro? Essas e muitas outras perguntas podem ser feitas pela geografia em escala local, regional, nacional e global.

Sob o ponto de vista da geografia, os fenômenos políticos produzidos nos territórios urbanos criam muitos desafios ainda sem solução nas mais diversas escalas. Nesse caso, requerem dos municípios brasileiros adaptações e novas formas de gestão político-administrativa.

No mundo moderno, o local, o regional e o nacional têm que se ajustar às condições impostas pelo capital global. Com isso, o município deve ser organizado por uma gestão territorial marcada pela eficácia. No caso do Brasil, a problemática da gestão municipal se apresenta de maneira complexa, devido aos contrastes produzidos pelas profundas desigualdades sociais existentes no país.

Nesse contexto, o local como problema sempre nos despertou curiosidades, principalmente quando observamos no município o convívio entre a riqueza e a

pobreza, os espaços luminosos e os opacos, a dinâmica ou a atrofia econômica, os padrões de vida elevados e os indignos.

Desse modo, para iniciar um trabalho de pesquisa se faz necessário utilizar um método para explicar a linha de pensamento que conduzirá a análise da problemática questionada. Contudo, a solução de um problema leva a outros, querendo ou não, o que também pode os deixar sem solução, mesmo que seja momentaneamente.

Sendo assim, encontrar ou não a solução de um problema no jogo da vida significa produzir um resultado final, seja de forma positiva ou negativa. Desse modo, para formular nosso problema levamos em consideração os fenômenos que se manifestam no uso do território pelo jogo do poder político local, o que rendeu noites sem dormir e muitos dias de angústia para trilhar um caminho metodológico que servisse de compreensão e análise geográfica do poder político local, bem como a territorialidade do voto nas eleições municipais de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

Diante de todos os questionamentos narrados até aqui, mergulhamos numa profunda reflexão sobre os seguintes temas: a dimensão social do homem, o partidário-eleitoral, o exercício do poder e os meandros do jogo do poder político local. Tal interesse nos levou a procurar a academia geográfica.

Depois de três anos de hibernação geográfica, ou seja, de ter ficado afastado da sala de aula como professor de geografia devido ao meu envolvimento direto como dirigente político-partidário, da preparação do partido para o enfrentamento da campanha eleitoral de 2010 e, em seguida, para exercer o cargo de assessor especial na Casa Civil do Governo do Estado de Rondônia, verifiquei que tais atividades não me completavam, pois sentia falta da geografia. Daí, fui buscar na Geografia Cultural de Claval (2001) o limiar para responder aos meus questionamentos iniciais, reforçando, assim, o interesse pelo estudo em escala local.

Nessas condições, procuramos a academia geográfica manifestando o anseio de fazer parte do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Modos de Vidas e Culturas Amazônicas – GEPCULTURA, que desenvolve suas pesquisas no âmbito da graduação e pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Fui orientado a participar da leitura das obras de Platão e dos bate-papos geográficos oferecidos como atividade extracurricular. Senti-me motivado com a acolhida acadêmica no âmbito do grupo de pesquisa, proporcionando o meu retorno ao universo da Academia Geográfica. Desde então, encontrei nesse ambiente as orientações necessárias para percorrer o caminho que levasse a me tornar um pesquisador.

O Gepcultura foi o meu alicerce e a minha base de superação após a Operação Apocalipse – venceu a honra. Sendo assim, as dificuldades surgidas nas adversidades pessoais da vida privada foram superadas e não se tornaram impedimento para a elaboração do projeto de pesquisa que foi submetido à avaliação de uma conceituada banca do processo de seleção do PPGG/UNIR, obtendo, assim, a devida aprovação.

Matriculado no Programa, veio o cumprimento dos créditos: seminários, leituras, fichamento, produção acadêmica, idas a campo e busca pela compreensão dos conceitos geográficos, de maneira que tornou o nosso caminho mais claro depois do tropeçar no degrau mais difícil da minha vida, ou seja, ressuscitou-me da morte estando eu vivo entre as paredes da armada apocalíptica – cárcere político.

Mas como sempre dizia o meu orientador, Professor Doutor Josué: “a geografia ressuscita o homem”. Tais palavras foram encorajadoras para retomar, com muita dificuldade, as atividades estabelecidas pelo cronograma do estudo de pesquisa proposto na elaboração do projeto de qualificação e conclusão da dissertação do mestrado.

Para nossa felicidade, foi nesse ambiente que encontramos as respostas necessárias à sistematização de tópicos e conteúdos para o estudo, organizando-os de forma lógica, coerente aos propósitos e às formas de produção do trabalho científico. Aprendemos o processo de como realizar uma pesquisa geográfica, a formalizar o problema, desde o método e a metodologia utilizados para se chegar aos respectivos resultados – atendendo aos requisitos acadêmicos da produção científica – com o intuito de responder às indagações formuladas.

Então, ocorreu a mudança de latitude: deixei de residir em Porto Velho para retornar a viver no município de Nova Mamoré/RO, localizado na região de fronteira do Brasil com a Bolívia. Nesse lugar que exerço a profissão de professor de

geografia – 60h (sendo 20h na cidade e 40h no campo), contratado por concurso público, foi que escrevi o projeto de qualificação e a presente dissertação.

Nessa atmosfera, sem fugir dos objetivos específicos estabelecidos no projeto de pesquisa, a princípio pensamos o seguinte: trabalhar o uso do território pelo poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais de Porto Velho (RO) é um desafio a ser vencido por ser uma pesquisa empírica e de tema inédito, fazendo com que aumentasse a nossa responsabilidade.

Desse modo, definimos o tema como sendo: poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais de Porto Velho/RO, com base na Geografia Política. Em seguida, mediante os resultados das urnas, determinamos o período correspondente às duas eleições municipais realizadas nos anos de 2008 e 2012 a serem analisados. Por fim, definimos a escala local para realização da pesquisa empírica e o território como categoria de análise geográfica.

Mesmo assim, encontramos pelo caminho quem dissesse que o fracasso era evidente. O trabalho de pesquisa não seria concluído, prejudicando, assim, o PPGG/UNIR. Como problemas fazem parte da realidade dos pesquisadores e do ser humano em geral, ou seja, como *a vida é um contrato de risco e não há caminhos sem acidentes*, reconhecemos que todo recomeço é difícil, principalmente quando pessoas tentam fazer acreditar que você nasceu para ser um fracassado.

Portanto, a socialização do conhecimento, as descobertas e as redescobertas proporcionadas pela geografia nos fez acumular conceitos e indicou caminhos para o desenvolvimento de novos saberes, levando-nos à superação das adversidades surgidas pela trajetória acadêmica.

Desse modo, vale ressaltar que tais atividades desenvolvidas no âmbito do Gepcultura e do PPGG/UNIR contribuíram para tornar-me um pesquisador criativo (potencial intelectual). Daí, o rigor metodológico na produção acadêmica exigida pelo orientador proporcionou a clareza das ideias, o cuidado na escrita, a consistência na argumentação e na apresentação gráfica – pré-requisitos para um trabalho com qualidade, o que é uma exigência da comunidade científica.

Os desígnios de Deus, a vontade pessoal, a dedicação e a determinação para se tornar um vencedor, sem esquecer dos altos e baixos nessa trajetória acadêmica, fizeram-me acreditar que todos *nós podemos* fazer milagres e ressurgir das cinzas como a fênix. Neste sentido, o âmbito acadêmico nos levou a suprir as

desvantagens com relação ao tempo fora da academia – “se todos podem, você também pode fazer melhor” – era com essas palavras, o tempo todo, que o orientador da presente pesquisa me reanimava.

Portanto, a nossa fé e o encorajamento fornecido pelo orientador dessa relevante pesquisa foram as bases para aprender a lutar pela sobrevivência acadêmica – “*desistir é a saída dos fracos*”. Nesse particular, enxergar além do que se vê serviu para mostrar o quanto somos abençoados com incríveis dons e habilidades dados por Deus – encontramos o caminho da superação.

Desta forma, ao defender essa dissertação terei a maior satisfação e prazer em continuar procurando resultados para aqueles problemas que teimam em continuar sem solução. Isto é, para entendermos as problemáticas permanentes que privilegiam o debate em torno de um Estado democrático a partir dos poderes locais, da participação social – envolvendo diretamente os cidadãos e as novas formas de gestão do território – e da descentralização entre os poderes nas escalas subnacionais.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre o poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais em Porto Velho/RO (2008-2012) não é só pertinente, quanto louvável o seu desenvolvimento para a geografia política. Relevante não só pela escolha do tema, mas porque traz à discussão um elemento essencial para a democracia, que é a participação social—manifestada no dia da eleição, através do voto na urna no âmbito da escala local, ponto alto de qualquer democracia representativa.

A escolha do tema se insere na geografia política com a perspectiva de apresentar ao universo acadêmico e à comunidade em geral um estudo empírico ainda não realizado no município de Porto Velho – capital do Estado de Rondônia –, no tocante aos meandros da política local.

Porto Velho é um importante município no cenário regional amazônico, primeiramente pela função administrativa, pois abriga as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado, depois, pela sua localização geoestratégica como importante corredor de exportação e, finalmente, por sua dinâmica economia local: agroindustrial, energética, extrativa – florestal e mineral –, comércio e prestação de serviços.

É um município, portanto, que sempre renasce pela intervenção do Estado. Neste sentido, marcado pela rugosidade da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), pela abertura da rodovia federal (BR 364), pela exploração extrativa – vegetal, mineral e agropecuária –, pela construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira e pela modernização do porto graneleiro. Mediante esse relato, fica fácil entender a influência de Porto Velho sobre o espaço rondoniense e, de modo geral, na Amazônia e com os países fronteiriços.

Portanto, ao destacarmos a *influência* que exerce Porto Velho sobre o conjunto do seu território e da região da Amazônia Ocidental, torna-se relevante para a geografia política estudar os fenômenos em escala local, o que fez aumentar a responsabilidade estabelecida do pesquisador com o centro de interesse científico.

Nessas condições, também aumenta o compromisso do pesquisador *face* aos homens e às mulheres que ele estuda e cujo território analisa. Sendo assim, buscamos com a presente pesquisa geográfica apresentar esse compromisso dado por uma reflexão inicial sobre a importância da política para a sociedade e o uso do território no exercício de poder.

Desse modo, inicialmente, faz-se necessária a compreensão do conceito de território dado pela geografia anteriormente, ou seja, a conceituação de território se referia principalmente às relações de dominação – as noções de Estado e de identidade nacional estabelecidas pelas fronteiras políticas.

Com o passar dos tempos, a noção de território dada pela geografia passou a considerar as relações de apropriação e os sentimentos de pertencimento que foram sendo incorporados a essa noção, trazendo novas possibilidades de observação e percepção geográfica da realidade.

Portanto, o termo território se refere ao *uso* que as comunidades e as sociedades humanas fazem do espaço. Por ser o território o universo do homem, que envolve o cotidiano da vida de cada indivíduo, da produção material, da circulação e do consumo do que ele produz, bem como das *grandezas* subjetiva, cultural, moral, ética, simbólica, estética, etc. Nesse sentido, os vínculos sociais, simbólicos e rituais no uso do território, pelos diversos grupos sociais, sempre estiveram associados a relações de poder.

A associação da relação de poder se dá pela política devido à importância dos fenômenos que se manifestam no uso do território, lembrando que alguns autores, no decorrer da história, consideraram a política como sendo uma *luta pelo poder*. Portanto, o homem quando se exime de conhecer os meandros da política, sofre as consequências drásticas por deixar de discuti-la nos espaços de participação social.

A participação política do homem significa a sua transfiguração para continuar a existir na sociedade. O significado dessa transfiguração é, antes de qualquer coisa, a transformação do indivíduo opaco e omissor, num ser luminoso e social participativo, fazendo da política parte do seu cotidiano. Sendo o homem um ser político desde quando passou a viver em sociedade, nesse caso, não pode deixar de exercer o seu poder nos espaços de tomadas de decisões.

O exercício de poder no Brasil, após a Ditadura Militar (instalada por mais de 20 anos), ocorreu como processo de abertura política em meio a década de 1980 e com a promulgação da Constituição de 1988, fez com que o país sofresse uma importante mudança no cenário político que marcou a descentralização do poder.

No regime militar, o cidadão era um indivíduo opaco – sem luz própria –, ou seja, fazia parte de uma massa de manobra sem direito à liberdade de expressão e à participação social na tomada de decisões. Por sua vez, com a nova Carta Magna promulgada e vigente no país, o cidadão passou a viver numa democracia representativa, com direito ao voto direto para eleger seus representantes através de eleições livres em escala local, regional e nacional.

A nova constituição adotada assegurou diversas garantias constitucionais no sentido de proporcionar maior efetividade aos direitos fundamentais e aos valores democráticos. Por sua vez, faz aparecer o poder local como personagem da descentralização político-administrativa do Estado.

A descentralização político-administrativa proporciona aos cidadãos a participação popular mediante o seu exercício de poder. Tal participação acontece pelos mecanismos de controle social criados pela nova Carta Magna de 1988. Nesses mecanismos, dentre eles os conselhos, as audiências públicas, os orçamentos participativos, a consulta popular, o plebiscito/referendo, etc., o cidadão é convidado pelas esferas dos poderes executivo e legislativo a *opinare* sobre a tomada de decisão com relação aos atos administrativos.

Através do voto na urna em eleições livres, a sociedade ganhou poder e ao indivíduo social foi delegada a responsabilidade de tornar-se um fiscalizador dos representantes eleitos. Por sua vez, os mecanismos de participação já mencionados anteriormente garantem, assim, maior participação nos espaços de poder e de tomadas de decisões.

Sendo o voto o exercício de poder do eleitor no momento da realização do pleito eleitoral para escolha dos seus representantes em qualquer escala, entendemos que o sufrágio não deve ser compreendido apenas no dia da eleição, mas pensado antes, durante e após a realização do pleito eleitoral.

A presente pesquisa, no seu trajeto, revela que o *voto* é fundamental para o exercício pleno da democracia, pois, por meio dele, o *ser humano* pode escolher os

representantes que defenderão seus interesses no que diz respeito à vida local, regional e nacional.

Por ser a democracia o sistema de governo no Brasil, o nosso conhecimento *a priori* com relação ao exercício do poder político e ao jogo de poder, despertou o nosso interesse pelo princípio da participação política do indivíduo social nesse jogo de poder político local e uso do território na competição eleitoral.

Sob a luz da geografia política, pudemos demonstrar, com clareza para o leitor da presente pesquisa, que um dos principais pilares do sistema democrático é a “soberania popular”, princípio esse que define que *todo poder emana do povo* através da participação social, dada por meio do voto nas eleições, consultas populares e, por último, pela iniciativa popular.

Tendo em vista a escala de relevância, seja ela considerada maior ou menor por alguns, não serão abordados os temas: *consulta* ou *iniciativa popular*; deixaremos para fazer essa discussão em outro momento. Todavia, nosso limiar se pauta pelos elementos da democracia e da participação social manifestados através do voto nas eleições em escala local.

Desse modo, faz-se necessário deixar bem claro que o ponto alto da democracia não se resume apenas ao dia da eleição para escolha dos representantes pelo *voto proporcional* ou *majoritário*, mas se dá, também, pela efetiva participação do *ser humano* no momento das suas escolhas numa sociedade democrática representativa.

Por isso, a eleição para escolha de representantes pelo voto direto e secreto é a principal característica de um país democrático. Portanto, o exercício do poder através da participação de forma permanente nos mecanismos de controle social possui, ainda, a sua relevância na democracia representativa. Com isso, na presente pesquisa fica nítida a relevância da realização das eleições para escolher os representantes para o preenchimento dos cargos eletivos nos poderes executivos e legislativos.

Nas eleições escolhemos os representantes que vão defender e representar o interesse do povo, isto é, eleger aqueles que são capazes de mudar a vida do homem para melhor ou para pior. Por isso, quando discutirmos a territorialidade do voto nas eleições municipais, estaremos apresentando, também, uma reflexão sobre

a importância da *informação* para o eleitor com relação de quem tenta conquistar a confiança do seu voto.

Desse modo, consideramos que o ponto alto do processo eleitoral é a *informação*, uma vez que tais informações são colocadas pelas propostas e projetos de candidatos envolvidos no pleito eleitoral. Por sua vez, as propostas e projetos são apresentados em discussão com a sociedade no sentido de procurar melhorar a vida de quem vive na cidade e no campo.

Surge, então, a discussão em torno do voto consciente na democracia representativa, pois, mesmo com muitas pessoas descrentes da política no Brasil, o voto consciente é o ponto crucial para o resultado final da eleição. O eleitor tem, assim, a oportunidade de escolher quem realmente pode melhorar ou mudar a realidade de onde vive, nesse caso, o município.

Quando nos referimos a melhorar ou mudar uma realidade, queremos dizer com isso que o exercício de poder, na tomada de decisão expressa pelo voto na urna, pode tornar os territórios mais justos ou injustos, com menos ou com mais desigualdades sociais. Todavia, é onde todos os indivíduos podem ter uma vida digna, garantindo, desta maneira, o seu bem-estar.

Portanto, o conhecimento *a priori* acumulado como dirigente partidário, exercido ao longo de sete anos em nível local, regional e nacional, levou-nos a fazer perguntas sobre a relevância da participação política e social – ponto alto da democracia representativa.

Ampliamos nossos questionamentos no sentido de compreender os fenômenos que são produzidos antes, durante e depois de uma competição eleitoral no uso do território. Nesse particular, possibilitou a inserção do poder local numa perspectiva do exercício de poder e participação social mediante o voto durante a realização do pleito eleitoral.

Essas interfaces fizeram surgir o tema *Poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais de Porto Velho (2008-2012)*. Desse modo, encontrar as respostas necessárias às indagações previamente colocadas por nós em relação ao interesse na política partidária e na participação popular forjada pelo poder local. Por sua vez, levamos em consideração o princípio da igualdade expresso pela nossa Constituição de 1988 quando assegura, a todos os cidadãos, a igualdade perante a lei.

Outro ponto relevante da presente pesquisa é o princípio da descentralização político-administrativa concebida pelos mecanismos participativos estabelecidos na Carta Magna vigente no país. Desse modo, as palavras poder, local, política, território, voto e participação estarão em evidência no presente estudo mediante o referencial teórico.

O capítulo 1 apresenta uma reflexão da dimensão social do homem em sociedade e no espaço. Discute-se, primeiramente, a natureza humana e a sociabilidade, ou seja, se o seu convívio em sociedade permite a sua humanização. O limite temporal dessa primeira análise versou sobre a contextualização da razão do ser, o espaço visto como instância social e as manifestações de fenômenos políticos a partir dos partidos políticos no uso do território e do seu papel no governo das sociedades humanas. Assim, a geografia do próprio homem revela como o homem produziu o espaço a partir da ocupação e uso através da técnica que inventava elementos indispensáveis para garantir o seu sustento e a sobrevivência da sua família – o espaço é social. Dada a configuração do homem em sociedade e na paisagem cultural, fez-se necessário apresentar uma reflexão do Estado como invenção do homem. Por fim, reorganizamos uma breve análise sobre a contraposição entre o Estado, o homem e a sociedade civil organizada no uso do território.

O capítulo 2 tem como objetivo principal apresentar os aspectos metodológicos do estudo empírico realizado no município de Porto Velho/RO sobre a manifestação de fenômenos políticos durante a competição eleitoral e o uso do território pelos que fazem o jogo do poder em escala local. Por sua vez, apresentamos uma reflexão histórico-geográfica dos processos de ocupação e da sua formação territorial. Além disso, uma breve análise da sua política local nos primórdios da colonização até o período da redemocratização do país. Por fim, a discussão do método, os aspectos teóricos de análise da territorialidade do voto, a conceituação de poder, a observação dos conflitos e os territórios políticos serviram como elementos norteadores para analisar as duas últimas eleições municipais realizadas em 2008 e 2012 através da análise e da interpretação dos dados do TSE, mediante os resultados eleitorais.

A finalidade do capítulo 3 é a de contar e explicar o encontro da geografia com a política. Desse modo, apresentamos uma conceituação de poder, do

exercício do poder e do jogo do poder no uso do território. Por conseguinte, apresentar uma compreensão da palavra política e das relações–fenômenos políticos e sociais– dos indivíduos de uma sociedade estabelecidas no território. Nesse mesmo capítulo, ainda apresentamos uma análise mais detida versando sobre a invenção da política, do poder, da autoridade e das formas de poder e seus fenômenos, principalmente quando se pretende forjar o conhecimento para melhor compreensão do jogo de poder político e do uso do território em escala local.

O capítulo 4 apresenta um estudo sobre o poder local, os partidos políticos e o uso do território, levando em consideração as condições impostas pelas complexidades das sociedades no território político em questão. O que fez necessário traçar a trajetória histórico-geográfica da prática social dada pela participação popular e pela representação política.

Nesse mesmo capítulo, conceituamos a democracia e explicamos os tipos de democracia. A percepção do exercício do poder no território político trilhou pela compreensão do termo poder político local e a explicação da estrutura e do funcionamento dos partidos políticos, bem como sua inserção na competição eleitoral desde a preparação para participar do pleito, do financiamento de campanha, da arrecadação, dos gastos, da prestação de contas e da territorialidade do voto.

O capítulo 5 revela as estratégias partidárias e o uso do território pelo jogo do poder político local. O estudo empírico apresenta a análise dos resultados eleitorais das eleições municipais realizadas nos anos de 2008 e 2012 fornecidos pelo TSE. Nesse último plano, verificaram-se as alternâncias ou permanências dos partidos mais tradicionais e menos tradicionais nos espaços de poder de decisões através da competição eleitoral.

Ao observar o movimento dos personagens envolvidos na disputa eleitoral e a interpretação dos resultados mediante a territorialidade do voto no exercício do poder local, revelam-se os fenômenos que tornam o competidor um vencedor do pleito pela disputa do comando da prefeitura do município de Porto Velho – espaço de poder de tomadas de decisões em escala local.

Finalizamos o presente estudo apresentando a fábula do financiamento e dos gastos de campanha nas eleições com base nas informações contidas no SPCE WEB – TSE. Sendo assim, a análise serviu para revelar o patrimônio pessoal de

cada personagem envolvido na competição eleitoral e seus gastos pessoais com a campanha, bem como o peso do capital que pode (ou não) influenciar no resultado final do pleito.

## CAPÍTULO I

### A DIMENSÃO SOCIAL DO HOMEM EM SOCIEDADE E NO ESPAÇO

Figura 01 – Descoberta da Terra, de Cândido Portinari (1941).



Fonte: Disponível em: [www.namidiacom.wordpress.com](http://www.namidiacom.wordpress.com) (2012).

*“A cidade é uma criação da natureza, e que o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade], [...] por natureza e não por mero acidente, não tivesse sua existência na cidade, seria um ser vil, superior ou inferior ao homem [...] é animal político em um grau muito mais elevado que as abelhas e os outros animais que vivem reunidos [...].”*

(Aristóteles, 2007, p. 56)

## A DIMENSÃO SOCIAL DO HOMEM EM SOCIEDADE E NO ESPAÇO

A geografia cultural e da natureza humana (CLAVAL, 2001) revela que a sociabilidade é uma tendência natural do homem e, portanto, é fundamental para existência do ser humano. Tal consciência dessa existência, como seres vivos e racionais, remete o homem ao mundo social. Sendo assim, a vida do homem é compartilhada desde o momento da sua concepção até a sua morte. Esse aprende a fazer escolhas–livre arbítrio – e torna-se um ser social (ARISTÓTELES, 2007), ou seja, a capacidade de tomar decisões por conta própria, ao contrário dos animais que, basicamente, agem por instinto.

Quando em vida, o homem desenvolve a capacidade de demonstrar qualidades como amor e justiça (ARISTÓTELES, 2007) e, nesse particular, satisfaz suas necessidades cooperando para a melhoria da qualidade de vida em sociedade. Portanto, mesmo sendo o reflexo do Criador, não nascemos humanos e nem seres sociais, pelo contrário, tornamo-nos humanos e seres sociais pela educação que recebemos no convívio em sociedade.

O convívio em sociedade permite ao homem a sua humanização. Nesse caso, a organização social acontece na medida em que o indivíduo se organiza em grupos sob um determinado sistema econômico com base no trabalho, na distribuição e no consumo, submetendo-se às leis sociais e históricas criadas em cada sociedade.

Corroborando com essa ideia, Cassirer (2003, p. 59-60) deixa claro que

*por um primeiro ato de identidade, o homem afirma a sua unidade fundamental com os seus antepassados animais ou humanos – por um segundo ato identifica a sua própria vida com a vida da natureza. Na verdade, não se podem distinguir com precisão os dois domínios. Encontram-se no mesmo nível: para a mente primitiva a natureza não é uma coisa física governada por leis físicas. Uma única sociedade – a sociedade da vida – inclui e abrange todos os seres animados e inanimados. (...) Para que esta vida se mantenha é necessário renová-la constantemente. Mas esta renovação não é concebida em termos meramente biológicos. Mesmo aqui a persistência da raça humana depende de ações sociais e não fisiológicas [grifos nossos].*

Portanto, o homem só se torna civilizado porque nasce e cresce no meio da sociedade, uma vez que as *ações sociais* o ensinam e lhe mostram como fazer. A consideração acima é assertiva em relação à unidade fundamental do homem com seus antepassados por ser ele produto do meio. A criança, então, nasce, cresce e vive dentro de grupos sociais. Sendo assim, o primeiro convívio é no seio da família e aos poucos estabelece outros contatos como: vizinhança, creches, escolas, igrejas e amigos de infância.

Quando a criança chega à fase da adolescência, descobre o grupo a que pertence com outros jovens no convívio social do clube de lazer, do grupo de estudos da escola, da torcida organizada do time de futebol, nos ambientes das religiões, baladas e, na fase adulta, na universidade, no ambiente de trabalho, na entidade de representação de classe, na militância no partido político, nas associações, dentre outros.

Em todos os lugares mencionados anteriormente, o ser social exerce relações interpessoais com outros seres sociais, diferentemente da vida selvagem que estabelece suas relações com o mundo natural. Para Cassirer (2003, p. 60), “até certa idade, a da puberdade, a criança é considerada e tratada como uma entidade meramente natural” e, passada essa fase, “torna-se um adulto, um membro da sociedade”.

Somos seres individuais e nos tornamos seres sociais no convívio em sociedade e através das relações que estabelecemos com o mundo. O homem torna-se um ser social, pois ele não consegue viver sozinho, sem o convívio com seu semelhante, por isso ele vive em sociedade. Desta forma, o indivíduo tem a necessidade de pertencer a um determinado grupo social, seja a família, a escola, o trabalho ou outro, bem como de compartilhar o seu tempo e espaço.

Esse convívio social do homem lhe proporciona a formação de uma identidade humana e cultural. Portanto, segundo Cassirer (2003, p. 85),

não podemos chegar a uma definição adequada do homem enquanto nos confinarmos dentro dos limites da sua vida individual. A natureza humana não se revela a si própria dentro de tão estreito círculo. O que está escrito em “letras pequenas” na alma individual, e é por conseguinte quase ilegível, torna-se claro e compreensível somente quando lemos nas letras maiores da vida política e social do homem.

Na proposta de compreensão da vida política e social do ser humano a partir da leitura das “letras maiores” que compõem o *poema da vida*, a geografia nos proporciona compreender a dimensão social do homem em sociedade e no espaço mediante análise das manifestações, dos fenômenos, das ações, das interações e das mudanças sociais, bem como de suas causas no uso do território. Sendo o ponto alto dessa discussão, as suas possíveis explicações e a apresentação das soluções cabíveis aos problemas questionados.

Portanto, a herança cultural do homem o faz imprimir um caráter social no território utilizado ao longo da história. Desse modo, o gênero de vida e suas atividades transformam o espaço para sobrevivência que, segundo Mendonça e Kozel (2009, p. 33), é

o espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. As paisagens que o caracterizam, os monumentos que nele se encontram tornam sensível a história coletiva e reforçam a sua força. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades.

A citação nos leva à compreensão do espaço que o indivíduo se movimenta e lhe proporciona *ocasiões de encontros* e de *experiências renovadas*. Os lugares frequentados ascendem novas perspectivas em relação a um futuro com uma vida melhor para todos.

Dessa forma, a cultura nos dá os “instrumentos para esse combate” (FOUCAULT, 2012, p. 247) de compreender os espaços que os indivíduos se movimentam, ou seja, forja o nosso conhecimento pelas noções concebidas que abrangem tudo em relação à construção material (técnicas e objetos) e espiritual (crenças e valores), noções essas construídas por grupos ao longo da história da humanidade.

Neste sentido, na combinação dos conceitos presentes na nossa pesquisa em relação à ideologia de grupos ou às instituições que se apropriam do espaço geográfico e o transformam, Silva (2014, p. 40) contribui nos afirmando que

a apropriação e a transformação do espaço geográfico ocorre de acordo com as técnicas que cada grupo historicamente dispõe, mas também de acordo com as visões de mundo ou com as representações que os mesmos grupos possuem (crenças, valores, normas) e que fundamentam-se pela coerência de seus interesses econômicos, políticos e outros.

Desse modo, a forma cultural de estudar a geografia e a política pela visão de mundo ou as representações que as sociedades possuem na *nova ordem global*, torna-se uma variável recorrente mediante a revalorização da religião e dos valores tradicionais de cada grupo (culturas), como forma mais utilizada na atualidade para regionalizar ou dividir o espaço mundial.

Então, nos aspectos geográficos da contemporaneidade, o homem, como ser social, não é autossuficiente na realização da sua natureza. Nesse caso, é visto como um indivíduo na composição da sociedade que compartilha suas *ações sociais* (VESENTINI, 2009).

Daí, a ação social do ser humano o faz ser visto em sociedade como um indivíduo em conexão com os demais componentes sociais. Diante de tal afirmativa, fica nítido que esse indivíduo mantém uma relação dependente com seu semelhante quando vive coletivamente.

Os nossos questionamentos não cessam, ou seja, ainda nos resta perguntar se esse indivíduo, como *ser social*, será visto como uma única realidade material da humanidade? Ele é detentor da sua própria natureza? Podemos considerar esse ser social apenas como parte do coletivo com suas peculiaridades pessoais ou será visto na atualidade como parte do *uno* no convívio social?

Desta forma, torna-se desafiador, na presente análise geográfica, a construção das respostas às indagações feitas acima sobre a verdadeira natureza do homem e a sua dimensão social em sociedade na modernidade. Neste caso, a nossa contextualização versará pela razão de ser, o espaço visto como instância social e as manifestações de fenômenos políticos a partir dos partidos políticos no uso do território e do seu papel no governo das sociedades humanas.

### **1.1 A Geografia do próprio homem**

Levantar o problema e elaborar uma hipótese de trabalho nas ciências humanas torna-se um grande desafio para o pesquisador. As escolhas a serem feitas influenciam diretamente nos resultados obtidos pelo pesquisador no centro de interesse científico.

A responsabilidade do pesquisador com a honestidade do trabalho científico surge desde a elaboração do projeto de pesquisa. Nesse particular, ter em mãos um plano de trabalho equivale a um ponto de referência no estudo geográfico, um guia de pesquisa e, sobretudo, uma hipótese de trabalho que, posteriormente, pode sofrer mudanças progressivas até se chegar à conclusão do trabalho definitivo.

O plano de trabalho definitivo pressupõe a escolha de uma metodologia. Neste sentido, Santos (1996, p. 55) corrobora ao afirmar que

uma atitude científica face a um conjunto de fenômenos a estudar, e a escolha de uma estratégia operacional, ou seja, uma atitude prática suscetível de permitir uma abordagem dos fatos concretos, assim como de suas causas e conseqüências (o que geralmente é feito em função da metodologia). Resta enfim, levantar o inventário, tão completo quanto possível, dos fatos que se deseja analisar para depois interpretá-los.

De acordo com o autor, o pesquisador precisa estar apto a possuir um guia de trabalho redigido pelo conhecimento *a priori* concreto dos fatos. Desse modo, o plano de trabalho preliminar torna-se necessário para iniciar a pesquisa e encontrar o caminho ideal da operacionalidade da realização do estudo geográfico.

Inicialmente, a proposta de estudar a geografia do próprio ser humano não se fez presente na redação inicial do trabalho. Contudo, estudar poder político local e a territorialidade do voto sem estudar a geografia do próprio homem, é negar os usos e desusos da natureza e do espaço em escala local, regional, nacional ou global (SANTOS, 1996).

Dessa forma, a *ação do homem sobre a natureza* confirma o *princípio da unidade terrestre* (DINIZ FILHO, 2009). Nesse particular, a *observação como ferramenta de conhecimento* favorece a melhor compreensão da observação e absorção da divisão geral do trabalho e do jogo de poder no uso do território numa democracia representativa.

Em tempos históricos, o ser humano foi retirado, distanciado e dividido da natureza da geografia, quer como indivíduo opaco, quer como indivíduo luminoso. Ambos os sentidos partiram de um mesmo pressuposto: o ser humano como “ser social” em oposição a uma natureza, “ser natural”.

A divisão da geografia – física e humana– *em meados do século XIX* (DINIZ FILHO, 2009), separou o homem da natureza. Mas com o passar do tempo,

percebeu-se a importância de ambas para explicar que o homem está para a natureza assim como a natureza está para o humano.

Desse modo, a geografia pode ensinar que o rio tal, com padrão detrítico, pertencente a uma bacia hidrográfica, é tão importante quanto os indicadores econômicos e sociais, como taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, renda per capita, analfabetismo e, por fim, os processos de inchaço dos grandes centros urbanos, o que serve para definir um país desenvolvido e subdesenvolvido.

A ilustração do rio, efetivamente, pode parecer uma provocação, mas não é. O que queremos dizer, é que ele nem percebe, mas que a água que ele bebe provém de uma bacia hidrográfica e o inchaço da cidade é um processo resultante de uma *ação social* do próprio humano sobre aquele espaço geográfico (centro urbano), do qual ele e sua família fazem uso.

Essa divisão da geografia norteia a nossa visão do mundo, transformando essa ciência numa grande máquina classificatória em tipos de essenciais fenômenos: os físicos e os humanos.

A dualidade geográfica implica estudar separadamente os aspectos humanos dos aspectos naturais, quando, na verdade, as relações socioeconômicas, políticas, ambientais, de recursos naturais e de produção, água ou homem, solo ou atmosfera, dentre outros, não devem ser estudados e pensados separadamente.

Nessa direção, a geografia possui um papel fundamental na sistematização do conhecimento sobre a geografia da natureza do próprio ser humano e as ações que esse estabelecem com a organização do espaço. Essa dinâmica pode ser entendida como conjunto, tanto físico, químico, biológico e humano, integrado, desintegrado, dependente ou interdependente, mas nunca como elementos estanques, separados ou individualizados.

Portanto, a geografia enquanto ciência poderá não solucionar problemas colocados pela sociedade, porém pode apontar caminhos no sentido de gerar uma nova consciência do homem sobre o uso e o desuso da natureza, bem como do território ocupado e utilizado.

Nos primórdios dos tempos históricos, os grupos humanos construíram suas vidas nos territórios ocupados e utilizados através das técnicas que inventavam, para, então, retirar da natureza os elementos indispensáveis para garantir o seu sustento e a sobrevivência da sua família. Daí, segundo Santos (2008b, p. 17), esse

homem “organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos”.

Desde o tempo e o espaço históricos, formas essenciais da existência humana se fazem presentes no espaço, uma vez que somos produtos e produtores do mesmo, modificando o território quando o ocupamos. A sua ocupação resulta na utilização de transformação do espaço natural em espaço geográfico, que é, portanto, um espaço social.

Desse modo, o espaço é o território ocupado, trabalhado, construído, reconstruído, organizado, desorganizado, vivido e produzido pela sociedade humana; por sua vez, o espaço é impregnado do social. Sendo assim, por ser o espaço uma acumulação de tempo e experiências da sociedade humana – natureza social –, Santos (1991 apud SANTOS, 2008b, p. 18) considera que

essa evolução culmina na fase atual, onde a economia se tornou mundializada e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total e de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos.

Diante da afirmativa do autor, podemos concluir que todos os arranjos no território ocupado e utilizado são formas que contêm relações sociais. Na atual fase da sociedade humana, são relações de classe, de produção, de ações sociais e desenrolam-se mecanismos de controle da sociedade.

As relações que o homem estabelece com a natureza animam o espaço, pois são relações históricas e que se modificam conforme a evolução da sociedade que, no mundo moderno, está em constante movimento.

Espaço é movimento, é condição, é contradição, é dinâmico, é síntese (porque se não, seria humano), é um conjunto de relações sociais e uma realidade produzida pela sociedade. Portanto, depende da nossa existência, independentemente da nossa consciência no uso do território.

Ao ocupar o espaço, o homem transforma o meio natural de acordo com o seu nível tecnológico e de capital, ou seja, produz o espaço em função das suas necessidades. A técnica auxilia o trabalho – ação intermediária entre o humano e a natureza – sobre o espaço, a sua modificação significa intensa acumulação dos processos produtivos, proporcionando um grande avanço da tecnologia e de todas

as relações sociais nas diversas escalas do local ao global. O que queremos dizer com isso é que o espaço do homem e do capital se internalizou.

A organização do espaço é a própria sociedade espacializada. Por sua vez, toda a compreensão acima possibilita a reflexão em torno das respostas a serem dadas às indagações levantadas na ordem de suas crenças individuais, por vezes, quando respondidas, o que pode ampliar ou reduzir o alcance social do ser humano, ou seja, levar em consideração quando esse se integra aos esquemas da sua própria cultura.

Portanto, para o ser humano ser visto como denominador comum na plenitude do convívio social se faz necessário analisá-lo. Sendo assim, saber se esse ser humano é autossuficiente na sua existência, devemos recorrer no presente estudo à cultura. Desse modo, sua existência-elaboração se dá através do que é transmitido, considerando o instinto como insuficiente para guiá-lo (CLAVAL, 2001). Neste sentido, a cultura se torna indispensável ao indivíduo no plano da sua existência material e prática social.

De fato, a cultura e as etapas de vida compreendidas pela geografia cultural, tornam-se relevantes no presente estudo de geografia política por significar a compreensão da dimensão humana e sua inserção no tecido social (CLAVAL, 2001). Por sua vez, dar-se-á o significado de sua existência numa sociedade formada por componentes semelhantes, o que o faz sentir-se também como membro.

Sendo o espaço brasileiro organizado pelo Estado, o indivíduo social convive com um poder estruturado. Nesse caso, estruturado (BOLLNOW, 2008) pelos detentores do capital: proprietários fundiários, industriais nacionais e estrangeiros, incorporações imobiliárias, instituições financeiras e pelo próprio Estado.

Com relação à estrutura, Santos (1986, p. 141) considera a sociedade “como um sistema ou uma estrutura (ou mesmo com uma totalidade) quando tratam de definir-lhes as instâncias excluem o espaço”.

Há uma relação profunda entre as formas espaciais e os processos políticos, econômicos, históricos e sociais, sendo que os últimos são indutores do primeiro. Daí, o espaço deve ser visto como instância social quando organizado economicamente pela sociedade, criando diferenças sociais profundas entre seus componentes, no passado ou no presente, sejam eles proprietários e não proprietários, ricos ou pobres, livres ou escravos, homens e mulheres. Portanto, a

organização do espaço no tempo é a demonstração da produção material do homem, o que podemos considerar como resultado do seu trabalho social.

As definições tradicionais quanto ao espaço colocadas por Santos (1986, p. 143), seja como “social espacial” ou “histórico social”, devem ser também consideradas pelo presente estudo. Entretanto, por ser o espaço marcado pelas transformações impostas pela Revolução Industrial e pela Modernidade, essas transformações também alcançaram a sociedade e o espaço dela decorrente. Desse modo, o industrial e o urbano são as principais características dessa sociedade moderna.

Devemos considerar, assim, a definição dada por Santos (1986, p. 145) de como deve ser visto o espaço:

ora, o espaço, como outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante.

Portanto, estudar o local é estudar a cidade, essa que já tinha uma existência pré-capitalista quando o homem se organizou em grupos sociais e estabeleceu regras de convívio social. Com o passar do tempo, essa cidade foi reproduzida, reorganizada, foram dadas a ela novas formas, novas estruturas, novas funções.

Por isso, o espaço é considerado um fenômeno concreto que se impõe a todos os membros da sociedade, sem, todavia, impor a sociedade a si mesma (SANTOS, 1986). Assim sendo, fizeram frente à regulação dos conflitos e determinação de limites as lutas que surgiram a partir de fatos sociais na organização do território, recorrendo, nesse caso, à política.

Quando uma parte dos componentes das sociedades elaborou ideias sobre si mesmos – os cidadãos – reivindicando o direito de participação nas decisões mediante a diversidade de ideias, como variável, exerce o poder por meio de práticas políticas, fez surgir as instituições com base na lei e no direito. Definindo, dessa maneira, a estruturação social da sociedade como expressão da vontade coletiva.

Neste sentido, se tudo que existe pertence ao indivíduo e para se fazer existir depende dele, então o mundo é uma representação animada do homem, ou seja, o resultado final é dado pela cultura em conexão com as estruturas humanas.

## 1.2 O Estado como Invenção do homem

Dada a configuração do homem na sociedade e na paisagem cultural, também se faz necessário trazer uma reflexão sobre a invenção mais complexa realizada pelo ser humano: o Estado.

O Estado, como uma instituição social criada e desenvolvida pelo homem, se pôs como uma das instituições sociais mais complexas que detém o poder político, ou seja, a sua criação resultou como poder separado da sociedade, encarregando-o de guiá-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força caso necessário (ENGELS, 2012).

Para definir o Estado, Souza et al. (1988, p. 202) afirmam que é um

termo procedente do latim status, e, em Roma, designava a situação jurídica da pessoa: status libertatis, status civitatis, status familiae, ou seja, a situação do homem livre, de cidadão romano, de membro de uma família não sujeito a poder alheio.

A definição do termo Estado significa dizer, segundo a concepção dada pelo autor, que a sua criação ocorreu através de uma situação de convivência política vinculada a sociedade política (detentora de poder), sendo esse tema de difícil verificação até os dias atuais, em função das circunstâncias que deram a sua origem nas diversas sociedades humanas existentes no mundo.

O termo Estado dado pelos pensadores modernos se aproxima, atualmente, das concepções dos antigos impérios ocidentais: “Polis” na Grécia e “Civitas” em Roma. Mas nos dias atuais, a máxima mais utilizada para conceituar o Estado é do sociólogo alemão Weber (1970, p. 56) que afirma que é uma “instituição política que, dirigida por um governo soberano, reivindica o monopólio do uso legítimo da força física em determinado território, subordinando os membros da sociedade que nele vivem”.

Portanto, o Estado, bem como toda sociedade, provém da natureza social do homem, estabelecendo-se e organizando-se civilmente com seus atributos e características próprias (MAQUIAVEL, 2012), mas inicialmente sem a presença de instituições. Desta maneira, as instâncias de poder não estavam formalizadas e nem definidas mediante a falta do estabelecimento das funções políticas.

O aparecimento da divisão social do trabalho (ENGELS, 2012), num dado período da história, fez com que as funções políticas se organizassem em torno de um grupo específico de pessoas. Esse grupo dá origem a organizações político-administrativas e militares num determinado território (ENGELS, 2012), o qual logo se transforma em Estado, segundo Ratzel (1990, p. 76), fazendo surgir o governo e esse grupo de pessoas passa a deter o poder. Por fim, o exercício desse poder se dá pela imposição de normas à vida em sociedade.

Contudo, mediante as concepções anteriores, dois elementos essenciais pressupõem a existência do Estado: o povo e o território. O primeiro se refere à coletividade humana que compreende todos os componentes da sociedade de um país sob a jurisdição do Estado. Com relação ao segundo, o território aparece como indispensável à existência do Estado, por constituir o espaço que se exerce a jurisdição do poder estatal.

Daí, o povo é, na verdade, a representação da coletividade e da sociedade, sendo visto pela face do poder de duas formas, ou seja, como componente passivo ou ativo (ROUSSEAU, 1968). Na primeira forma de composição, o povo é visto como objeto de atividade política do Estado e, na segunda forma, o povo toma parte na atividade política do Estado através do exercício de poder.

Segundo Heywood (2010a, p. 50) a “teoria do contrato social retrata o Estado como um juiz ou árbitro neutro na sociedade”. Dessa forma, o Estado não é criado por um grupo privilegiado de poder, com o objetivo de explorar as massas – o povo –, mas por um acordo entre todos os indivíduos que compõem a sociedade. Portanto, *o Estado aplica as “regras do jogo” e executa os termos desse contrato* [grifo do autor].

Nas sociedades existentes, a formação do povo ao longo da história precisa ser respeitada, pois sendo formado por conjuntos de famílias e outros grupos sociais, sedimentou valores espirituais e traços culturais. Quando solidarizados

esses valores e traços, fez surgir na consciência de cada componente, as tradições comuns como mencionado anteriormente.

Desta forma, sendo o povo considerado como base sólida da estrutura do Estado, não deve ser visto nas sociedades complexas como uma massa de manobra – agregado de multidões de indivíduos a serem manipulados pelo Estado, mas como indivíduos preparados a participar com equilíbrio e com condições de equidade da vida política em sociedade.

Em relação ao Estado, o poder é o meio de maior expressão segundo a concepção liberal, tornando-o imprescindível na condução da mediação dos conflitos e de interesses difusos dos diversos grupos sociais com o sentido de evitar a desagregação da sociedade. Para o pensador liberal-clássico Rousseau (1968), cada um de nós põe sua pessoa e poder sobre uma suprema direção da vontade geral e recebe, ainda, cada membro como parte indivisível do todo.

Debruçado sobre essa concepção liberal, a partir do pacto social defendido pelo autor, o cidadão aparece como sendo membro de um povo que coloca os seus anseios particulares à submissão da vontade geral. O que significa dizer que esse povo deve obediência apenas ao poder político, sendo esse poder a representação do desejo coletivo ao qual pertence o povo.

Sendo assim, o cidadão deve ser compromissado com o seu povo, assumir obrigações em relação à comunidade política a qual pertence sem submissão às vontades particulares de um único indivíduo. Portanto, convém considerar o povo como *fonte legítima* da soberania do Estado.

No entanto, o cidadão, na concepção liberal, deve respeitar e obedecer às leis estabelecidas pela sociedade. Dessa forma, respeitar as normas é, ao mesmo tempo, respeitar as regras do *poder legal* formalmente criadas pela *estrutura moderna do Estado, da sociedade e do capital* (WEBER, 2005, p.20) e, concomitantemente, é respeitar a si mesmo, a sua própria vontade como cidadão.

No entanto, o interesse em favor do bem comum se materializa na função harmônica do Estado como unificador dos anseios e da conversão das ideias dos grupos sociais. Nesse caso, o objetivo maior é atingido, ou seja, o bem comum ao se evitar a desagregação da sociedade.

Para os pensadores marxistas, o Estado é visto como mediador dos grupos adversários, isto é, antagônicos que protagonizam a luta de classes. Nesse

particular, a instituição, na mediação dessa luta, ocorre de forma parcial segundo a análise dos pensadores marxistas.

Assim, Engels (2012, p. 216) explica que,

na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem.

Considerando tal explicação, o Estado nasce dos conflitos de classes e, segundo os pensadores marxistas, tornou-se uma instituição controladora ao longo do tempo, pouco interferindo nessa luta; porém, quando se faz necessário a sua presença para mediar os conflitos, interfere de forma parcial. Para Sader (2005, p. 45), citando Gramsci, “o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a máxima expansão desse grupo”.

Por sua vez, o Estado é visto como defensor dos interesses da sociedade em geral, em decorrência da sua trajetória histórica. Daí, uma das marcas da *nova ordem*, é a necessidade da existência desse Estado que intervém na economia, na vida em sociedade e nos territórios.

O Estado moderno não se limita apenas à gestão pública do território ou à ação policial. Eles passam a financiar, investir, fabricar, comercializar, gerar emprego e renda, movimentar a economia e a sociedade. Por fim, passam a intervir diretamente nas atividades produtivas, assumindo um papel importante no processo de acumulação capitalista: o Estado, mais do que nunca, é um dos principais agentes macro-organizadores das formas espaciais, subjacentes ao capital.

Esse Estado intervencionista neoliberal é um órgão de dominação e alienação de classe. Na modernidade, representa uma *oligarquia financeira* que controla e dirige as instituições do Estado-Nação. Para defender os interesses dessas oligarquias financeiras, Santos (1986, p. 180) afirma que “o Estado é levado a ampliar cada dia seu papel e a intrometer-se cada vez mais em diversos domínios, anteriormente reservados a iniciativas privadas”.

Sendo assim, o Estado se movimenta com suas instituições por meio da sua burocracia estatal criada a partir do *poder legal*; esta burocracia estreita relações e vínculos com o capital. Portanto, o Estado é uma estrutura formada por instituições

**tradicionais** (administração, policial, governo, exército, tribunais, empresas estatais, mistas de serviço e de produção), **tributárias** (impostos, taxas, arrecadação) ou **novas** (gestão, desenvolvimento, políticas públicas, meritocracia, solidariedade).

Nessas condições, as novas instituições do Estado lhe dão um novo papel, mediante as novas relações estabelecidas entre as diferentes escalas. Desse modo, o Estado-Nação se modifica em termos macroestruturais, em meros lugares, com o intuito de atender o processo de expansão do capital.

No caso brasileiro, no fim da década de 1990, deixou de ser exceção. O território antes era organizado pela ação dos grandes proprietários de terras do campo e das cidades, bem como pelas grandes empresas de capital nacional privado, estrangeiro, estatal ou misto. Na atualidade, a intervenção do Estado na economia brasileira fez parte desse processo de desenvolvimento industrial do país, devido à própria debilidade do setor nacional privado no setor de infraestrutura.

O Estado pós-industrial é um indutor da modernização tecnológica, inovação e incentivador da produção tecnológica. No decorrer das décadas, haverá alterações nas funções das instituições e do papel – ideologia tecnocrática – do Estado. Por sua vez, as ações do Estado serão mais leves, complexas, diversificadas e heterogêneas no sentido de encontrar o caminho da eficiência.

### **1.3 O homem, a sociedade e o Estado**

O ser humano quando organizado em sociedade no território ocupado e utilizado, através dos seus hábitos (MILL, 2006), fez surgir as instituições. Por sua vez, essas são fruto do desejo humano, pensadas e ajustadas para serem vistas como um instrumento de solidariedade. Dessa forma, o peso da economia e o ideal de progresso material que se faz presente no mundo moderno propiciou o surgimento, em países como o Brasil, de profundas diferenças sociais no seio da sociedade. Tais diferenças podem ser consideradas como fenômenos da diversidade cultural existente nas sociedades complexas.

Sobre essa diversidade cultural, podemos nos apoiar na concepção de Vesentini (2009, p. 37) quando nos afirma que,

a racionalidade e o livre-arbítrio do ser humano produzem esta capacidade de reelaborar as coisas, inclusive a própria sociedade e o próprio comportamento, o que implica em transformar radical e constantemente o seu meio (cultural ou ambiental), algo que, *lato sensu*, é conhecida como história [grifo do autor].

Sendo assim, logo se verifica que, independente de qual seja o meio social, o homem necessita viver em sociedade, ou seja, o seu convívio resulta numa prática social, alcançando, dessa maneira, as representações sociais que a marca. A sociedade não é, portanto, uma mera soma de indivíduos, que, por sua vez, não estabelecem os meios e os fins, ou seja, estão ligados aos processos sociais que os unem.

Por estas razões, as contraposições merecem ser apresentadas na nossa análise. Considerando as concepções anteriores sobre a sociedade, sendo o Estado fruto da existência humana, logo é visto como uma instituição coercitiva e que usa da força no seu exercício de poder. Sendo o Estado um agente coercitivo, devemos considerar as compreensões de Althusser (1985, p. 63) quando nos afirma que,

o Estado é, antes de mais nada, o que os clássicos do marxismo chamaram de o aparelho de Estado. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões, mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração.

Anteriormente, mencionamos as instituições tradicionais do Estado, o que leva a considerá-lo coercitivo no seu exercício de poder. Portanto, as funções que lhe foram atribuídas ao longo do tempo pelo ser humano quando organizado civilmente, ou seja, pelas funções político-administrativa, judiciária e legislativa, ainda segundo Althusser (1985, p. 73), asseguram “o exercício do poder do Estado nos Aparelhos do Estado, o Aparelho (repressivo) do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado por outro”.

O homem precisa da sociedade para sua transformação social (CLAVAL, 2001) e, nesse caso, no mundo civilizado não podemos definir uma sociedade mediante as relações sociais estabelecidas e desenvolvidas fora do âmbito do poder institucional do Estado. Do contrário, sem a existência das instituições, seria

considerado um Estado anarquista (HEYWOOD, 2010a). Dessa forma, as igrejas, clubes, empresas, sindicatos, associações, cooperativas, movimentos sociais, etc., no caso, fazem parte da sociedade civilmente organizada e podem, também, serem vistas como *aparelhos ideológicos* (ALTHUSSER, 1995, p. 76) do Estado.

O alcance dessa transformação se dá quando a sociedade coloca esse fim como objetivo. Portanto, a sociedade não será considerada como um simples conjunto com componentes sem objetivo algum, sendo, pelo contrário, formada pela união de indivíduos, o que gera o esforço necessário para o alcance dos *fins* pretendidos.

O relacionamento em sociedade dado pela prática social dos seus componentes faz surgir vários questionamentos, inclusive de variáveis econômicas, ideológicas, religiosas, culturais, etc.; daí, o Estado é chamado para intervir na mediação dos conflitos entre as pessoas, grupos ou classes. Todavia, quando não existe uma ordem pré-estabelecida pelos indivíduos sociais, a intenção é fazer com que esse ser humano consiga, no ambiente vivenciado (CLAVAL, 2011), desenvolver e exercitar suas aptidões técnicas. Por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento das normas de convívio em sociedade, para que cada componente possa exercitar de todo as suas aptidões técnicas em favor do bem comum.

No entanto, a sociedade, quando não empenhada em promover o bem comum, pode ser vista como uma sociedade que foge à “ordem nas redes de relações que a compõem” (CLAVAL, 2011, p. 109). Neste sentido, a estruturação da sociedade através do reconhecimento da sua inteligência, conhecimento e aptidões técnicas do indivíduo, a torna uma sociedade mais humana. Do contrário, quando se faz uso da força reprimindo os que podem contribuir na construção de todos, torna-se uma sociedade mergulhada na *barbárie*.

Por essa razão, é possível compreender a origem do Estado atribuída à natureza humana, pois o Estado não é algo que venha ou não a existir. Porém, quando os indivíduos se agrupam formando a sociedade, o Estado é visto como sendo uma consequência natural do homem. Então, a sociedade, que tem sua origem a partir da prática social do homem, tem sua existência mediante a exigência de uma organização fundada em normas que estabelecem o seu ordenamento, do contrário, tornar-se-ia impossível a convivência social entre seus componentes.

Para existir uma sociedade equilibrada e tolerante, faz-se necessário o seu ordenamento, do contrário, uma sociedade marcada por ações livres de indivíduos e associações voluntárias, seria um Estado anarquista (HEYWOOD, 2010a), ou seja, sem **lei** e sem **governo**. Portanto, o Estado para oferecer proteção e ordenamento ao indivíduo ou aos grupos sociais precisa de leis, nesse caso, para o indivíduo gozar de liberdade é preciso existir leis.

Porém, o ser humano não é uma forma acabada mediante a sua estruturação social, uma vez que a sua organização não ocorre de forma espontânea. Nesse particular, a vida social exige que o componente obedeça a uma ordem, pois, caso contrário, o caos se instalaria e destruições sucessivas aconteceriam a exemplo dos estágios de guerra. Neste sentido, o homem sem rumo e sem função seria impossível viver e vivenciar a vida nas sociedades complexas.

A própria liberdade que o ser humano tem de construir e destruir pode ser interpretada como seu uso e abuso, o que implicaria na instalação do caos e, desse modo, podem atingir proporções impensáveis no convívio social. Por isso, requer da sociedade a ordenação de normas que impõem regras e limites à ação humana na sua prática social.

Contudo, com a vida organizada hierarquicamente e institucionalizada (CLAVAL, 2011, p. 113), o projeto de vida em comum passa a ser fruto de um pacto social resultante de um contrato de convivência em um dado momento da história, fazendo, assim, nascer o Estado e, com ele, alcançando os seus fins. Por sua vez, Heywood (2010a, p. 49) afirma que “o Estado é criado *por* indivíduos e *para* indivíduos; existe a fim de servir as suas necessidades e interesses [grifos do autor]”.

Surgido de uma ideia ordenada em sociedade, o Estado está impresso no homem como as íris dos seus olhos desde o momento da sua concepção na Terra. Isto é, ao ser humano quando nasce lhe é conferido um registro civil com data de nascimento que possui todas as informações genealógicas. Nesse caso particular, é o que define sua genealogia familiar e a sua geografia humana.

Em relação ao Estado, já vimos anteriormente que esse aparece como sendo uma gestação concebida pela vontade do homem quando reunido em grupo e decide viver em sociedade, ou seja, com uma razão de ser e com um fim, tendo o

homem consciência é capaz de “pensar por si mesmos, e sobre si mesmos, como indivíduos” (HEYWOOD, 2010a, p. 41).

As atribuições e as funções concebidas pelo ser humano ao Estado, na atualidade, são vistas com uma forma para ajudar as pessoas a se ajudarem (HEYWOOD, 2010a) e, por sua vez, coloca-o como uma instituição que deve estar a serviço do ser humano. Para essa prestação de serviço, o Estado deve contar com instrumentos legais – normas e regras instituídas por lei. Desse modo, aparece a autoridade social ordenada e seu fim conforme uma norma positiva, portanto o Estado é a dimensão social do homem *solidário*.

A autoridade humana fez surgir o Estado sendo, na verdade, a grande responsável pelo seu aparecimento. Neste sentido, o homem como componente de uma sociedade, quando compartilha suas aptidões no convívio do meio social, a autoridade aparece como sendo um instrumento a serviço da realização do bem comum aos seus semelhantes.

Sendo assim, a expressão ‘bem comum’ exprime uma necessidade de complementação mútua da prática social no sentido de construir o Estado do bem-estar social. Do contrário, o antagonismo dá origem a conflitos cujas raízes estão no egoísmo individual humano refletido no coletivo.

Anteriormente, verificamos que a autoridade primitiva surgiu no seio familiar, evoluiu para clã, depois para tribo e percorreu os estágios iniciais que configuram uma nação para, finalmente, dar a forma do Estado moderno. Portanto, a autoridade procede à tomada de consciência em relação à responsabilidade social, ou seja, na tomada de decisões em cada momento da vida social no território.

Logo, como o Estado se tornou uma instituição complexa, fez com que a democracia deixasse de ser o governo direto do povo para se tornar uma *democracia representativa*, isto é, em que o povo elege os seus representantes para representá-los nas esferas de poder político, seja ele *legislativo* ou *executivo*.

Assim, nas democracias representativas que têm por ideal ser um governo do povo e para o povo, as decisões convergem para o *pluralismo* como prática social, e essa convergência acontece pela variedade de opiniões e obediência ao poder legal. Weber (2005, p. 20), com relação ao tipo de poder legal, faz a seguinte concepção:

no tipo de poder “legal” inclui, naturalmente, não só a estrutura moderna do Estado e da comunidade, mas também a relação de domínio na empresa capitalista privada de fins ou união de qualquer espécie, que dispõe de um número corpo administrativo e hierarquicamente articulado. As modernas associações políticas são apenas os representantes mais proeminentes do tipo.

Desta maneira, o exercício do poder a partir da tomada de decisões tem sua gênese na expressão autoridade – antes vista como domínio patriarcal (dos pais de família, do chefe de clã, do “pai do povo”) –, visto apenas o tipo mais puro de poder tradicional (WEBER, 2005). No entanto, o exercício de poder nada mais é que um processo político que se constrói a partir da política, por ser ela a arte de conduzir a sociedade a atingir os seus fins.

Todavia, a política do *bem comum* não deve ser confundida com a de interesse público, uma vez que ambas se distinguem quando analisadas profundamente seus conceitos, principalmente quando o Estado faz uso da autoridade através do ordenamento das normas que o rege. Em regra, a expressão “interesse público” aparece como interesse da máquina pública burocrática, ou seja, quando não está alicerçada no interesse da coletividade.

Sem dúvida, a finalidade do Estado é servir ao homem no seu convívio social, mas convém saber que essa se atinge com o exercício de poder que faz uso da autoridade. Esse uso ocorre pelo ordenamento das normas – leis que exprimem o consenso social – regras básicas de convívio em sociedade, obtido através do poder de exercício da tomada de decisão como já discutido anteriormente.

Portanto, o exercício do poder ocorre pelo uso de duas leis: a lei *física* e a lei *moral*. A primeira responde, de imediato, com o uso da *agressão física* a qualquer conflito que se faça aparecer. A segunda depende da concordância da sociedade, tendo seus fundamentos no *livre-arbítrio* dos homens e, por isso, quando transgredida, sua manifestação não é imediata. Pelo contrário, tende a ser cumulativa e evolutiva, ou seja, seu quadro de violação se torna irreversível e sofrerá as penas impostas pelo ordenamento jurídico da sociedade.

O convívio social, quando ordenado por leis *positivas* normatizadas pelo homem, não deve ser dogmático no sentido de exprimir, a princípio, a vontade da sociedade. Em seguida, a opção mais coerente são dadas pelas ciências humanas e exatas.

No entanto, a elaboração das normas de organização social é balizada pelo pluralismo, sendo seu exercício na forma ampliada e abrangente que permitirá tratar de imensas questões através do consenso social, fazendo-se chegar a soluções concretas das variáveis apresentadas, sem oferecer risco de autoritarismo ou totalitarismo.

Sem dúvida, numa sociedade moderna o pluralismo deve ser o principal instrumento na prática social, principalmente quanto nos níveis de convergência e divergência. Tal concepção se dá pelo simples fato de entendermos que a natureza do homem é pluralista e, portanto, ser pluralista é admitir que a verdade possa estar com quem *diverge* ou *converge* no exercício do poder.

A expressão pluralismo político se apresenta como um sistema de desconcentração de poder em todos os níveis onde tende a concentrar-se. Contudo, a base conceitual do pluralismo político se revela com um sistema de desconcentração dos poderes: político, econômico, burocrático, sindical, comunicação, partidário, enfim, em todas as associações e demais organismos vivos, cujo objetivo era representação de setores da sociedade.

Neste sentido, a prática social com base no pluralismo político fez surgir os **partidos políticos**. Esses apareceram como personagens que exercem um papel importante no cenário político das democracias representativas modernas.

A atuação em cena dos partidos na política, o faz aparecer como um coadjuvante no cenário político entre a sociedade e o Estado. Isso ocorre por assumirem a função natural de receptor dos interesses da sociedade civil, daí a sua representação os encaminha para o campo da decisão política.

Portanto, faz-se necessária a interpretação do papel desempenhado pelos partidos no cenário político nas diferentes fases históricas. Mais à frente, manifestações do poder político local no jogo eleitoral e sua operacionalidade no *sistema representativo* brasileiro, dado pelo exercício de poder e uso do território na democracia representativa em que vivemos.

## CAPÍTULO II

### TERRITÓRIO E PODER LOCAL

**Figura 02 – Pontos turísticos de Porto Velho/RO, do artista plástico rondoniense Assis Chateaubriand.**



Fonte: Acervo pessoal da fotógrafa Vanessa Raíza (2015).

*“Julgo poder ser verdadeiro o fato de a sorte ser árbitro de metade das nossas ações, mas que, mesmo assim, ela permite-nos governar a outra metade ou parte dela.”*

*(Nicolau Maquiavel)*

## TERRITÓRIO E PODER LOCAL

Iniciamos esse capítulo fazendo a seguinte pergunta: o que seria da vida sem problemas para resolver? Tanto na vida pessoal como na vida acadêmica sempre existem questões a resolver. Portanto, questionamentos sempre se fazem presentes no trabalho do pesquisador.

O tema central desta pesquisa se fundamenta nas discussões sobre o poder local e a territorialidade do voto. Por sua vez, delimitamos o município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia (RO), como sendo o objeto de estudo e a linha teórico-analítica, o que nos permitiu encontrar o caminho metodológico de estudo em geografia política como veremos adiante.

### 2.1 Aspectos metodológicos do estudo empírico

O nosso conhecimento, *a priori*, da militância político-partidária contribuiu para formular os questionamentos da presente pesquisa em âmbito local. Em Porto Velho, nos bastidores da política, ouvíamos as seguintes falas: “*Porto Velho é uma capital conservadora, basta ver a opção do eleitor na hora do voto*”. Ou ainda: “*quem define o resultado das urnas na capital é o jogo de alianças dos grandes partidos tradicionais*”.

O cenário urbano da cidade parece muito estranho para quem chega ou, no mínimo, distante para ser uma capital de Estado mediante o abandono e o desprezo que é submetida pelos gestores públicos. Diante dessas percepções, podem-se levantar os seguintes questionamentos: será que vivemos em meio ao caos? Onde estaria quase meio milhão de pessoas que não se manifestavam com relação aos marcos de abandono do poder público no território?

Essas falas despertaram nosso interesse em estudar, com profundidade, o jogo político e a competição eleitoral em Porto Velho/RO. Então, o eleitor de Porto Velho era mesmo conservador? Mas conservador em que sentido? Os partidos políticos tradicionais sempre decidem o resultado do jogo político local? Que

fenômenos políticos, produzidos no uso do território, definem o resultado final da competição eleitoral? Tais questionamentos levantados necessitavam de respostas. Daí, a leitura inicialmente recomendada levou-nos ao tema central da pesquisa, ou seja, o poder local e a territorialidade do voto.

A presente pesquisa poderia, também, trilhar por outros caminhos secundários de uma eleição municipal; porém, verificamos que na biblioteca da UNIR não existiam trabalhos científicos semelhantes em geografia política e, nesse caso, seria a primeira a contribuir. Assim sendo, concretizamos a missão a que nos propomos executar.

Consoante Castro (2009, p. 139), “o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é a arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle”. Desta forma, decidimos trabalhar com os fenômenos políticos na escala local. Nesse limiar, levamos em consideração a presença de alguns fundamentos da política tradicional brasileira nas ações políticas pelo jogo do poder no território político, tornando as eleições municipais de Porto Velho verdadeiras disputas entre partidos tradicionais e menos tradicionais.

Desse modo, os partidos mais tradicionais ainda influenciam nas grandes decisões para o início da competição eleitoral, ou seja, na participação política dos processos eleitorais não como coadjuvantes, mas como personagens centrais por possuírem grande poder político e econômico em âmbito municipal.

Considerando que os partidos mais tradicionais são detentores de grande influência de decisões no território político, por si só já sugere a necessidade de uma análise mais detida das relações territoriais conservadoras entre o jogo do poder político local e o voto popular em cada eleição. A princípio, as respostas aos questionamentos apresentados podem ser obtidas através da composição geo-histórica regional das forças políticas regionais com as locais quando analisadas.

Portanto, nas relações do exercício do jogo do poder político local, não se pode desprezar a presença dos apostadores do jogo, ou seja, as formas de produção do capital e seu viés econômico no financiamento da campanha eleitoral.

A pesquisa foi realizada em um único município, Porto Velho (RO), capital do Estado de Rondônia – correspondente a uma unidade federativa da República do Brasil –, o que facilitou a obtenção das informações necessárias para a realização da presente pesquisa.

Como aspectos favoráveis à realização da pesquisa, podemos destacar os seguintes: por ser a capital do Estado – centro de poder das decisões políticas, sociais e econômicas – município de porte médio, o que lhe dá condições de dispor de personagens locais representativos dos diversos grupos e segmentos sociais; e, pela disposição dos personagens e das instituições locais em contribuir com a pesquisa.

Sendo assim, o município de Porto Velho está localizado na região Norte do Brasil, situando-se dentro das seguintes coordenadas geográficas: 08°45'43" de latitude Sul e 63°54'14" a Oeste de Greenwich. Segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seu território está localizado na parte Oeste da região Norte do Brasil, possuindo uma área territorial de 34.082,366 Km<sup>2</sup> e sua extensão abrangendo a Amazônia Ocidental no Planalto Sul – Amazônico – uma das parcelas do Planalto Central Brasileiro.

Classificada na Mesorregião Madeira-Mamoré, a capital Porto Velho limita-se ao norte com os municípios de Lábrea (AM), Canutama (AM), Humaitá (AM), a leste com Machadinho d'Oeste (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO), Candeias do Jamari (RO), a oeste com Acrelândia (AC) e, ao sul, com Alto Paraíso (RO), Buritis (RO), Nova Mamoré (RO) e o Departamento do Pando (Bolívia).

Situada à margem leste do Rio Madeira, na região Norte brasileira, Porto Velho teve sua origem com a instalação do canteiro central de obras da empresa Madeira Mamoré Railway Company Ltda., no ano de 1907.

Segundo Théry (2012, p. 46), Porto Velho foi batizada com esse nome “por conta do antigo porto de destacamento instalado na época da Guerra do Paraguai”. Com relação à Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), o porto oferecia as condições fluviais favoráveis para atender o carregamento e descarregamento dos navios do magnata inglês Percival Farquar – proprietário da empresa arrendatária e responsável pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A configuração do lugarejo se dava por um aglomerado de barracas desordenadas devido à chegada de um grande contingente populacional ao local, nesse caso para servir de mão-de-obra na construção da ferrovia e exercer outras atividades econômicas. Mesmo contra a vontade da empresa Madeira-Mamoré, o lugarejo crescia vertiginosamente.

Portanto, a origem e o povoamento inicial do importante núcleo histórico urbano de Porto Velho, voltado para frente do Rio Madeira, deu-se por indivíduos oriundos das áreas ribeirinhas próximas e da cidade de Santo Antonio, atraídos pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). No entanto, a construção desta foi impulsionada pela prosperidade econômica do 1º Ciclo da Borracha e, também, para atender ao Tratado de Petrópolis firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 1903, que contemplava uma rota comercial para escoar a produção de látex boliviano.

Nessas condições, a cidade de Porto Velho é considerada rica culturalmente devido às diversidades na constituição dos aspectos históricos desenhados ao longo do tempo. Entre o rio e a floresta, os bandeirantes e os pioneiros que para cá vieram em busca do eldorado foram ficando, constituindo famílias e terminaram por fixar raízes a terra.

**Figura 03 – Início da colonização do município de Porto Velho (RO).**



Fonte: Acervo pessoal do escritor rondoniense Anísio Gorayeb.

O lugarejo tornou-se uma localidade próspera mediante o fluxo de pessoas, do capital e da organização do território. Desse modo, quando analisado os impactos locais mediante os relatos históricos produzidos por estudos e pesquisas, verifica-se a chegada em meio à floresta desconhecida do que se tinha de mais *moderno* à época, ou seja, a *locomotiva a vapor* à selva amazônica, contribuindo, assim, para a transformação da região de fronteira da Amazônia Ocidental.

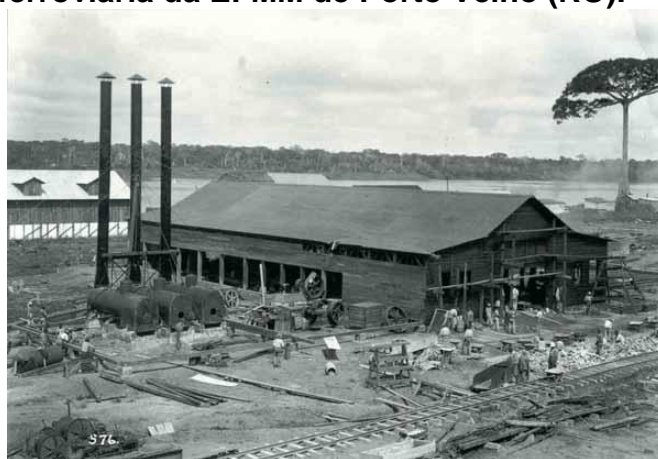
Delineava-se, desta maneira, um cenário desenvolvimentista do município de Porto Velho e da Região da Amazônia Ocidental a partir da construção da estrada

de ferro e do povoamento local, tudo em favor de uma política econômica regional iniciada pela modernização e pelo uso do território, o que deu início à estruturação do primeiro núcleo urbano portovelhense.

A cidade de Porto Velho, que nasceu na beira do rio em direção à floresta, inicialmente tem sua vocação para se tornar um corredor de exportação – logística. Depois, o comércio se tornou uma atividade dinâmica até os dias atuais, o que influencia diretamente na economia local. Segundo dados do IBGE (2013), a principal atividade econômica predominante é o setor de serviços, empregando mais de 80% da população economicamente ativa.

É o município mais populoso de Rondônia, segundo dados do IBGE (2010), ocupando, também, em ambos os casos, a quarta posição do PIB (Produto Interno Bruto) e do contingente populacional da região Norte do Brasil. O florescimento da cidade corresponde aos ciclos econômicos: borracha, cassiterita, ouro, madeira, agroindústria, sendo os mais recentes o aumento da pesca, da agricultura, do extrativismo mineral, da pecuária e, por fim, a construção das hidrelétricas que serviu para aquecer e impulsionar a economia local.

**Figura 04 – Trabalhadores na oficina ferroviária da EFMM de Porto Velho (RO).**



Fonte: Catálogo da exposição Ferrovias Madeira-Mamoré: trilhos e sonhos. Fotografias BNDES e Museu Paulista da USP. Cortesia: Carlos E. Campanhã.

Desse modo, chegou-se ao primeiro elemento. Porto Velho é uma cidade conservadora em dois sentidos: primeiramente, por ser sinônimo de desenvolvimento econômico-tecnológico, reflexo de algumas formas de produção –

nesse particular, reflexo de uma imposição do capital nacional e global e não por ação por parte da sociedade local; e, na outra ponta, as franjas urbanas da cidade são marcadas por profundas desigualdades sociais.

Porto Velho, na atualidade, ainda está em plena fase de desenvolvimento e conta com pouco mais de 500 mil habitantes, segundo dados do IBGE. Possui, também, uma capacidade geradora de oportunidades ao empreendedor que a procura para fazer investimentos e de acolher aqueles que chegam a procura de um trabalho.

A cidade que surgiu com a construção do Porto Novo para cumprir a missão do Tratado de Petrópolis, mais que na boca do povo a época, continuaria a se chamar Porto Velho e assim ficou. Na sua paisagem se desenhou a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) – da construção ao uso e desuso –, marcando diferentes épocas, dando origem a várias histórias, contos e prosas, inspirando homens e mulheres apaixonados por contar seus causos. Assim, Porto Velho segue a sua história como sendo a capital dos desafios devido às grandes precariedades urbanas que impõem à população e ao convívio com o descaso e o abandono.

Desse modo, das questões socioeconômicas complementares ou implícitas, buscou-se verificar os elementos dos *fenômenos políticos* (BOBBIO, 1998) produzidos no território, o que nos fez chegar ao segundo momento com relação ao jogo de poder e das disputas entre os principais grupos políticos em escala local, o que, em alguns casos, impediram o desenvolvimento socioeconômico do território.

**Figura 05 – Imagem aérea do município de Porto Velho (RO).**



Fonte: Acervo do sítio eletrônico [www.quebras.com.br](http://www.quebras.com.br) (2015).

A sustentação desses grupos depende de permanência ou mudanças das relações de poder existentes. Por isso, buscam conservá-las, muitas das vezes, pregando a mudança pelo discurso, numa contradição do “novo” *versus* “velho” ou “permanência” *versus* “mudança”.

Então, como afirmar que as relações políticas estabelecidas no território não são tradicionais? Os territórios são, sim, tradicionais por serem apropriados com base nos interesses e conflitos dos grupos políticos e econômicos que se revezam, também, nos espaços de poder de tomada de decisões.

Dessa forma, a pesquisa buscou compreender a formação do poder local e a territorialidade do voto, identificados a partir da análise do jogo de poder político local mediante dados dos resultados eleitorais. A organização dos personagens envolvidos na competição do jogo do poder local pode ser observada pela análise de como se manifestam, no uso do território, através das alianças e de dissidências entre eles.

Portanto, os espaços de poder no território podem ser vistos como frutos de contradições dos personagens envolvidos na disputa pelo poder, ou seja, como se a dinâmica local pertencesse exclusivamente apenas a eles, e não a sociedade que nele vive.

## **2.2. Trilhando o caminho teórico-metodológico da pesquisa**

O município de Porto Velho, mesmo sendo uma cidade bastante estudada (inclusive pela Geografia), é carente em pesquisas referentes à política local. Portanto, a realização dessa pesquisa empírica é uma forma de contribuir para a superação dessa lacuna.

No primeiro momento, a fundamentação se deu graças a uma análise da dimensão social do homem em sociedade e no espaço. Por sua vez, verificamos, no capítulo 1, que tudo que existe pertence ao ser humano e para se fazer existir depende dele; então, sobre o olhar geográfico, o mundo é uma representação animada do homem. Por fim, apresentamos uma breve análise sobre a contraposição entre o Estado, o ser humano e a sociedade organizada no território ocupado e utilizado.

No segundo momento – o capítulo em tela –, a nossa percepção recai, inicialmente, sobre o processo de redemocratização do Brasil, que teve seu ponto alto com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, após o fim do Regime Militar. Desde então, visa consolidar a democracia brasileira através de discursos e ações políticas que se pautavam pela defesa da adoção de mecanismos utilizados pelas democracias participativas modernas.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e com os valores democráticos, asseguraram-se diversas garantias constitucionais em relação aos direitos fundamentais. Daí, o poder local aparece com um papel significativo devido a proposta de descentralização do Estado e de promoção da participação popular. A descentralização permitiu a participação do cidadão como ser humano ativo nos mecanismos de controle (FALEIROS, 2004), dentre eles: o orçamento participativo, os conselhos, a consulta popular, o plebiscito, o referendo, a audiência pública e outros.

Para a análise empírica sobre o poder local e a territorialidade do voto que se manifestam através do *jogo político* e do *uso do território* nas eleições municipais em Porto Velho, fez-se necessário compreender, primeiramente, as garantias constitucionais com relação à participação social e ao poder local. Desse modo, com a Constituição de 1988 a sociedade conquistou o exercício do poder através do voto. Por sua vez, o cidadão foi investido no posto de fiscalizador dos seus representantes eleitos pelo voto secreto na urna, quando realizado o pleito eleitoral.

Mas a participação social foi ampliada ao cidadão através dos mecanismos de controle, como dito anteriormente. No entanto, há ainda muito por se fazer, pois o descrédito da sociedade com a classe política afasta os indivíduos sociais do exercício do poder no Brasil. De forma análoga, no fim do século XX, segundo Hobsbawm (1995, p. 558), fenômenos parecidos na Itália afastaram “um grande número de cidadãos da política, deixando as questões de Estado à classe política”.

Neste sentido, para a análise do tema delimitado é indispensável considerarmos o significado dos termos poder, local e poder local, que serão utilizados no presente estudo.

Para a noção de *poder*, trabalhamos com Bobbio (1998, p. 95) que considera,

um dos fenômenos mais difundidos na vida social é exatamente o do Poder. Pode-se dizer que não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de qualquer forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo. Não devemos nos surpreender ao verificar que o conceito de Poder foi empregado para interpretar os mais diversos aspectos da sociedade: desde os pequenos grupos da administração de produção e desde a família até às relações entre as classes sociais. Todavia, o campo em que o Poder ganha seu papel mais crucial é o da política; em relação aos fenômenos políticos, o Poder tem sido pesquisado e analisado continuamente e com maior riqueza de método e de resultado.

Ao levarmos em consideração as palavras do autor, verifica-se que o *poder* é classificado em três grandes classes: econômico, ideológico e político. Dessa forma, o *poder econômico* vale da posse de bens materiais, induzindo os que não possuem esses bens, deles necessitarem, a ostentar o comportamento daqueles que os possuem. Com relação ao *poder ideológico*, fica nítido que a utilização das ideias visa influenciar a conduta dos que delas são alvos. E, por fim, o *poder político* é o poder que recorre à coerção para fazer prevalecer a sua vontade, como já visto anteriormente.

Considerando, ainda, as palavras do autor, o conceito acima exerce um importante papel de destaque nos estudos da política e dos fenômenos políticos nas sociedades modernas e pós-modernas. Daí, os percursos tradicionais da história, filosofia política e contemporaneidade das ciências sociais merecem destaque na compreensão da análise clássica, que fez Marx Weber sobre o “poder legal, poder tradicional e poder carismático” (BOBBIO, 1998, p. 950).

O *local*, no presente estudo, coincide com o território que corresponde ao município, em seus perímetros urbano e rural. Porém, não se deve deter apenas aos limites territoriais ou geográficos, pois o local corresponde também às fronteiras estabelecidas pelas relações entre os grupos e os componentes sociais que interagem no território.

Com relação ao termo *local*, Santos (1986, p. 167) considera que “o espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade”. Diante dessa afirmativa, as imagens do *universal* e dos *particulares* coincidem. Portanto, no presente estudo, o local coincide com o território do município, embora seja preciso entender que seus limites não coincidem apenas com seu traçado territorial ou geográfico. Desse modo, não corresponde apenas ao seu espaço físico delimitado

por suas linhas limítrofes, mas pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos sociais que se apropriam e interagem com o espaço (HAESBAERT, 2010).

Sobre a noção de Weber (2005), o poder está presente em todos os grupos sociais dado pelas *relações pessoais*. Desse modo, sempre que há um grupo social – família, escola, igreja e outros –, existem mecanismos de controle.

No entanto, existem variadas formas de poder, mas no presente estudo vamos nos deter no *poder político*. No Brasil, o detentor dessa forma de poder é o povo, mediante a concepção dada pela Carta Magna. De acordo como Parágrafo único do Art. 1º da Constituição de 1988, “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”. Daí, o exercício do poder ocorre pelo voto direto e secreto para escolher o seu representante através de realização de pleitos eleitorais.

A participação ocorre através do exercício do poder político pelo voto e pela participação social. No caso desse último, nós cidadãos somos chamados a participar dos espaços de tomadas de decisão pelos mecanismos constitucionais. Por sua vez, é considerada uma forma de apoderamento do indivíduo social.

Segundo o sociólogo Dowbor (2008, p. 12), o *espaço local*, no Brasil, é os municípios e os consideramos como sendo a “unidade básica de organização social”. Nesse sentido, o *poder local* deve ser entendido como poder que provém da rede de relações estabelecidas no “local”.

Dessa forma, a concepção de participação comunitária e popular moldada por princípios da solidariedade social tem sido observada recentemente em diversos estudos geográficos sob a denominação de exercício da cidadania.

Nesse sentido, a análise procura ver e entender a participação como uma relação complexa e conflituosa entre a sociedade civil, o mercado e o Estado, em que os indivíduos sociais se redefinem através do fortalecimento da sociedade civilmente organizada sob o aspecto de associação a grupos ou associações. Daí, a sua luta não é contra o Estado, mas no sentido de buscar formas de apresentar suas reivindicações e interesses ao aparelho estatal.

Sob o olhar geográfico, devemos considerar as concepções de Dowbor (2008, p. 29) sobre a participação da sociedade na política dentro do “eixo político partidário”. Sendo assim, constitui objetivo desta dissertação observar os aspectos particulares da participação eleitoral e partidária no que diz respeito à sua relação

com o processo decisório no jogo do poder político local e os fenômenos que se manifestam coletivamente mediante os resultados produzidos pelo voto. A geografia política, então, apresenta o local como sendo a arena de alianças e conflitos que estão condicionados à estrutura do poder.

A proposta, neste sentido, foi a de construir uma metodologia para análise do poder local e a territorialidade do voto, na Geografia Política, que permitisse analisar o uso do território pelos partidos mais tradicionais e menos tradicionais na competição eleitoral municipal. Adotamos a orientação de vários autores como aporte metodológico de análise, observação, percepção e interpretação: Claval (2001), Castro (2009), Santos e Silveira (2011), Costa (1992), Cassirer (2003), Raffestin (1993), Leal (1997), Weber (2005), Dowbor (2008) e Duverger (1970) que são o limiar e o fio condutor do nosso processo de investigação.

A dissertação é de importância singular por ser o município de Porto Velho um *recorte federativo* (CASTRO, 2009, p. 135) que, por sua vez, constitui-se num *território político formal* com nível de autonomia *político-administrativa* em sua esfera de influência territorial. É considerado, portanto, um campo formal para a disputa de cargos eletivos para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Por ser o município o centro da nossa pesquisa científica, como justificado no parágrafo anterior – no desenvolvimento do estudo –, concluímos que o nosso desafio maior seria definir o nosso objeto de estudo e análise. Portanto, o conhecimento *a priori* é baseado em Rafesstin (1993), o que nos permitiu delimitar o tema *em torno do processo de decisão do poder local na política e a territorialidade do voto no jogo de poder*.

Para estabelecer a metodologia, recorreremos a Claval (2011), o qual nos afirma que o pesquisador deve utilizar metodologias variadas: (1) o pesquisador estima que os fatos que ele consigna se explicam pelo jogo de mecanismos que ele é capaz de compreender; (2) as decisões tomadas pelos grupos que modelaram e continuam a modelar a paisagem não podem ser diretamente compreendidas pelo pesquisador; e, (3) as preocupações do pesquisador são diferentes.

Através desse caminho foi possível construir a abordagem para a compreensão da análise em Geografia e Política, em especial, o tratamento dado ao confronto entre a teoria que fundamenta a pesquisa e os dados empíricos. Os três componentes da metodologia – teoria, técnica e criatividade – se encontram

articulados numa lógica metodológica consistente, não sendo necessário o predomínio de um dos componentes acima no sentido de evitar a teorização excessiva, a supervalorização da técnica ou do empirismo.

Convém lembrar que o objeto de estudo é o processo eleitoral no município de Porto Velho no período compreendido nas eleições municipais realizadas em 2008 e 2012. Portanto, a geografia política nos dá o caminho a ser seguido no sentido de compreender a materialização do *jogo político* (COSTA, 1992) no uso do território através do sistema de poder local. Por sua vez, a compreensão da estrutura desse poder é manifestada pelos partidos e pela territorialidade do voto no pleito eleitoral para escolha dos representantes a cargos executivos e majoritários.

Neste sentido, é de suma importância para a Geografia e Política esclarecermos os meandros do processo eleitoral desde a sua organização para a realização do pleito – imposta pela legislação eleitoral –, bem como os arranjos políticos locais realizados pelas legendas partidárias, a fim de participarem do pleito até a divulgação do resultado final do jogo eleitoral em âmbito municipal.

Sendo assim, do início do *jogo político* (COSTA, 1992, p. 261) ao desfecho final do término da competição do *jogo eleitoral*, implica a compreensão da estrutura organizacional partidária, na territorialidade do voto e no uso do território para uma conclusão mais sólida do nosso estudo, ou seja, através da observação, compreender como se manifestam a territorialidade do voto e o uso do território no jogo eleitoral através dos arranjos políticos locais.

### **2.3 Poder político local, conflitos e territórios políticos**

A conceituação dada por Bobbio (1998) do exercício do poder pelo ser humano corresponde ao *poder político*. Por sua vez, faz-se necessário entender que para o poder político ser exercido, não é preciso o uso da *força* (ALTHUSSER, 1985). Nesse caso, o que caracteriza seu uso não deve ser a violência, mas as prerrogativas ou a exclusividade do seu uso como visto no capítulo 1, inicialmente.

Nesse caso, as interações e as relações sociais estabelecidas que norteiam as tomadas de decisões políticas, bem como a revisão e o controle dessas decisões no uso do território constituem o que se denomina *processo político*, ao passo que

esses arranjos realizados pelos componentes e as instituições se constituem o *sistema político* da sociedade.

Nas sociedades modernas, não é fácil identificar os distintos fenômenos políticos com total clareza, mediante os processos políticos que conduzem o exercício de poder nos espaços de poder de decisões e nos espaços de tomada de decisão responsáveis pela formulação de políticas públicas.

Desse modo, os *processos políticos* e seus *arranjos* conduzem à formalização das alianças para ocupar esses espaços de poder político e de tomadas de decisão. Por sua vez, os personagens *influentes* (DUVERGER, 1970) usam do seu *poder* para realizar *articulações* a fim de realizar uma composição ou recomposição das forças políticas através da formalização de alianças – coligações – nas *comunidades de base*. Nesse caso particular, utilizam do seu poder para influir nas decisões políticas.

Dessa forma, as concepções de Duverger (1970, p. 76) com relação a esses ambientes de articulações devem ser levadas em consideração, quando nos afirma que,

(...) o problema da articulação geral, problema puramente técnico na aparência e secundário em consequência, problema essencialmente político na realidade e primordial: pois a negociação das ligações e das relações entre os grupos elementares do partido influi profundamente sobre os seus militantes, sobre sua doutrina e sua eficácia de ação, e mesmo sobre os seus métodos e os seus princípios.

Assim sendo, existe uma relação de reciprocidade entre a política e o poder que se situa no exercício de poder – *campo da política*– para mediar conflitos, formalizar *estratégias de ação* (a luta pelo poder), para decidir, fazer ou impor aos outros as decisões tomadas – *campo de poder*.

Desse modo, a política existe para mediar os conflitos entre os indivíduos e os grupos sociais. Daí, na mediação desse conflito, é o poder político que detém o monopólio de uso da força quando necessário (BOBBIO, 1998) no processo de mediação e intermediação.

No território político, constituem-se as *arenas de lutas e decisões*, ou seja, ocorrem os processos políticos. Nessas arenas interagem as instituições e os outros personagens envolvidos na disputa pela ocupação dos espaços de poder e de

tomada de decisões. Dessa maneira, são nas arenas locais onde acontecem a mediação e a intermediação dos conflitos.

Dessa forma, a mediação e a intermediação dos conflitos manifestados no território político materializam-se nas decisões – *processos decisórios*, definidos, segundo Dowbor (2008), pela necessidade do diálogo como intenção, pela vontade como forma de solução e, por fim, pela organização das ações.

O território político como *arena política* de disputa de poder, na verdade, é onde estão inseridas as “regras do jogo de poder político”. No nosso caso de estudo, é onde o poder local e a territorialidade do voto se manifestam e devem ser observados pela geografia e pela política.

Nesse território ocorre a territorialidade do voto e, quando observadas as regras do jogo eleitoral, percebemos que não se realizam apenas na configuração interna dos partidos políticos, mas também pela configuração territorial imposta pela legislação eleitoral. Nesse caso, a configuração do jogo eleitoral se apresenta de duas formas.

A primeira, pela legislação eleitoral no sentido de estabelecer regras à competição eleitoral. A segunda se dá pela forma da estruturação partidária que antecede o pleito e sua representação nas eleições municipais através do seu desempenho na competição mediante o resultado final.

A eleição municipal é vista, no jogo de poder *regional* e *nacional*, como sendo uma prévia das eleições gerais para escolha dos cargos eletivos de presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores das Unidades Federativas, senadores, deputados federais e deputados estaduais, exceto para deputados distritais.

Em resumo, nos capítulos seguintes, considerada como prévias, as eleições municipais são decisivas para os pleitos estaduais na percepção das lideranças políticas, analistas e pesquisadores, significa dizer, que é a legitimação da ação política dos chefes locais. O que foi possível fazer uma correlação espacial de forças entre o poder político dos *partidos tradicionais* e *menos tradicional* (COSTA, 1992, p. 287) com o poder executivo municipal, estadual e federal.

Entretanto, as correlações dessas forças na composição do sistema de poder *local*, *regional* e *nacional*, ocorrem pelos arranjos políticos que se fundam na estruturação partidária das legendas, com o intuito de participação nos pleitos

eleitorais conforme as exigências da legislação eleitoral vigente no país que os divide em dois períodos, ou seja, eleições *locais* e *gerais*.

Nesse caso, interessa-nos a periodização mediante o entendimento de Santos e Silveira (2011, p. 20) que “os usos são diferentes nos diversos momentos históricos”. Ao adotar essa linha de pensamento de uso do território pelas forças políticas locais no que tange a se lançar na competição do jogo eleitoral, passa a ser visto como arena de acontecimentos *particular* e *global*.

Quando consideramos o território político como arena de competição nas suas diversas etapas no decorrer da história e momentos atuais, é preciso antes, considerar os fenômenos particulares que nele se manifestam, evolui, interliga e obedecem a princípios gerais numa data, época ou no tempo. Daí, o território será visto como diversidade ou totalidade quando escolhido para ser esmiuçado no interior de uma situação.

Inicialmente, precisamente no Capítulo 1, a estratégia de pesquisa se baseia do geral para o particular, de acordo com Raffestin (1993, p. 14), se “Ratzel abrisse hoje os manuais de geografia política geral, não se sentiria deslocado – exceto por alguns índices –, pois encontraria categorias de análise utilizadas e forjadas por ele”. Portanto, a geografia política encontra-se em ebulição.

Os dados empíricos coletados a partir dos resultados eleitorais obtidos com a finalização do processo eleitoral, nesse caso, o dia da eleição – o que ocorre em todos os municípios brasileiros de quatro em quatros anos separadamente das eleições gerais - procura demonstrar os arranjos territoriais do jogo de poder políticos, na medida em que a explicação dos processos políticos parte do local vivido e incorporado no imaginário do eleitor.

Esse recorte levou em consideração as relações estabelecidas no jogo de poder político e das estratégias utilizadas na competição eleitoral no município de Porto Velho. Sendo assim, as informações obtidas através do levantamento de dados, a observação detalhada pelo estabelecimento de relações dos *chefes políticos locais* na formalização das alianças para ocupar os espaços de poder e de tomada de decisões, permitam compreender o que acontece no município para, a partir daí, transcender da escala das particularidades para aquela das generalidades, que se insinuam nas escalas locais, regionais, nacionais e mesmo globais.

O conhecimento *a priori* do jogo de poder político local nos permitiu ampliar a o potencial de generalização do estudo. Essa estratégia metodológica utilizada da generalização e particularização, permitindo ao leitor, compreender os meandros do *processo eleitoral* no território político.

O despertar do nosso interesse de contextualizar o jogo político-eleitoral no município de Porto Velho, se deu por rigorosos passos metodológicos - descritos a partir do conhecimento *a priori*, da análise, observação, percepção, coleta e interpretação de dados, por considerá-lo um cenário privilegiado para realização da análise proposta em âmbito local.

O trabalho realizado através de levantamento e interpretação de dados tem como benefício a economia de tempo e recursos ao pesquisador. A análise de interpretação de dados propriamente dita segundo Claval (2011, p. 69), seria “difícil se não tivesse se beneficiado da coleta, da classificação e da publicação de uma massa crescente de dados dos serviços públicos”.

Foram analisados e interpretados os dados levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por sua vez, disponibilizados publicamente através do sítio eletrônico. Desse modo, as informações coletados foram os seguintes: (1) registro e divulgação de candidatos pelos sistemas CANDex e DivulgaCand2012; (2) totalização dos votos majoritários para prefeito por zona eleitoral e resultado final da totalização das eleições municipais realizadas em 2008 e 2012; (3) prestação de contas de candidatos, comitês e direção partidários pelo sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).

Em seguida, houve a preocupação de acrescentar ao referencial teórico, autores internacionais ao acervo bibliográfico, com a finalidade de abranger indicadores e ideias referentes aos conceitos pertinentes à pesquisa.

Formado o banco de dados com base na Geografia, Filosofia, Ciências Políticas, História e Sociologia, foi dado início a leitura crítica, analítica e o fichamento do referencial teórico. No entanto, algumas fontes foram descartadas por ficar distante do problema e as outras que tiveram o seu aproveitamento, contribuiu na estruturação teórica de conceitos e na resolução de problemas junto à dissertação.

Em seguida, a interpretação de dados estatísticos dos resultados eleitorais corresponde às eleições municipais de 2008 e 2012 fornecidos pelo Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) como detalhado anteriormente, bem como das prestações de contas realizadas pelos candidatos, partidos e comitês financeiros. Por fim, a coleta de fotos para fazer algumas ilustrações do presente estudo e confecção dos mapas de localização de Porto Velho e das suas respectivas zonas eleitorais. O que permitirá avaliar qualitativamente a mudança política ocorrida no controle do poder municipal no território de influência político-administrativa deste (COSTA, 1988).

Por sua vez, elaboramos a seguinte pergunta: As relações de exercício de poder estabelecidas no território político e pelos mecanismos de controle social, permitem que o processo eleitoral em âmbito local, interfiram positivamente na participação social? Tal indagação nos encaminha para reflexão otimista das potencialidades do poder local.

Entretanto, o nosso otimismo não está relacionado aos resultados obtidos, mas na visibilidade em torno do tema proposto sobre eleições municipais e territorialidade do voto no município – partindo uma leitura geográfica, o que nos favorece a compreensão dos fenômenos produzidos pelo jogo político e eleitoral no uso do território.

No seu contraponto, o exercício de poder local pode se manifestar negativamente nos mecanismos de controle social e na participação social. Neste caso, podem prevalecer no território político, os interesses que venham reduzir a ocupação dos espaços de tomadas de decisões existentes e muito pior, no exercício de poder para escolha dos representantes para ocupar os espaços de poder no executivo e no legislativo.

Considerando as diferentes nuances e interferências na prática, as ações positivas e negativas no exercício de poder não indicam que o território é usado apenas pelo jogo eleitoral pelos personagens políticos do município. Mas por aqueles que fazem o jogo político em outras esferas de poder político.

Essa capacidade de interferência do poder local no processo político eleitoral pode ser considerada negativamente para a compreensão de fenômenos produzidos pelo jogo político e uso do território.

A consideração e desconsideração dos fenômenos produzidos no território pelos personagens políticos, quando observados, estão dependentes da manifestação de complexos mecanismos da ação, decisão e participação política dos personagens envolvidos na organização do processo eleitoral.

Diversos são os movimentos dos personagens do poder local que influem nas decisões do jogo de poder político e na formulação das políticas públicas locais que serão colocadas a prova no momento da decisão do voto.

Sabemos que a aplicabilidade das políticas públicas é pensada pelo poder político local e/ou elaboradas a partir da participação social, a qual depende de instituições que não pertence à esfera dos espaços de poder. Por exemplo, as políticas públicas que regulam a cobrança de imposto de circulação de mercadorias e outras, que tomaria muito do nosso tempo mediante a vasta lista de exemplos que podem ser considerados nesse caso.

Por sua vez, tratadas em outros âmbitos de forma centralizada, existem outros problemas de competência local, como por exemplo: promover com eficiência os investimentos necessários às escolas de educação infantil, básica, fundamental e das creches mantidas pelo poder público municipal.

O município também precisa garantir a atenção básica de saúde; aprimorar a qualidade de serviços prestados a população com relação à coleta do lixo; modernização da frota de veículos que realizam o transporte público coletivo; realizar permanentemente os serviços de varrição de ruas, avenidas e alamedas.

Ainda é de competência do município a poda de árvores e controle de pragas urbanas; ampliação e manutenção do serviço de iluminação pública; limpeza das galerias pluviais, de rios e igarapés no perímetro urbano da cidade, conservação e limpeza de canteiros paisagísticos do passeio público; ofertar a sinalização de trânsito e entre outros.

Portanto, o município é o maior responsável pela gestão do território em escala local. No entanto, os serviços prestados a população, muitas das vezes passam pelo crivo das prioridades mediante três fatores: os recursos disponibilizados, da participação social e da tomada de decisão.

Por isso, quando observamos a disputa pelos espaços de poder e de tomadas de decisão pelo poder político local, percebemos que esse influi na priorização dos questionamentos levantados durante o processo político eleitoral e através dos personagens envolvidos no jogo de poder político, o que pode gerar conflitos ou interação no momento da escolha e das decisões com relação às políticas públicas locais a serem implementadas.

Percebemos, portanto, que os gestores públicos capacitados e de espírito público, contribuem para mediação e solução desses conflitos através da gestão eficiente – planejamento na condução adequada das políticas públicas.

A história revela que a sociedade está em evolução constante. Por exemplo, mesmo que o poder hegemônico “mudou para não mudar” o *status quo*, isto é, raramente o ser humano que não possui meios econômicos e grupo político para enfrentar um processo político eleitoral, consegue tornar-se um competidor na arena do jogo eleitoral, e quem dirá nessas condições, ser eleito no jogo político existente no país.

Portanto, como *o poder emana do povo*, houve um tempo que votar e escolher seus representantes no Brasil era reservado apenas a pessoas de pele branca, do sexo masculino e maiores de 25 anos.

Mas ao longo da história política brasileira, a legislação eleitoral evoluiu, corrigiram-se por lutas travadas no seio da sociedade, fez com que a legislação eleitoral avançasse. Permitindo não de maneira livre, mas obrigatoriamente, levar as mulheres, os negros, os analfabetos, religiosos, indígenas, militares (a legislação suspende o alistamento eleitoral apenas durante o período de serviço militar obrigatório) e até os maiores de 16 anos (voto facultativo), às urnas de votação, independentemente de sexo, religião, etnia ou condição social.

Significa dizer, mesmo com o voto direto, obrigatório e secreto, é dado a oportunidade para que todos tenha um papel ativo na democracia representativa brasileira e desfrute do direito constitucional de escolher seus dirigentes e representantes de forma direta.

Mas em outras palavras, os detentores do poder político local sabem utilizar com habilidade o poder político que lhe foi disponibilizado pelos arranjos das esferas de interesses econômicos, cabendo ao povo, apenas legitimar a ação desses detentores do poder econômico em diversas escalas.

Sendo assim, as estratégias partidárias utilizadas pelo poder político local para organizar o espaço e com isso obter resultados políticos mediante o voto, significa dizer que a convivência com as dificuldades encontradas relacionadas ao “que fazer” e “como fazer”, muitas das vezes passa pela vontade política de quem detém o poder de decisão. Portanto, as dificuldades não devem ser vistas como

obstáculos existentes no campo político-administrativo, muito menos no campo teórico e prático do jogo de poder.

Perceber no nosso estudo o *que fazer*, implica nesse caso, estudar as estratégias utilizadas pelo poder político local para organizar o espaço e com isso obter resultados políticos mediante o voto. O *como fazer* refere-se à implantação de políticas públicas que aproxima quem possui o poder de decisão a quem detém o exercício de poder.

Portanto, por ser considerado intrinsecamente político o espaço em questão, é importante refletir sobre os aspectos que levam a modernização do território a partir da formação do processo eleitoral, ou seja, desde a organização do jogo eleitoral. Nesse caso, ao lado do modelo “hegemônico” surge a experimentação de propostas “alternativas” pela disputa dos espaços de poder de decisão.

Nesse sentido, percebe-se o elemento tradicional da política na disputa pelo poder político local, o que gera dúvidas e incertezas que permanecem nos campos de saber teórico e prático, tanto do exercício de poder quanto dos processos políticos.

O poder político local e a territorialidade do voto constituem as categorias principais de análises empíricas. Essas categorias são compostas de vários componentes. Alguns com maior e outros com menor visibilidade mas, podendo ser de fácil identificação por estarem mais institucionalizados.

Sendo assim, os componentes que fazem parte desse cenário são três: (1) o Estado; (2) o município; e, (3) os partidos políticos. Em cada um desses componentes ocorrem processos políticos que, em tese, influenciam nos processos de tomadas de decisões locais.

Esses processos decisórios devem ser considerados na análise da geografia política, sendo importante identificá-los tanto no estudo empírico quanto na confrontação deste com o referencial teórico que dá suporte à presente análise geográfica.

Santos (2012, p. 19) explica a importância da compreensão de conceito à realidade empírica

a expressão conceito é geralmente traduzida como significando uma abstração extraída da observação de fatos particulares. Mas, pela razão de que cada fato particular ou cada coisa particular só tem significado a partir

do conjunto em que estão incluídos, essas coisas ou esse fato é que termina sendo o abstrato, enquanto o real passa a ser o conceito. Mas o conceito só é real na medida em que é atual.

Compreensão de conceito é, antes de tudo, tomar conhecimento, isto é, entender o verdadeiro significado conceitual das palavras. Portanto, o juízo de conceitos está intimamente relacionado ao intelecto, à percepção, à consciência e ao conhecimento que só podem ser entendido à luz da história e do presente.

Cada momento histórico sobre um território pode ser considerado importante numa investigação científica. Desse modo, os fenômenos e manifestação de poder em escala local, a geografia explica (SANTOS, 2012) cada elemento, objetos técnicos e formas quanto à mudança de papel e de posição no sistema temporal e espacial e as relações que se dão sobre ele. Haesbaert (2010, p. 160) afirma que é “quase senso comum, de que a geografia se define como disciplina focalizada sobre a dimensão espacial, seu conceito-mestre- ou, para nós, categoria, por sua maior amplitude – não é região ou território, mas o espaço”.

Portanto, para facilitar o estudo dessa categoria empírica no processo político local, procuramos dar visibilidade aos personagens, os interesses e as formas que se movimentam no jogo do poder político local no antes, durante e ao término da realização do processo político eleitoral.

Castro (2009, p. 139) afirma que “o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é a arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle”.

A arena de conflitos no presente estudo coincide com o território político local, onde ocorrem as divergências e convergências políticas pelos personagens que fazem o jogo do poder em escala local. Por sua vez, a mediação dos conflitos e interesses é dada pela formulação de acordos e alianças, que tem por objetivo, manter ou conquistar os espaços de poder e de tomadas de decisões.

Por isso quando consideramos a importância da visibilidade dos personagens envolvidos no jogo do poder político local, contribui de certa maneira, para tentar dar uma melhor condição homogênea na análise e interpretação dos dados. O Estado, o município, os partidos políticos, os chefes políticos locais, os possuidores de interesses econômicos e entre outros, constituem os personagens específicos nessa arena de conflito no território.

Os interesses dos personagens se tornam explícito pelo discurso e implícito no uso do território político – arena política de conflitos e interesses. Ou seja, o discurso não condiz com a prática. Para ilustrarmos, suponhamos que um prefeito – chefe político local – contrariado por um profissional da imprensa, comenta com um assessor de confiança que está furioso com um “jornalista” por uma matéria escrita num jornal diário.

Providencialmente, o assessor sugere: “talvez seja bom pregarmos-lhe um susto para que não emita opiniões contrárias a sua administração”. O político, nesse caso, limita-se a comentar: “as pessoas têm de saber que acidentes acontecem a qualquer momento”. Desta forma, o político não afirma diretamente aquilo que pretende fazer, o político dá seu consentimento implícito à ação.

Os interesses implícitos no jogo do poder no processo político possuem um significado mais abrangente, que são as adoções dos elementos mais tradicionais da política brasileira, ou seja, o compadrio, a barganha, o toma-lá-dá-cá, o favor e outros conforme o quadro 01. Explicitamente, como elemento menos tradicional, o financiamento de campanhas eleitorais por meios legais ou ilegais. Todavia, o processo político brasileiro continua a incorporar novas realidades e novas ideias (SANTOS, 2008b).

**Quadro 01 – Elementos da política tradicional brasileira.**

<b>Elementos</b>	<b>Definição</b>
Compadrio	Relação de favoritismo político.
Barganha	Troca de influência ou de benefícios feita, geralmente, de maneira desonesta e uso de subterfúgios.
Toma-lá-da-cá	Regra da cultura tradicional da política brasileira de troca de favores por apoio político.
Troca de Favores	Recebe o nome de clientelismo a prática política de troca de favores, na qual os eleitores são encarados como "clientes" – negociação do voto.

Fonte: Organização nossa.

Considerado intrinsecamente político o espaço em questão, é preciso sempre levar em consideração os fenômenos produzidos no espaço pelo processo eleitoral, nesse caso, desde a organização do jogo eleitoral (RAFFESTIN, 1993) por meio dos *novos objetos técnicos* e das *novas formas utilizadas*, bem como dos personagens envolvidos na competição para manutenção do poder político local e territorial.

Os novos objetos técnicos e as novas formas do jogo eleitoral para manutenção do poder político e poder territorial, na realidade histórica do jogo político, se tornam sinônimo. Ou seja, levando em conta o contexto sócio-histórico da inserção dos personagens envolvidos – movimento na arena de competição - pela disputa do poder local. Portanto, nosso limiar parte da noção entre espaço geográfico e o território usado como campo da competição eleitoral.

Segundo Santos (2008b, p. 39), “essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

A acepção das noções acima, nos permitiu trabalhar com o conceito de território usado, por se tratar, neste sentido, de uma soma indissociável dos *objetos e sistemas de ações* (SANTOS, 2008b) mediante as diversas formas para entender o espaço. Esse que se encontra em permanente movimento pelas ações que criam, recriam, constroem e reconstroem se utilizando dos objetos naturais ou artificiais encontrados no espaço (SANTOS, 2008a).

A realização sobre esses objetos preexistentes condiciona a forma como se dão as ações que dinamiza e transforma o espaço. O espaço já não é mais o mesmo, o movimento que anima a sociedade local, produz fenômenos que justifica o uso do território por meio das ideologias e do capital (SANTOS, 1986).

Meyer (2009, p. 75) explica a importância da análise do nível local para a compreensão da construção do território

mirar la realidad **desde lo local**, con centralidad em los agentes locales que son parte de la producción de las realidades territoriales puede ayudar a visibilizar y empujar procesos políticos liberadores, ampliando los campos de acción de sectores sociales locales subalternos<sup>2</sup> [grifo do autor].

O *uso do território* como categoria de análise nesse caso, se revela como sendo um novo sistema de objeto moderno para análise dos fenômenos produzidos pelo jogo político no território. Portanto, as *novas formas de ações* do jogo político são na verdade, os *novos modos* de fazer o jogo eleitoral, revelando a imagem

---

2“Olhar a realidade **a partir do local**, com centralidade nos agentes locais que são parte da produção das realidades territoriais pode ajudar a tornar visíveis e fomentar processos políticos libertadores, ampliando os campos de ação de setores sociais subalternos” [tradução nossa].

desejada de um local de relações sociais (RAFFESTIN, 1993) e relações de poder (COSTA, 1988).

Epistemologicamente, a nossa análise não resulta de um limiar determinista (RAFFESTIN, 1993) na interpretação dos fenômenos sociais, entre eles, os políticos (COSTA, 1988) no uso do território. Mas centrado a partir de um conhecimento *a priori* de um dado *espaço e tempo* (KANT, 2002). É nosso interesse as formas de *relação de poder político* produzido no espaço (LEAL, 1997) e na compreensão de que os fatos devem ser relacionados *a toda vida social* (CLAVAL, 2001) e, conseqüentemente, as *novas formas e ações complexas* de exercícios do poder aí geradas (SANTOS, 2008a; CASTRO, 2009). Daí, os elementos que se forjam na relação espaço-poder (COSTA, 1988; RAFFESTIN, 1993).

A partir dessa compreensão, reafirmamos a nossa insistência na análise dos elementos mais tradicionais e menos tradicionais da política. Nesse caso, elementos complexos de prática política para compreensão do exercício de poder no território local. Pois são elementos que esbarra nos mecanismos de *controle* (HISSA, 2002) do poder.

Sendo o espaço geográfico um fenômeno social, esse no fez seguir por caminhos que revelam os meandros desses novos mecanismos desenvolvidos através das formas institucionalizadas e das relações estabelecidas numa sociedade complexa, como é a sociedade brasileira.

Os mecanismos adotados para estabelecer o exercício de poder através das formas institucionalizadas e organizadas como sindicatos, associações, entidades representativas de classe, partidos políticos e também, os fenômenos típicos das sociedades modernas condicionados pelas formas de controle e gestão, revela os fenômenos das formas sociais no uso do território.

Portanto, no mundo globalizado, segundo Costa (1988, p. 24), “não caberia mais a velha concepção de um Estado uno, centralizador e ‘sem face’, pairando autoritariamente sobre a sociedade, esta sendo concebida pelos donos do poder, enquanto um conjunto amorfo de pessoas designada como ‘população’”.

Nesse arcabouço, o território “deixa de ser a fonte exclusiva de poder do Estado e de riqueza de uma nação” (COSTA, 1988, p. 25). Por sua vez, o país é *sui generis* na implementação de mecanismos e práticas das democracias avançadas

no uso do seu território. Além disso, o convívio da sociedade com uma gritante desigualdade social.

Os fatos históricos quando estudado, revela um Estado brasileiro que não pode ser subestimado quanto ao papel e a sua importância no controle da vida nacional. Tal controle tem origem no absolutismo monárquico, fazendo-se presente na Independência, na fase do Império e também com a República.

Na atualidade, ocorre através do conservadorismo na política, reproduzido nas formas verticais e horizontais da centralização da riqueza e do poder pelas oligarquias regionais. Por sua vez, asseguram dessa forma, a estabilidade e equilíbrio do poder conforme seus interesses.

Considerando as mudanças de regimes políticos ocorridas no Brasil desde a colonização até os dias atuais, quando estudado em particular, permite observarmos os fenômenos produzidos no uso do território mediante os diversos arranjos político-eleitoral que se sucederam, e culminou, com a atual estrutura político-organizacional do país.

Conseqüentemente, os arranjos e rearranjos dos processos político-eleitorais forjados para o uso do território não foram capazes de alterar os *fundamentos das práticas das políticas tradicionais* que norteiam o nosso *cenário político* em todas as esferas até os dias atuais no jogo político de poder local.

Castro (2009, p. 87) afirma que “identificar como fenômeno político cria uma dimensão própria no espaço tem sido uma questão para os geógrafos preocupados com a espacialidade dos processos e fenômenos políticos”. Portanto, os fenômenos políticos produzidos pelos partidos políticos nacionais para promover arranjos ou rearranjos na cultura política local, mediante acordos políticos firmados de cima para baixo, *viabilizam* ou *inibem* o uso do território pelo poder político local.

Para analisar os fenômenos políticos na escala local e pertinente ao problema proposto, reforçamos a categoria de análise: território – “*una unidad de relaciones que se transforma conjuntamente com los procesos y agentes que se vinculan com el [território] em escalas diferenciales*”, conforme Ramírez-Velázquez (2011, p. 558)<sup>3</sup>.

Sendo assim, os partidos políticos no uso do território, revelam as *novas formas* do exercício de poder no jogo eleitoral. Muitas das vezes, essas novas

---

<sup>3</sup>“uma unidade de relações que se transforma conjuntamente com os processos e agentes que se vinculam com ele [território] em escalas diferenciais” [tradução nossa].

formas são *possibilitadas* ou *cristalizadas*, antes ou durante a competição eleitoral. O que resulta na *manutenção* ou *modificação* da territorialização do poder político local.

Por fim, apresentar a organização do pleito eleitoral conforme a legislação eleitoral vigente a época, a estruturação organizacional partidária, formação de alianças através das coligações partidárias, o movimento dos partidos e uso do território quando se antecede o pleito.

## CAPÍTULO III

### A GEOGRAFIA E O SEU ENCONTRO COM A POLÍTICA

Figura 06 – O tabuleiro de xadrez redondo (2014).



Fonte: <http://blogdebrinquedo.com.br/>.

*“É preferível que seu inimigo superestime a sua estupidez do que sua esperteza.”*  
(Ditado popular)

## A GEOGRAFIA E O SEU ENCONTRO COM A POLÍTICA

Para proporcionar o encontro da política com a geografia e as relações de poder através dos meios e estratégias no uso do território dado pelo jogo político, precisamos nos perguntar primeiramente o que é política? A política no mundo moderno é definida pela compreensão das principais tradições ideológicas. Nesse caso, as ideologias são ferramentas importantes para ordenar, definir e avaliar o cotidiano político e identificar a constituição de novas identidades políticas.

Para Souza, Garcia e Carvalho (1998, p. 424), “a política diz respeito à ação humana tendente a conseguir a adoção de decisões relacionadas ao governo da sociedade, sua organização e forma de exercício de poder”. Considerando que o termo política está estreitamente ligado ao de poder. Daí, quando estudado os meios e estratégias no uso do território pelos componentes da sociedade, percebemos que a política é um processo de formação, distribuição e exercício de poder.

No mundo globalizado de hoje no qual vivemos, segundo a concepção de Costa (1988, p. 24), “não caberia mais a velha concepção de um Estado uno, centralizador e sem face”. Diante de tal afirmativa, iniciamos a nossa investigação no sentido de buscar compreender os meios utilizados para se dar o *exercício de poder* no uso do território pelo *poder político*.

Em razão dos parágrafos anteriores, buscamos o significado da palavra *política*. A palavra vem do *grego politeía* – que tem origem na *polis*, “Cidade Estado”, que, por sua vez, desde a antiguidade (ARISTÓTELES, 2007), a cidade é considerada como o espaço de vivência humana e cabe ao Estado, a administração pública dos territórios ocupados e utilizados.

Por conseguinte, as relações dos indivíduos de uma sociedade com o território geram fenômenos *políticos* e *sociais*. Desse modo, os fenômenos em questão, quando esmiuçados pela geografia, a sua compreensão se dá através das práticas das sociedades políticas existentes e conseqüentemente, das instituições, quando ambas se manifestam no uso do território ocupado e utilizado.

O uso do território revela às relações estabelecidas no cotidiano de todas as sociedades nacionais civilmente organizadas - separadas por grupos e classes

sociais, o que nos leva a compreensão de que os fenômenos políticos são relacionados a toda vida social (CLAVAL, 2001), possuindo interesses *diferentes* e *conflitantes* no uso do território.

Antigamente, as relações políticas eram estabelecidas com base segundo os conceitos clássicos de fazer o *bem comum* (CASSIRER, 2003), portanto, as relações eram estabelecidas nas cidades – vista como comunidade política. Por sua vez, o termo *bem comum* pode ser considerado atual, mesmo que seja visto como um ideal a ser alcançado pelo indivíduo.

Destarte, o conceito moderno dessas relações está estreitamente ligado às relações do *exercício de poder no uso do território*. Essa definição se origina na vida social dos grupos e classe sociais que segundo Castro (2009, p. 40), é “devido as suas características como idade, escolaridade, renda, profissão, ocupação, local de moradia, religião etc., possuem interesses diferentes e muitas vezes conflitantes”.

Os interesses e conflitos surgem da ação humana presente numa sociedade complexa. Como exemplo local dessas complexidades, ou seja, a cidade de Porto Velho, tanto no meio urbano como no rural.

Sendo o primeiro caso, a reação da população à poluição sonora produzidas pelas igrejas e casas de diversão noturna no seu entorno. No segundo caso, a população ribeirinha e de assentamentos rurais atingidos pela cheia do Rio Madeira do ano de 2014 bem como o aumento do lençol freático na área de entorno das recém construídas Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira.

Portanto, no meio urbano, as igrejas desejam propagar a sua fé e os jovens que frequentam baladas nas casas de diversão noturna, gostam de ambientes com músicas reproduzidas em altos decibéis. Por sua vez, os moradores no entorno se sentem incomodados por desejarem um ambiente de silêncio.

No meio rural, os ribeirinhos e produtores rurais assentados nas áreas de entorno, responsabilizam as Usinas do Rio Madeira pelos prejuízos que amargam desde a sua construção e desejam que suas terras sejam indenizadas. Pois querem produzir, vender e lucrar com suas culturas agrícolas, mas se sentem prejudicados mediante a cheia e a alta umidade do solo.

Em síntese, quanto mais complexa a sociedade em qualquer que seja a escala, maiores serão as diferenças mediante as suas necessidades e conflitos gerados por esses grupos e classes sociais no uso do território.

Dessa forma, é apenas estudando detalhadamente, cada uma dessas diferenças geradoras de interesses e conflitos, sem modelos ou esquemas já prontos, que se pode de fato compreendê-las.

O conhecimento *a priori* em relação às formas do jogo político, ou seja, desde a organização da agremiação partidária, até as atividades políticas desempenhadas durante todo o processo da disputa por cargos eletivos conforme prevê a legislação eleitoral, nos ajudou na elaboração do projeto de pesquisa elucidando dos nossos questionamentos.

Daí, a nossa preocupação em estabelecer uma categoria de análise geográfica e conceituá-la. Logo, o território e seu uso, mesmo diante dos diferentes conceitos e definições dadas pela geografia de poder (FRAGA, 2011), se revelou categoria apropriada para a presente dissertação versando sobre geografia e política, pois ambas se complementam.

Muitos autores da geografia política e geopolítica consideram o território como limiar para os estudos geográficos sobre estrutura de poder, portanto, faz-se necessário trazer às definições de uso frequente dado ao *território*.

A primeira definição nos é dada por Ratzel (MORAES, 1990, p. 23) quando este apresenta o conceito de território atribuído por Ratzel, considera o território como sendo “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano”. Dessa forma, o território na concepção ratzeliana é colocado como um espaço possuído por alguém que exerce o seu domínio, na verdade, uma posse que por sua vez, lhe confere identidade.

Por conseguinte, Andrade (1995, p. 19) afirma que:

o conceito de território não deve ser confundido como o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao de poder público, estatal, que ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Então, mediante o conceito dado pelo autor, o território não deve ser confundido com espaço e lugar. Seu uso é frequentemente ligado para se referir a uma área pertencente a um Estado - domínio, quando esse fixa seus limites político-administrativos (a gestão de determinada área, correspondente a sua soberania;

sentimento de nação e na atualidade, a diminuição das suas fronteiras políticas em favor da reprodução do capital) como fenômeno comprovadamente quando analisado o processo de globalização da economia.

Ante o exposto, Raffestin (1993, p. 60) diferencia o espaço de território mediante a definição que o “território é o espaço político por excelência”. Quem também corrobora com essa lógica é Fraga (2011, p. 82), quando afirma que “o território se faz um espaço político por excelência, o campo da ideia de ação dos trunfos de poder e de domínio”. Portanto, para ambos os autores, a noção de território está relacionada à noção de instância de política administrativa e tal noção, se dá pela gestão do território.

Apesar da diferenciação de espaço e território citados por esses autores, não obstante, as definições facilitam a compreensão do termo território. Neste sentido, quando ocupado e utilizado, faz-se necessário observar os conflitos gerados a partir de interesses antagônicos, tornando-o um campo de relação de poder.

O território tem sua origem no espaço, resultado de uma ação realizada pelo ser humano em qualquer condição “*territorializa o espaço*” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), forjado pelo trabalho, entre uma energia e informação, que por resultado, expõe as relações marcadas pelo exercício do poder.

Portanto, embora possa parecer redundante, interessa a geografia política saber que o território aparece como sendo uma “produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, 144) que agrega diversas relações consideradas manifestações de poder. Todavia, significa dizer que um é inerente ao outro, ou seja, estão intrinsecamente ligados e qualquer que seja a concepção de espaço surgido a partir das relações locais.

Para Santos e Silveira (2011, p. 247), trabalhar com a concepção de território é “levar em conta a interdependência e as inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. Da mesma forma, quando deparamos com o território vivido ou vivenciado, este revela o nosso passado e presente, na verdade, o nosso quadro de vida. Segundo Martins (1994, p. 165), “como dizia Henri Lefebvre, há um desencontro entre o concebido e o vivido. As palavras e os conceitos não correspondem a prática e a experimentação da prática”. Sendo assim, o território herdado por uma determinada sociedade é marcado historicamente por objetos técnicos e culturais,

por vezes, sua significação advém das ações que o dele fez uso no passado e no presente.

Em tais ações, querendo ou não, fica claro que todo indivíduo na sociedade exerce política o tempo todo no território por ele ocupado e utilizado. Portanto, é impossível acreditar que numa sociedade, o indivíduo a vivencie sem praticar o exercício de poder por omissão ou falta de ação. Castro (2009, p. 40) explica, ainda, que

os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses.

Então, mediante afirmativa da autora, não é possível ignorar a política no convívio em sociedade, seja ela diferenciada ou complexa (CASTRO, 2009). No entanto, ignorar o exercício da atividade política, se a opção for essa do indivíduo, é mergulhar no passado e buscar para realidade, a máxima escrita por Platão há 2.500 anos, ou seja, o castigo dos homens capazes que se recusam a tomar parte nas questões governamentais é viver sob domínio dos homens incapazes.

A pensadora política Arendt (2008, p. 76) reforça a passagem de Platão sobre o perigo que representa os “desinteressados dos assuntos humanos”, por sua vez, devendo “assumir o exercício do poder no mínimo por medo de ser governado pelo ignorante”. Neste sentido, deixar de exercer o poder político, pressupõe que o indivíduo estaria deixando de ocupar o seu espaço na participação social.

Queremos ou não, nas sociedades organizadas existem diversos interesses e o desejo de realizá-los geram conflitos. Portanto, o exercício da atividade política é a maneira mais coerente para gerir esses conflitos. Por sua vez, deixar de exercer o poder político é ser omisso com seu próprio destino ou pelo destino da sua cidade, estado ou país.

Admite-se, por hipótese, que as sociedades por mais simples que sejam só podem ser concebida junto com o território ocupado que lhe pertença segundo a concepção de Ratzel citado por Moraes (1990), ou seja, se territorializam. Dele faz uso da melhor maneira conforme seus interesses mediante as formas de vida de cada indivíduo.

O que será por certo, os conflitos de interesses gerados pelas formas de vida dos indivíduos, nos faz entender que a política os afeta de tal maneira, que as tomadas de decisões mais corriqueiras do cotidiano, se tornam uma decisão política. Por isso, o exercício de poder e a participação social, é ocupar os espaços de poder, portanto, não atribuir a terceiros as decisões que se poderia assumir. Na verdade, é este o papel de um indivíduo opaco no convívio em sociedade. Para Silva (2005b, 45),

os estudos de poder, mesmo o poder local, não devem limitar-se a fronteiras político-administrativas, embora sendo nelas, com a existência de diversos poderes legitimados, como o próprio poder público, as associações dos municípios, por exemplo, que o poder político é mais bem estruturado.

Desse modo, o exercício de poder e a participação social do ser humano e dos componentes da sociedade, quando participam efetivamente na organização do território, são suporte de base social local. Ambos contribuem da mesma maneira para o aprimoramento dos espaços de tomada de decisão.

Abrimos esse capítulo apresentando a invenção da política através da formulação dos conceitos e definições para explicar o seu processo de formação, distribuição e exercício do poder no território ocupado. Agora, buscaremos conceituar o termo poder na presente discussão, aproveitando para analisar os fenômenos por eles produzidos no uso do território.

### **3.1 A invenção da política, do poder e da autoridade**

A invenção da política, do poder e da autoridade são termos relevantes nessa discussão. Seria inconcebível para geografia e política iniciar um estudo dessa envergadura sem antes apresentar uma análise mais detida dos temas apresentados. Principalmente, quando se pretende forjar o conhecimento para uma melhor compreensão dos próximos capítulos referente ao *jogo de poder político e uso do território* em escala local.

Desse modo, a invenção da política até os dias atuais é atribuída aos gregos e romanos, ou seja, quando esses inventaram o *poder e autoridade política* em

substituição ao poder *despótico* ou *patriarcal*. Isso não que dizer que antes, não existiam poder e autoridade. Sendo assim, devemos nos perguntar por que e para que serve o poder político? Por que a existência de um Estado para cumprir o papel de comandante? Por que o povo é comandado? Sempre existiu o poder político do Estado? Como esse poder surgiu?

Portanto, faz-se necessária a compreensão das formas distintas que se apresentava o poder no passado. Daí, temos primeiramente o poder patriarcal, essa forma de poder era representado por uma hierarquia mais simples, conforme assegura Claval (2001, p.111): “estabelecem-se naturalmente na vida familiar”. Mas segundo a concepção de (ROUSSEAU, 1968, p. 38), a “família é o primeiro modelo das sociedades políticas por ser o chefe a imagem do pai e os filhos a do povo”.

Ambas afirmativas nos revelam que o poder era exercido pelo pai sobre os demais componentes de uma família, ligados por laços afetivos, econômicos e de proteção militar aos que lhe deviam obediência. A forma de poder nessa hierarquia simples se dava pela relação pessoal do chefe de família. Por sua vez, o *chefe* garantia proteção aos súditos mediante a sujeição, ou seja, *obediência* e fidelidade como forma de *lealdade*.

Os primeiros legisladores gregos e romanos que conheciam bem essa forma de organização adotaram medidas visando impedir a concentração dos poderes e de autoridade nas mãos dos governantes à época. Nesse caso, a figura do rei, tido como senhor único da terra, representante da divindade, da justiça e das armas tiveram seus poderes econômicos, religiosos, judiciários e militares restringidos pelos primeiros parlamentares eleitos diretamente pelo povo.

Os primeiros legisladores restringiram essa concentração de poder, tornaram a propriedade da terra como sendo régia ou privada das famílias independentemente. Nesse caso, o governante não seria proprietário das terras régias, privada, comunal ou pertencentes às aldeias.

A história registra grandes diferenças na formação da Grécia e de Roma, mas ambas possuíam três pilares em comum para invenção da política. O primeiro se firma na propriedade da terra, depois no fenômeno de urbanização e por último, o modo que se deu a divisão territorial das cidades.

Tanto em Roma como na Grécia, o campo deu origem a uma camada pobre de camponeses que migraram para as aldeias, se tornaram artesãos e

comerciantes. Que em termos econômicos e sociais, fez aparecer o fenômeno da urbanização, ou seja, transformou as aldeias em centros urbanos. Artesãos e comerciantes somados às populações urbanas – assalariados tidos como pobres deram origem a conflitos históricos pela disputa de poder com as grandes famílias agrárias.

Diferentemente do jogo pacífico de difusão (CLAVAL, 2001), tais conflitos deram origem a luta de classes entre ricos e pobres ou vice versa. Assim, na Grécia ou em Roma, a luta de classe exigia um fim e a solução encontrada foi com a *política*, ou seja, transformou as comunidades em cidades propriamente dita. Com as cidades surgiram os primeiros chefes políticos – legisladores, de pronto, esses promoveram a divisão territorial das cidades com o intuito de diminuir o poder das famílias agrárias, dos comerciantes e artesãos. As primeiras divisões territoriais visavam atender as reivindicações dos camponeses, artesões e assalariados urbanos.

Destarte, a divisão territorial dividiu a *polis* em *unidades sociopolíticas*, ou seja, na Grécia denominada como *demos* e em Roma como *tribus*. Os indivíduos sociais, independente da classe ou situação econômica, conseguiram assegurar o seu direito de participação de forma direta ou indiretamente na tomada de decisões.

A participação direta teve sua origem na Grécia em Atenas, os indivíduos naturais do *demos* tinha o direito de participar diretamente do exercício do poder, o que culminou no surgimento do regime democrático.

Por ser uma sociedade mais complexa, em Roma, o regime político se configurou como sendo uma *oligarquia*, ou seja, os componentes não proprietários e pobres formavam a *plebe* que por direito, podiam eleger seu representante – *tribuno da plebe* – para defender e garantir a defesa dos seus interesses e privilégios junto aos *patrícios* que constituíam a *populus romanus*. Era a forma como o povo romano na sua grande maioria participava do poder.

Portanto, o maior significado da invenção da política, foi para mediar os conflitos que surgiram pelas diferentes formas de lutas de classes. Sem que houvesse repressão ou uso da força e violência para reprimir os conflitos. Por sua vez, a política é uma atividade legítima para mediar os conflitos e os interesses (CASTRO, 2009) dos grupos e das classes numa sociedade civilmente organizada.

Os gregos e romanos tornaram a política inseparável do tempo, conceberam a participação política como ação contínua de transformação da realidade social. Deram ao homem, o poder de ação para construção de uma sociedade justa e feliz, isto é, a vida humana propriamente digna de seres livres. Mas até os dias atuais, o homem convive com as injustiças e desigualdades sociais, o que o torna distante da felicidade.

Quanto à política, os gregos e romanos conceberam a noção do possível – *nós podemos*. Por sua vez, o legado deixado consiste no exercício da prática política como ação humana, que na verdade resulta no exercício de poder numa sociedade complexa, para que se possa dar respostas e soluções em relação às diferenças, contradições e conflitos. Tais respostas e soluções, não devem surgir de forma camuflada, sacralizada ou escondida das temporalidades impostas pela modernidade ao conceito de política.

### **3.2 As formas de poder e seus fenômenos**

A compreensão das formas de poder e os fenômenos produzidos no território político são, de suma importância, para compreensão dos pressupostos levantados pelo presente estudo de geografia política. Castro (2009, p. 49) afirma “que não pode haver geografia política que não incorpore a política”. Para autora, a geografia política e sua relação com a política propriamente dita se dão pelo modo do controle dos mecanismos sociais. O que nos leva a compreensão dos meios utilizados para apresentar soluções aos conflitos e interesses divergentes que eclodem em tempos diferentes numa sociedade.

Mesmo diante das temporalidades, o estudo geográfico sobre política, resultou em novos personagens individuais e institucionais que surgiram diferentemente das comunidades retratadas por Claval (2001) em relação às organizações hierárquicas institucionalizadas já indicadas.

Portanto, é imprescindível levar em conta a concepção de Santos (2008b, p. 39) em relação ao ponto de partida dessa sociedade humanizada que “dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

No entanto, é impossível deixar de estabelecer uma discussão sobre poder e os fenômenos produzidos por ele no território, ao menos na geografia. Dessa forma, se não construirmos uma base teórica consistente no sentido de responder as seguintes indagações: o que é poder? Quais as formas de poder? Como se dá o exercício de poder no uso do território?

Sousa, Garcia e Carvalho (1998) afirmam que a palavra “poder” vem do latim vulgar *potere*, que substitui o latim clássico *posse*, contração de *potisesse*, ser “capaz”. Logo, verificamos que se refere essencialmente à faculdade, possibilidade, capacidade, força ou meios para produzir certos efeitos. Por sua vez, transmite a ideia de poder temporal sobre um território, ou seja, governar, ser governado e de obediência. Ainda para estes autores (SOUSA; GARCIA; CARVALHO, 1998, p. 417), “a autoridade é também imperativa, sobretudo pelo prestígio que a cerca, o saber que nela reconhece, o respeito que suscita”.

Portanto, quando evocamos os conceitos de poder e autoridade na política, a sua ação proporciona *superação* de problemas que pode ser entendido como *benefícios* e *progresso* através de melhorias realizadas, mesmo que não seja por uma ação direta, mas garantindo aos indivíduos sociais que formam a sociedade, as condições favoráveis a sua propagação, por vezes, a sua inteira expansão mediante o exercício de poder do homem sobre o homem, dispondo de variáveis a partir dos *meios* estabelecidos para se chegar ao seu *fim*.

Para Castro (2009, p. 101), “é preciso ainda distinguir o *poder de*, que define a capacidade de fazer, do *poder sobre*, que se encontra não mais no campo das coisas sociais, mas das vontades”. Portanto, se o poder é uma condição de força visto como uma possibilidade concreta de ação pelos meios que dele faz uso justifica então, que o seu exercício, consiste na relação que se mantém com outra coisa que é *frágil, dependente e variável*.

Visto anteriormente que poder é ação do qual resulta em execução, a autoridade se apresenta como capacidade fundamental em decorrência da concepção da mente, dada pela regulamentação social (SOUSA; GARCIA; CARVALHO, 1998). Portanto, a “concepção de poder e de autoridade devidamente ajustadas ao bem comum” – historicamente, visto como razão de ser do *poder sobre* e da autoridade, se revela como “a força de propagação de uma vontade a outra” (CASTRO, 2009, p. 101).

A legitimidade do poder acontece a partir da sua origem na fundamentação histórica e dos princípios jurídicos estabelecidos no *poder legal*. Mas quando o poder torna-se ilegítimo, ou seja, revelando-se inverso, esse não cumpre seus *fins* estabelecidos historicamente, que é o de promover o bem estar de toda a sociedade. Assim, deixa de cumprir os *benefícios* e proporcionar as *vantagens*. É assim que faz surgir à *tiranía*.

As concepções de poder legítimo e ilegítimo, nos motiva levar adiante a nossa investigação. Sendo assim, o poder quando legítimo conserva a autoridade através da regulação das suas ações constantemente. Tal regulação se faz pela participação e na construção coletiva do bem estar social da coletividade. E quando, permanece fiel a missão que lhe foi concebida, realizando as metas e objetivos que constituem a sua razão de existir, o poder se torna legitimamente a serviço do cidadão, sendo seu horizonte a promoção do *bem comum* e a *paz social* com intuito de garantir uma *vida melhor*.

A inversão do poder, quando esse se torna ilegítimo através da conduta de quem faz o poder, ou seja, deixa de cumprir a sua missão em detrimento dos seus interesses pessoais e particulares – “volta-se o poder para si mesmo, na ânsia do poder pelo poder e não pelos serviços a prestar” (SOUSA; GARCIA; CARVALHO, 1998, p. 417). O que lhe confere o declínio do seu prestígio junto a quem lhe conferiu poderes e resulta na perda da autoridade, fazendo surgir situações de conflitos, protestos e revoluções. Restando-lhe, o uso da força, muitas das vezes, com consequências trágicas.

Para compreender os meandros do poder a partir dos fenômenos por ele produzidos no uso do território, trazemos a nossa discussão o pensador contemporâneo Bobbio (1999, p. 204):

a ideia tradicional de que o poder reside numa pessoa, numa restrita classe política ou em determinada instituições colocada no centro do sistema social é enganadora. O poder está em qualquer lugar como o ar que se respira.

O autor apresenta o poder como sendo difuso, que falta a compreensão da sua *estrutura* e a percepção do *movimento* de um sistema social, sendo esse constituído por uma forma complexa e carregado por uma inter-relação de poderes.

O poder não está apenas *difuso e repartido*, ele se apresenta como controle das instituições e dos controles dos mecanismos sociais em diferentes graus de “visibilidade”. Então, para tais considerações, não se faz necessário a análise completa e ampla do poder social (BOBBIO, 1999, p. 204), mas examinar em sua profundidade,

a distinção das diferentes formas do poder, com base no critério da sua diferente visibilidade, adquire relevância especial num sistema democrático, porque a democracia é idealmente o governo do poder visível, ou seja, do poder que se exerce ou deveria se exercer publicamente, como se tratasse de um espetáculo a que são chamados para assistir, para aclamar ou para silenciar, todos os cidadãos.

Nesse sentido, poder significa a capacidade de quem consegue fazer com que os outros realizem aquilo que se deseja. Assim, o indivíduo que detém essa capacidade para conseguir os efeitos desejados visivelmente, tem a faculdade de exercer influência através da persuasão – meios de domínio sobre o outro que por seu intermédio, alcança os efeitos que desejar.

O meio vivido pelo componente da sociedade e que dele se serve para atingir os fins desejados, os mesmos contam com três formas básicas de poder social segundo análise de Bobbio (1987), ou seja, o poder político, econômico e ideológico. Para Foucault (2008, p. 4), toda “análise dos mecanismos de poder dá início a algo como teoria do poder”. Tal reflexão desse pensador moderno esclarece a necessidade de construir uma teorização do que é poder e das estruturas de poder.

Portanto, a compreensão do que é o poder “não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 4). Por sua vez, o subsídio teórico nos propicia prosseguir com a nossa investigação sobre jogo de poder político que se manifesta através dos partidos políticos nos processos eleitorais na escala local.

## CAPÍTULO IV

### PODER POLÍTICO LOCAL, PARTIDOS POLÍTICOS E O USO DO TERRITÓRIO

Figura 07 – Urna eletrônica brasileira.



Fonte: TSE (2012).

*“Gostaria que você soubesse que existe dentro de si uma força capaz de mudar sua vida, basta que lute e aguarde um novo amanhecer.”*

*(Margaret Thatcher)*

## PODER POLÍTICO LOCAL, PARTIDOS POLÍTICOS E O USO DO TERRITÓRIO

A discussão de geografia política que se inicia sobre o poder local, partidos políticos e o uso do território, levou em consideração as condições impostas pelas complexidades das sociedades no território político em questão. Desse modo, as sociedades complexas se apresentam com padrões de diferenciações culturais cada vez maiores, impostas pelo mundo globalizado. A trajetória histórica da prática social dada pela participação popular e representação política, fez surgir à *democracia*.

Por sua vez, para prosseguir com nossa discussão, apresentaremos o significado dos termos democracia direta, indireta e representativa. Assim, para compreendermos o que é *democracia*, faz-se necessário saber o significado primeiramente da palavra (BOBBIO, 1998). Dessa maneira, a palavra democracia provém de origem grega e seu significado está na união dos vocábulos *demo*: povo – considerado em termos gerais como sendo os cidadãos e *kratos*: poder – no sentido de governar, ou seja, a palavra democracia pode ser entendida como *governo do povo ou dos cidadãos*.

A democracia é um regime de governo criado pelos gregos, mas especificamente em Atenas. A *Ágora* – praça pública –, representa a democracia grega e era o local que as pessoas se reuniam e manifestavam as suas opiniões sobre os assuntos pertinentes a cidade. No regime de governo democrático, as decisões políticas são tomadas pelo povo, a democracia pode ser direta, semidireta ou indireta. Neste caso, também podemos denominá-las democracia representativa.

Por sua vez, nas democracias diretas são realizadas assembleias em que os cidadãos irão decidir o destino de cada assunto – discutidos através de voto. Essa forma de governo, é implementada em pequenos grupos populacionais. Já em locais que possuem grande volume de pessoas, a democracia direta torna-se problemática tendo em vista a dificuldade em coletar a opinião de cada cidadão.

Na democracia direta, não há representantes, pois é o próprio cidadão que se representa, manifestando a sua opinião na eleição sobre determinado assunto. Na democracia indireta, também chamada de democracia representativa, são eleitos pelos cidadãos, os “representantes” que irão dar o seu voto na assembleia

representando uma parcela da comunidade. Nesse sentido, como são eleitos pelo voto popular, esses representantes possuem um determinado poder por um período de tempo para representar a comunidade, ao término desse período, podem ou não ser reeleitos. Nesse caso, isso dependerá da legislação de cada país.

Na democracia indireta, o povo é soberano e o poder emana do povo. Esse formato de democracia é mais conhecido atualmente porque representa a forma utilizada em países com regimes democráticos, tendo em vista, o crescimento populacional e a impossibilidade de se realizar uma democracia direta.

No entanto, a democracia indireta cria uma distância entre os eleitores e os que são eleitos – tornam-se representantes, ou seja, ela não proporciona uma ação direta de um mandato participativo no âmbito democrático. Nesse caso, muitos mandatários eleitos só aparecem no tempo das eleições – reclamação costumeira do eleitor, isso é, de quatro em quatro anos, para eleição de representantes a cargos políticos.

Essa delegação de poderes proporcionada pela democracia indireta, regime político, o qual é adotado no Brasil, é muito questionado atualmente. O cidadão, pouco interfere nas ações dos representantes eleitos, e muitas vezes, esses representantes, não dão a devida satisfação ao seu eleitorado. Em outros termos, os políticos agem da maneira que acham melhor, muitas vezes esquecem a fronteira existente entre o público e o privado. Tal problemática chega à temática da corrupção no regime democrático representativo.

Na democracia semidireta (ou *representativa*) é possível encontrar tantos representantes eleitos pelo povo quanto à manifestação direta das opiniões dos populares. Essa forma de regime pode ser encontrada em países como a Suíça, em que determinadas localidades, o povo se reúne para traçar os destinos da comunidade. Portanto, é a união da democracia direta e a indireta, muito bem vista como uma saída para enfrentar os desafios que a democracia indireta possui.

Desse modo, os intensos conflitos e lutas de interesses protagonizados pela sociedade civilmente ao longo do tempo, nesse particular, com maior destaque para os movimentos sociais (grupos de pressão) deram origem às *democracias de massas*. Por sua vez, fez surgir o *sufrágio universal*.

Com as democracias modernas, os partidos políticos, quando analisa das suas trajetórias históricas, aparecem como sendo um personagem coadjuvante entre

a sociedade civil e o Estado. Por sua vez, se configuram como sendo o canal que viabiliza a realização das vontades populares.

Nas democracias modernas, os partidos políticos se tornam o canal legítimo dessas vontades oriundas das inspirações de cada indivíduo e componentes da sociedade, se materializam através do sufrágio universal do voto, e conseqüentemente da representação política.

Exigiu-se a organização específica e pragmática dessas mediações de interesses e conflitos, capazes em linha geral, de traduzir as opiniões e as perspectivas dos personagens envolvidos no exercício da prática social. Nesse particular, na expressão das vontades dos cidadãos e cidadãs. Por estas razões, as democracias representativas fez surgir com ela o *sistema partidário* e o *sistema eleitoral*. Desse modo, a estrutura do partido pode ser compreendida como sendo mais amplo do que a sua própria representação partidária.

A sobrevivência do partido não se dá apenas pela representação política conquistada pelo voto nas urnas, mas pela sua estrutura de poder dada pelos seus organismos vivos de base, os quais são entendidos pelos setores de organização coletiva e de articulação política interna.

Dessa maneira, devemos considerar os fenômenos políticos que leva as mobilizações e divulgações dos princípios – valores, que norteiam o ideário partidário para a vida social e política do país, do estado e dos municípios.

Com a redemocratização do país e com a nova Constituição de 1988, os partidos conquistaram o princípio da auto-organização dos seus assuntos internos. Pois antes, no período da ditadura militar e até a promulgação da Constituição, era obrigatório por força da Lei, um observador da Justiça Eleitoral nas principais reuniões dos partidos, ou seja, assembleias e convenções.

A criação e o funcionamento de partidos à luz da Constituição Federal de 1988, no sítio eletrônico do TSE, diz que,

o artigo 17 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 determina que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Assegurou também ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, bem como manteve a exigência do caráter nacional do partido político, instituída pelo Código Eleitoral, Decreto nº 7.586/1945. A partir de 1988, foi necessário produzir uma norma que

disciplinasse o art. 17 da Constituição, uma vez que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos – LOPP (Lei nº 5.682/1971), em vigor na época, já não mais cumpria o seu papel dentro da visãoinovadora da nova Constituição. Assim, foi sancionada a Lei nº 9.096/95 e editada a Res.-TSE nº 19.406/95, revogada pela Res.-TSE nº 23.282/2010, que disciplinam a fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos de acordo com as ideias dos legisladores de 1988.

Portanto, a Constituição brasileira assegura autonomia aos partidos para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento como previsto nos estatutos. Percebe-se então a aplicação do princípio da autonomia partidária – *decisões interna corpus* – regras de funcionamentos, a qual visa entre outras coisas atender ao seu caráter nacional, é que essas agremiações políticas organizam-se em órgãos, a exemplo das convenções, dos diretórios, das secretárias, coordenações, das bancadas, dos conselhos e outros.

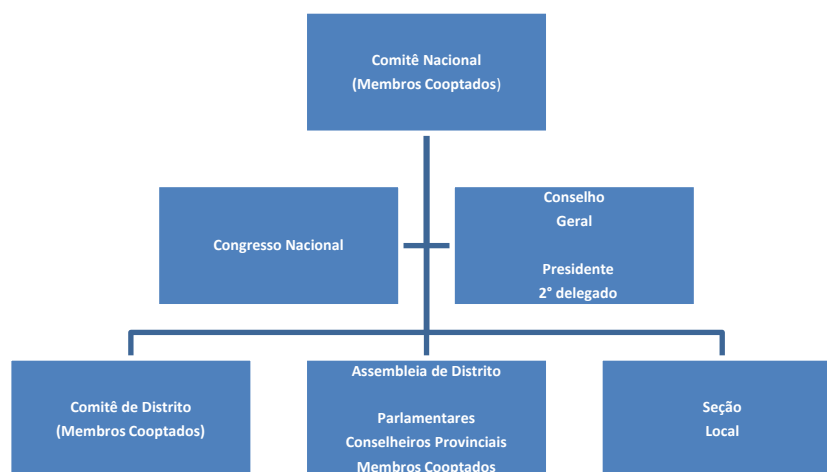
Os partidos são vistos como pilares de um regime democrático e são tidos como os principais protagonistas da política. Portanto, as regras de convivência interna são estabelecidas nos Estatutos devidamente registrados no TSE. Nesse sentido, a democracia interna dos partidos, muitas das vezes, não estabelece uma relação orgânica com as bases partidárias, ou seja, as decisões internas são tomadas de cima para baixo, sem respeitar as instâncias deliberativas. Daí, é que surgem os rachas internos e defecção de partidários.

Esses problemas são percebidos geralmente como fruto da falta de consenso e de respeito às “inclinações naturais” no momento da formulação das alianças no jogo político, gerando o fator da dispersão interna – instala-se uma crise interna por parte de lideranças influentes que se rebelam – o que parece mais uma sangria caudalosa e continuada, difícil de ser estancada, a qual contribui para gerar um desgaste da sua própria imagem junto ao eleitorado.

Tais fenômenos contribuem negativamente para o partido, por isso, essas instituições apresentam índices baixos de confiança e de identificação por parte da sociedade para com as agremiações partidárias brasileiras.

Para uma compreensão melhor da vida interna de um partido, na figura 8, apresentamos um organograma interno que reproduza estrutura interna do Partido Cristão Social belga. Tal articulação da estrutura partidária segundo Duverger (1970, p. 78), “garante a participação de cada elemento de base à vista global do partido”.

**Figura 08 – Articulação do Partido Cristão Belga.**



Fonte: Duverger (1970).

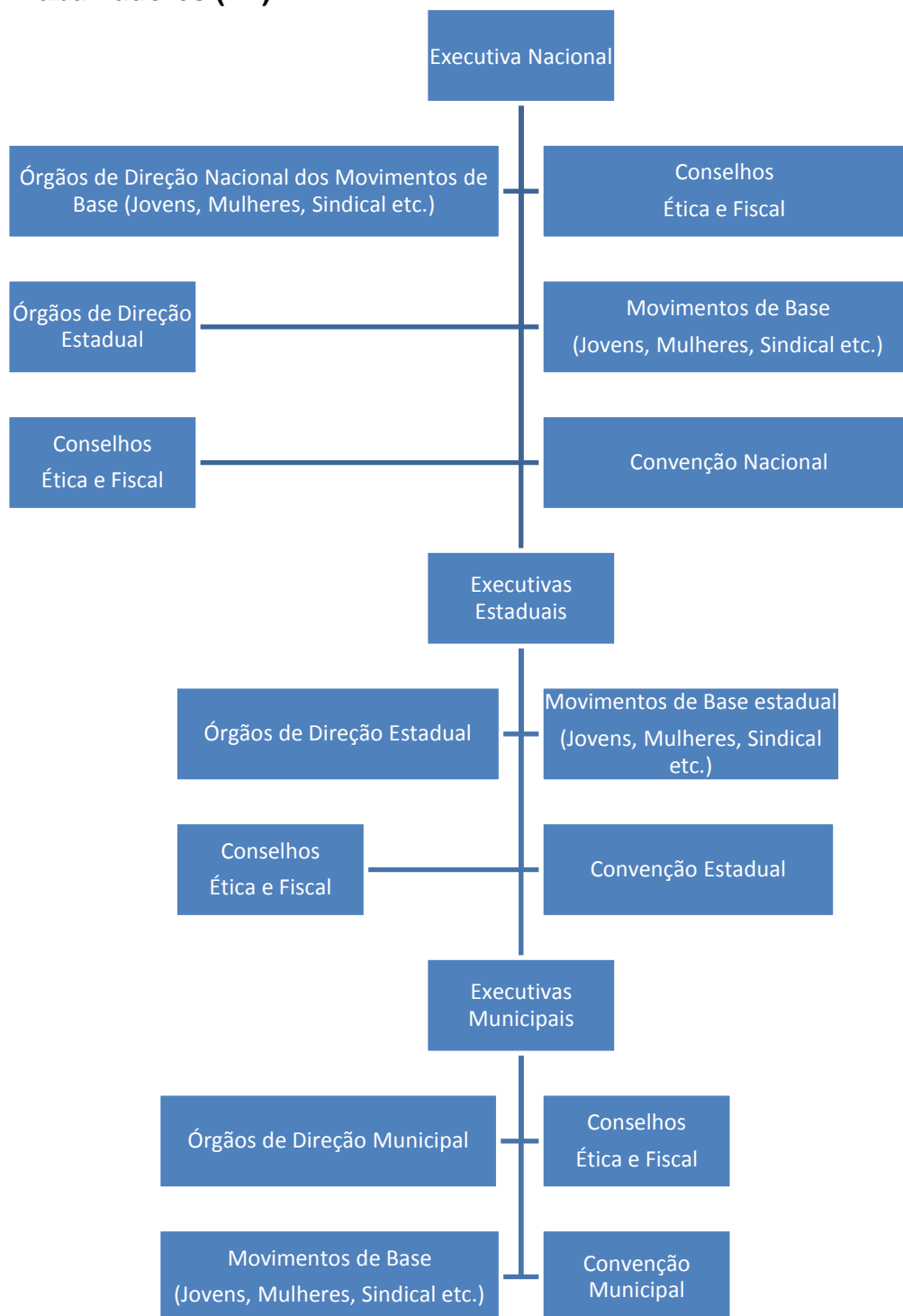
O organograma da estrutura interna do Partido Cristão Social belga revela que sua atuação política se manifesta nas escalas locais, regional e nacional. A agremiação partidária belga possui uma escala hierárquica para preenchimento de cargos por seus próprios filiados eleitos internamente. No topo partidário, “os quadros geográficos não são os mesmos” (DUVERGER, 1970, p. 78). Nesse caso, a estrutura de funcionamento interno é bastante enxuta quando comparado com a estrutura interna de funcionamento dos partidos brasileiros (figura 9).

Nesse sentido, para se fazer uma análise comparativa do funcionamento interno de um partido europeu com o brasileiro, buscamos no Estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT) devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os dados necessários para elaborarmos o organograma da sua estrutura interna – conforme figura 9.

Considerando o organograma do PT, fica demonstrado que o partido político atua nas escalas locais, regional e nacional. Ou seja, o nível hierárquico em nível nacional repete-se no âmbito regional e local.

Portanto, na sua estrutura interna de acordo com o nível hierárquico, o PT possui membros nas suas respectivas Executivas de direção, nos Órgãos auxiliares de direção (Secretárias de Formação Política, Organização, Comunicação, Finanças e Planejamento, Comunicação, Movimento Populares etc.), Conselhos (Fiscal e de Ética), Os delegados as Convenções e, por fim, os Movimentos de Base (Jovens, Mulheres, Sindical etc.).

**Figura 09 – Organograma da estrutura do Partido dos Trabalhadores (PT).**



Fonte: Organização nossa (2015)

Obviamente, quando comparamos os dois organogramas dos partidos políticos, ou seja, o partido europeu com o partido brasileiro, fica bem claro a evolução dos níveis hierárquicos partidários ao longo do tempo das agremiações

partidárias. Sendo assim, quando comparamos os Estatutos das demais siglas partidárias brasileiras registradas no TSE, verificamos que a estrutura partidária dos demais partidos não destoa muito do exemplo de comando hierárquico do PT.

Para prosseguirmos com a nossa investigação, faz-se necessário relembrar que quando o homem se agrupou, esse se organizou em sociedade e deu origem ao Estado. Por sua vez, a política foi institucionalizada ao longo do tempo se deu através da legitimação dos meios empreendidos para escolher os representantes do povo por meio da eleição. Nesse particular, os partidos políticos surgem como principal mecanismo legitimador para se escolher os governantes e parlamentares.

O poder político representativo se constitui no requisito sólido da prática social moderna. Por sua vez, os partidos políticos são organizados para disputar a ocupação dos espaços de poder e decisão. Neste sentido, os partidos políticos formulam estratégias de ações internamente que visam conquistar esse tipo de poder.

No exercício do poder, os partidos se configuram pela disputa política para ocupar os espaços de poder e tomadas de decisões. Desta forma, precisam realizar investimentos eleitorais com os recursos financeiros disponíveis para conquistar esses espaços através dos cargos eletivos de representação no parlamento e no executivo.

O partido se faz vivo pelas estratégias adotadas para o recrutamento político de lideranças. Mas, de maneira geral, as escolhas recaem pelos indivíduos que dispõe de capital econômico e posição social.

No sistema político-partidário moderno, percebe-se que as posições ideológicas não assumem um papel de maior relevância no processo eleitoral como anteriormente, ou seja, quem define na atualidade as estratégias partidárias é o recrutamento de lideranças e as projeções de vitória mediante os cálculos matemáticos – pesquisas de opinião pública, nesse particular, a sondagem se torna importante para medir a percepção do eleitor da linguagem política utilizada – discurso dos candidatos majoritários – na competição eleitoral.

É de grande relevância para o partido político, o recrutamento eleitoral de lideranças políticas no sentido de compor suas principais fileiras de quadros partidários. Nesse particular, a movimentação de filiação partidária no quadro

municipal, se dá em conformidade a cada pleito eleitoral. Daí, as siglas partidárias servem para efeito de registro de candidaturas mediante as conveniências eleitorais.

Portanto, na eleição municipal prevalece o interesse local. No âmbito regional, o resultado eleitoral do pleito local interfere no pleito regional. O que queremos dizer com essa afirmativa? Nesse caso, os prefeitos exercem grande influência na eleição regional para representação política do legislativo estadual e federal, nas disputas majoritárias para governador e senado da República, mas não em relação à eleição para presidência do país, pois os chefes políticos locais pertencem a um grupo político de poder regional (oligarquias) a quem deve fidelidade e lealdade.

Nessas condições, esses princípios dos chefes locais no jogo de poder no cenário brasileiro, pertencem aos grupos políticos regionais que se revezam na ocupação dos espaços de poder de decisão.

Desse modo, os quadros partidários serão compostos por nomes competitivos que podem ser lançados nas disputas eleitorais pelo voto proporcional e majoritário. Sendo assim, o resultado eleitoral favorável ao partido no término da competição eleitoral, revela a importância de observar a estratégia político-organizacional utilizada pela legenda no jogo político.

Considerando que cada eleição tem a sua história, a estrutura política fruto do resultado eleitoral em escala local, pode sim, influenciar na competição eleitoral em escala regional. Por isso que as projeções eleitorais para as eleições gerais – no âmbito regional, passa pelos resultados obtidos no jogo eleitoral em escala local.

Portanto, a configuração de força das oligarquias regionais, em determinadas eleições, podem influenciar diretamente no resultado da eleição em escala regional e nacional. Exemplo disso foi a primeira eleição da presidente Dilma Rousseff (PT) a presidência da República, que contou com grande estrutura de apoio e saiu vitoriosa na sua primeira investidura em disputas eleitorais a cargos eletivos.

No entanto, a eleição do ex-presidente Fernando Collor de Melo foi diferente, a estrutura de apoio não teve influência na eleição. O presidenciável Ulysses Guimarães pertencente aos quadros do PMDB possuía o apoio de 23 governadores, dezenas de senadores, centenas de deputados federais e estaduais, milhares de prefeitos, mesmo assim, fez apenas 3% dos votos válidos na eleição geral de 1990.

Nas eleições proporcionais com vista às assembleias legislativas e à Câmara Federal, os chefes políticos locais (caso dos prefeitos e vereadores) exercem grande

influência. Nesse caso, é essencial o apoio dos prefeitos numa eleição proporcional e majoritária em escala regional. Desse modo, os últimos resultados eleitorais em escala local e regional, tem demonstrado que está ocorrendo um fenômeno de pulverização partidária no jogo eleitoral. Os eleitos são oriundos dos mais diversos partidos políticos, havendo assim, uma fragmentação das forças políticas no jogo de poder nas casas de leis.

Por isso que no jogo político, os partidos mais tradicionais, tidos como as grandes agremiações partidárias, recorrem às alianças (coligações) com os partidos menos tradicionais (agremiações partidárias consideradas nanicas). No entanto, as alianças nem sempre se reproduzem nos próximos pleitos eleitorais.

Até porque, a política de alianças formalizadas em escala local para competição eleitoral em muitos pleitos municipais demonstra a união de partidos políticos antagônicos, ou seja, o PT após chegar ocupar a Presidência da República a partir do ano de 2002 – partido situacionista, coligado em escala local com partidos da oposição em escala nacional.

O exemplo disso, mediante informações colhidas no sistema Candex do TSE das eleições municipais de 2012, o PT do município de Guajará-Mirim (RO) saiu vitorioso das urnas com seu candidato majoritário. Porém, com uma coligação totalmente antagônica, figurou na chapa, uma candidata a vice-prefeita do Democrata (DEM) – partido de oposição ferrenha ao governo federal do PT. Diante desses casos, verificasse que não existe compromisso programático das lideranças locais com as orientações partidárias em escala regional e nacional.

Dessa forma, diferentemente do que pensa o “materialismo histórico” (ALTHUSSER, 1995, p. 66), as alianças que deveriam ser programáticas e ideológicas nas competições eleitorais no cenário político brasileiro, são formalizadas entre as siglas partidárias com objetivos eleitoreiros.

No cenário político, a estratégia eleitoral se revela pelos votos obtidos na urna, ou seja, as táticas utilizadas no território político para conquistar o voto. Sendo assim, a representação partidária quando conquistada na urna, expressa a vontade individual do eleitor. O sistema eleitoral em vigor no nosso país não garante a fidelidade partidária integralmente. Pois o mandato que é concebido ao indivíduo após passar pelo crivo da urna, pertence exclusivamente a ele e não ao partido. Caracterizando uma representação política personalista.

A conquista do voto e da representação que faz o partido ocupar os espaços de poder e de tomada de decisão, são na verdade, projetos vinculados aos partidos políticos, no qual os representantes estão filiados por imposição da legislação eleitoral em vigor. Do contrário, seriam candidatos independentes e sem filiação partidária disputando eleições.

Por mais que a democracia brasileira tenha se modernizado, ou seja, diferente daquela dos idos do coronelismo, enxada e voto revelado pelo pensador Leal (1997), as sociedades complexas por mais distintas que sejam, o exercício de poder nas democracias modernas se configura pelos princípios e valores da democracia grega e romana.

Tanto é assim, que os partidos nas sociedades atuais, se configuram como sendo um instrumento de representação política. Desse modo, são visto como uma instituição com potencial de emancipar igualmente o cidadão na democracia. Fazendo-o assumir importante papel no exercício de poder nas democracias modernas.

A participação e a representação política se tornam ferramentas complementares da democracia, sendo que a primeira, ocorre pela presença dos partidos, e a segunda, pelos movimentos sociais. Por sua vez, os partidos também se configuram pela segunda.

Por ser o Brasil um país de regime democrático, ou seja, conforme especificado na Constituição de 1988 – o ápice da redemocratização do país, a Carta Magna em seu preâmbulo definiu o regime político com base na democracia representativa e uma sociedade pluralista. Portanto, desde a redemocratização, cresce o número dos partidos políticos (Anexo 1), quando se deveria crescer o número de filiados aos partidos políticos.

O quadro de registro dos partidos políticos apresentado junto ao TSE, demonstra que a democracia representativa brasileira possui atualmente mais de trinta partidos políticos com plena atuação em todo território nacional. A partir dessa constatação, pode-se fazer a classificação entre partidos mais e menos tradicionais.

Desde a redemocratização brasileira, o território político se configura por movimentos intensos dos partidos. O que queremos dizer com isso? Os pedidos de registro de novos partidos que chegam ao TSE. Além disso, os pedidos de fusão partidária também aconteceram com intensidade no passado.

Portanto, os grupos políticos que prometem ser um “pedaço de chão limpo”, “vozes da mudança” ou “sangue novo na política” através dos partidos que tem seu registro deferido pelo TSE, se preparam apenas para disputar eleições proporcionais ou exercer o papel de coadjuvantes – siglas de aluguel – dos partidos mais tradicionais na arena eleitoral. Sendo assim, aumentado a “sopa de letrinhas” no território político.

O processo de redemocratização do país se deu através da abertura política ainda na vigência da Ditadura Militar. Esse período foi marcado pela anistia e pelo fim do bipartidarismo no cenário político brasileiro. Os novos partidos considerados menos tradicionais no jogo político, seriam um canal de efetiva participação dos cidadãos, principalmente aqueles que abandonaram a política por descrença nas práticas tradicionais aplicadas ao jogo de poder.

No caso da descrença política por parte dos cidadãos brasileiros com a política, é perceptível quando nos deparamos com os números crescentes da abstenção do eleitor expresso na urna, ou seja, a quantidade crescente de votos em brancos ou nulos ao término das competições eleitorais. Nesse contexto, a redemocratização do país deu origem ao pluripartidarismo, pôs fim ao bipartidarismo. Nesse jogo de combinação política que permitia a existência de apenas dois partidos no período militar (Arena e MDB), ou seja, que em função das mudanças, passaram por uma metamorfose como estratégia de sobrevivência do poder.

Nesse sentido, a ARENA – partido situacionista civilmente organizado para dar sustentação política aos militares (1964 – 1984) – após o multipartidarismo no Brasil restaurado pela lei nº 6.767, essa agremiação sofreu um racha, dando origem a dois partidos. De um lado, um grupo formou a “Frente Liberal” que depois se transformou no PFL e por fim, no DEM.

O grupo dissidente menor criou o PDS, esse sofreu depois vários processos de fusão com outras legendas partidárias, resultando no atual PP. Por sua vez, o MDB que foi a voz da oposição ao partido da situação neste período da história política brasileira, abrigava desde o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8 a lideranças das mais diferentes correntes políticas ideológicas.

Portanto, nos quadros partidários do antigo MDB (atual PMDB), existia lideranças com pensamentos de esquerda, conservadores, liberais, trabalhistas e

por fim, os do “centrão” de lamentável atuação e triste memória na democracia brasileira, ou seja, foi montado na vigência da Assembleia Nacional Constituinte por um grupo de parlamentares da direita conservadora. Até monarquistas havia entre eles, com o objetivo de criar dificuldades e obstaculizar os avanços progressistas pretendidos pelos demais parlamentares constituintes.

Desse período inicial da redemocratização do país, no segundo semestre do ano de 1981 ao primeiro semestre do ano de 1986, os partidos: PMDB, PTB, PDT e PT obtiveram seus registros junto ao TSE. Portanto, essas agremiações partidárias se mantêm atuantes no cenário político nacional sem alteração das suas siglas partidárias e dos seus respectivos números.

O período que compreende o segundo semestre do ano de 1986 ao segundo semestre do ano de 1988, deu origem ao registro de mais três siglas partidárias, sendo elas, PCdoB<sup>4</sup>, PSB e o PFL, posteriormente, esse último se transformou no DEM. Após a promulgação da Constituição em outubro de 1988 até o segundo semestre do ano de 1990, período que coincidiu com a primeira eleição direta para presidente da República, o TSE concedeu o registro do PSDB, PTC<sup>5</sup> e o PSC. No fechamento desse período, foi concedido o registro ao PMN.

Na década de 1990, foi acrescentado ao cenário político brasileiro mais 13 partidos políticos. Portanto, o TSE concedeu registro às seguintes siglas partidárias: PRP, PPS, PV, PTdoB, PP, PSTU, PCB, PRTB, PHS, PSDC, PCO, PTN e, por fim, ao PSL. Daí, o período correspondente do ano de 1999 até o primeiro semestre do ano de 2005, o TSE não concedeu nenhum registro a partidos políticos.

A concessão de novos registros de partidos políticos pelo TSE acontece no segundo semestre do ano de 2005, quando surgiu então o PSOL (racha do PT) no cenário político brasileiro. Depois, no ano de 2006, surgiu o PR (fusão do PRONA e do PL). Novas siglas partidárias surgem no segundo semestre do ano de 2011 até o segundo semestre do ano de 2013, nesse período, o TSE concedeu o registro dos: PSD, PPL, PEN, PROS, SOLIDARIEDADE, PMB, REDE e o NOVO. Neste último

---

4 Este partido é o mais antigo do Brasil, sendo que na maior parte da sua existência, foi posto na ilegalidade e clandestinidade.

5 Inicialmente, a legenda teve seu registro concedido como Partido da Juventude (PJ), depois sua sigla foi alterada para Partido da Reconstrução Nacional (PRN) com o objetivo de abrigar a candidatura ex-governador do Estado de Alagoas Fernando Collor de Melo que ficou conhecido nacionalmente como “caçado de marajás”. Nesse caso, tornou-se o primeiro presidente civil eleito do país após o Regime Militar.

cenário, as novas agremiações partidárias se definem como novos ingredientes necessários que faltavam à democracia brasileira.

Portanto, esses novos partidos representarão o novo da democracia brasileira? Esses conseguirão sobreviver sem os mesmos *modus operandi* das práticas tradicionais da política brasileira? Diante desses questionamentos, os partidos políticos sempre “jogam com os dois lados”: nesse particular, a cautela na negociação de bastidores é possível pressupor o que está implícito, ou seja, os interesses de grupos políticos não comprometidos em mudar os problemas estruturais do Estado, mas se resumem apenas, a uma troca de apoio por cargos nos sentido de atender as suas demandas pessoais, o que é uma prática recorrente do modelo político tradicional brasileiro.

No entanto, os novos partidos se projetam contra as práticas tradicionais do jogo de poder no território político brasileiro, mas com o passar das eleições, se utilizam das mesmas práticas fisiologistas e oportunistas como os demais. Daí, os eleitores que se encontram desiludidos com as formas tradicionais de fazer política, depositam suas esperanças nessas agremiações formadas recentemente, mas possivelmente serão decepcionados.

Por sua vez, criar um partido político no Brasil não é algo que pode ser feito de um dia para o outro. As regras estabelecidas não conseguem impedir a proliferação de agremiações partidárias desde a redemocratização do país. Dessa forma, surgiu um novo partido por ano, criando uma sopa de letrinhas em forma de siglas as quais são difíceis de memorizar até mesmo pelos mais hábeis no assunto.

Desse modo, os partidos se definem por correntes ideológicas e princípios políticos. Daí, devemos considerar um costume que teve origem na França, ou seja, no final do século XVIII durante a Assembléia Nacional Constituinte francesa, “os representantes dos pobres e dos ricos – considerados como conservadores” ficavam sentados a direita do rei Luís XVI (HEYWOOD, 2010a, p. 29). Portanto, a esquerda do rei sentava os representantes da pequena e média burguesia francesa.

Assim, como em todas as democracias representativas modernas nos países subdesenvolvidos, no Brasil, os partidos, sejam eles, mais *tradicional* ou menos *tradicional*, são agrupados de acordo com sua corrente ideológica. Portanto, classificamos o perfil ideológico de algumas principais agremiações partidárias conforme o quadro 02.

## Quadro 02 – Partidos brasileiros agrupados por correntes ideológicas.

Sigla	Corrente ideológica	Caracterização
PP, DEM, PR	Direita	Capitalista ou Neo-liberal
PSOL, PSTU, PCO	Esquerda	Comunistas ou Socialistas marxistas
PT, PDT, PSB	Centro-esquerda	Socialismo democrático
PMDB, PSBD, PV	Centro	Social-democracia

Fonte: Pesquisa nossa realizada a partir da leitura dos estatutos e cartas programáticas das respectivas siglas partidárias.

Quando aprofundamos a leitura e fazemos um paralelo entre Duverger (1970) e Weber (1970) sobre os partidos, percebemos que todas as agremiações são *fisiologistas* no território político brasileiro. Visando atingir apenas as metas eleitorais estabelecidas com um único objetivo, ocupar por ocupar os espaços de poder e de tomada de decisão. Nesse particular, dinheiro e poder.

Por ser os partidos políticos instituições presentes há muito tempo na sociedade, merecem, sim, um estudo científico que as diferenciem de uma análise de senso comum ou ingênua. Portanto, o jogo político dos partidos políticos é uma disputa pelo exercício do poder.

Quando interpretamos os dados dos resultados eleitorais fornecidos pelo TSE em qualquer escala, o pluralismo partidário brasileiro é marcado pela pulverização dos votos sobre as diversas siglas no território político.

Assim, os resultados eleitorais quando analisados, demonstram a prevalência do poder político tradicional que se manifesta a partir da manutenção da prática política da reciprocidade pela força dos acordos, dos conchavos, do apadrinhamento político, personalismo, clientelismo, fisiologismo e das promessas de partilhar as vantagens obtidas mediante ocupação dos espaços de poder e tomada de decisões em âmbito local.

Nesse sentido, Leal (1997, p. 64) nos explica que,

muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal.

Em todo caso, os fundamentos e práticas da política tradicional na democracia brasileira, do geral para o particular, fragilizam a nacionalização dos partidos devido à existência de enormes distâncias entre as definições nacionais e as organizações partidárias locais. Neste particular, torna-se uma importante escala de análise de fenômenos políticos e de respectiva influência na construção espacial (MONTIEL, 2011).

As distâncias no jogo político são percebidas através da polarização em torno de dois partidos políticos apenas na competição eleitoral para escolha de Presidente da República. Portanto, uma tendência ao bipartidarismo se manifesta nas eleições gerais no território político nacional. A norma eleitoral vigente no Brasil permite a flexibilização das coligações partidárias, ou seja, não se repete a verticalização das coligações do âmbito nacional para o regional.

Portanto, as eleições de governadores, senadores, deputados federais e estaduais são marcadas pelos princípios do fisiologismo político (MARTINS, 1994). Entretanto, as somas dessas forças não visam os princípios ideológicos político-partidários, mais sim a conquista dos espaços de poder e de tomada de decisões.

O termo *fisiologismo* refere-se a uma forma de “persuasão” que transcende à mera negociação que o governo recorre quando não se tem a maioria no parlamento, um clássico argumento de “toma-lá-dá-cá”. No caso das alianças no período dos processos-eleitorais, se tornam uma forma de convencimento através da negociação de indicações para o exercício de cargos de confiança por correligionários, parentes, amigos ou compras diretas de apoios.

Para ilustrar essa constatação, podemos citar a concessão de verbas em órgãos para serem distribuídas a contento das bases eleitorais do parlamentar; “patrocínio” antecipado de campanha e por último, “mensalão” ou “mesalinho” de acordo com o grau na esfera de poder. Nesse caso particular, “as instituições corrompem os homens” (SOUSA; GARCIA; CARVALHO, 1998, p. 233-234) e os homens corrompem as instituições. Visto que são os homens que as criam.

Empiricamente, verifica-se nitidamente a manutenção desse método paternalista adotado pela política local no uso do território, o que permite a análise da relação entre o poder político e o voto nas eleições municipais de 2008 e 2012, além de ser possível identificar a influência dos partidos tradicionais na escala local,

assim como as mudanças estruturais ocorridas na última década que afetaram a caracterização do poder político em Porto Velho.

#### **4.1 Poder Político Local**

O modelo de pacto federativo após a redemocratização manteve os municípios dependentes para com o Governo Federal e com os governos estaduais. Desse modo, o Estado centralizador se manteve com as características de outras épocas, ou seja, os ventos da redemocratização não conseguiram varrer o *centralismo* político no Brasil.

Dowbor (2008, p.27) reforça o pensamento acima quando afirma que “o Estado centralizado que temos constitui, portanto, uma sobrevivência de outra época, quando no nível local não existia a capacidade de ação organizada”. Por sua vez, entendemos que essa realidade mudou a partir da participação social como previsto na Constituição Federal.

Mas por outro lado, a falta de autonomia dos municípios brasileiros não é uma discussão recente, ou seja, as raízes do centralismo político brasileiro desde a época do colonialismo sempre se fez presente na discussão da geografia política. Neste sentido, a grande herança portuguesa do Brasil é o centralismo político. Por sua vez, a manifestação desse fenômeno como maior presença se deu nos tempos do “*coronelismo*” (LEAL, 1997, p. 70).

Portanto, o pacto federativo brasileiro sempre colocou o município em posição de desvantagem, desta forma, Leal (1997, p. 73) apresenta o argumento utilizado desde a época do coronelismo que a “autonomia local favorece as administrações perdulárias ou corruptas”. Todavia, o argumento de ontem, é o mesmo utilizado nos dias de hoje de quem mantém ascendência política sobre os chefes políticos locais.

Sendo assim, os desafios, gargalos e problemas a serem vencidos por uma eficiente gestão do território em âmbito local depende basicamente de uma boa governança que planeje e execute políticas públicas sem precisar ser “visto de cima” (LEAL, 1997, p. 73).

Dowbor (2008, p. 27) corrobora neste sentido ao afirmar que,

com poucas exceções, os municípios mais distantes têm hoje acesso a internet, estão conectados e fazem, portanto, parte de um tecido interativo de gestão integrada em construção. Administradores, engenheiros, economistas, assistentes sociais encontram-se em praticamente todas as regiões. O absurdo que querer administrar tudo “de cima” torna-se cada vez mais patente. As instâncias superiores podem e precisam ajudar, mas a iniciativa e o ordenamento das ações têm de ser eminentemente locais.

Desta forma, o processo político no âmbito local passa a ser decisivo para o avanço na implementação de políticas públicas para um conjunto de desafios somado a soluções na gestão do território, exigindo assim, uma administração moderna, participativa e descentralizada. Por sua vez, o exercício de poder na esfera municipal, passa a ser de fundamental importância, por ser o município, o local onde os cidadãos se relacionam socialmente e vivenciam todas as situações do cotidiano. Para Fernandes (1992, p. 30), o poder local

é um tempo de uma relativa mobilização das populações e do seu despertar para a participação política. À crescente reivindicação de grupos e de movimentos sociais, responde ao poder autárquico com ações pontuais dirigidas à satisfação de necessidades de base e à melhoria das suas condições de vida.

Ao considerarmos as palavras do autor acima, verificamos que a participação política dos componentes da sociedade faz com que diminua as ideologias partidárias, em contrapartida, aumenta a vontade do exercício de poder de forma efetiva no âmbito local. Neste sentido, a comunidade na totalidade dos seus interesses, vontades, valores e representações, tende a “situar-se no centro da própria vida democrática” (FERNANDES, 1992, p. 31).

No mundo moderno, são várias as concepções teóricas em torno da democracia, mas sem dúvida, aquelas construídas ao longo do tempo não permitem a exclusão social nos regimes democráticos. Portanto, por definição contemporânea, a democracia direta pressupõe uma relação social pluralista dada por associações. A democracia representativa é de caráter individualista e personalista, por fim, na democracia participativa, espera-se que o poder político seja exercido pelos próprios componentes das comunidades locais.

Os interesses e vontades das comunidades locais serão mediados pelas instituições locais que fazem parte da estrutura de poder do município, ou seja, pela Câmara Municipal de Vereadores e pela Prefeitura Municipal. Nesse caso,

vereador(a), o prefeito(a) e o(a) vice-prefeito(a) exercem o poder de decisão. Desse modo, esses chefes políticos locais ocupam a última posição na escala de prestígio político-profissional. Por sua vez, são fáceis de ser localizados a qualquer instante através do contato direto, nesse caso, ambos estarão sob pressão a todo o momento dos componentes e da sociedade local.

Localizados facilmente na Prefeitura, na Câmara Municipal ou nas suas respectivas residências, o chefe político local estabelece um padrão de relação com os eleitores, muitas das vezes, transformando-se numa relação clientelista. Na prática, uma troca do favor. Quando contrário, acordam pela tomada de decisão visando atender e resolver as demandas apresentadas pela comunidade. Ambas as situações, são tidas como forma de garantir a reeleição. Nesse particular, Leal (1997, p. 60) corrobora que

há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. É neste capítulo que se manifesta o paternalismo, com a sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, “*só há uma vergonha: perder*”. Por isso mesmo, o filhotismo<sup>6</sup> tanto contribui para desorganizar a administração municipal (grifo do autor).

O oferecimento de *favores* pelo poder político aos chefes políticos locais em trocas de apoio político-eleitoral sempre marcou o processo político brasileiro. Desse modo, é inegável que numa sociedade desigual e carente como a nossa, a nomeação num cargo político de confiança pelo apadrinhamento, pode fazer a diferença na hora do eleitor decidir seu voto.

A interpretação crítica desse fenômeno da troca de favores neste processo continua sendo uma prática corriqueira com fundamentos na política tradicional, ou seja, permanece presente no jogo de poder. Todavia, a crítica a essa prática recai sobre a necessidade do equilíbrio do poder político e econômico necessário à competição eleitoral.

---

<sup>6</sup> Chefe político local – “convoca muitos agregados para a “gamela” municipal, e, de outro lado, à utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços governos nas batalhas eleitorais. A outra face do filhotismo que se manifesta é o mandonismo aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1997, p. 61) (grifos do autor).

Ainda do ponto de vista crítico sobre as práticas dos fundamentos tradicionais nos processos políticos, percebe-se que uma minoria desses agentes desenvolve suas atividades políticas por convicção. Dessa maneira, são poucos os que sucumbem ao cinismo do poder, optando por servir ao bem comum. Portanto, as lideranças comunitárias desprovidas de perspectivas mediante a importância do exercício de poder, se tornam facilmente influenciáveis pelos chefes locais, deixando-se seduzir pelos políticos não-cumpridores de promessas, demagogos, populistas e interessados apenas na sua eleição ou reeleição.

As competições eleitorais no âmbito local representam a melhor maneira de ensinar o exercício de poder numa democracia. O trabalho prático tem visibilidade através do voto com o resultado da eleição. Sendo assim, o julgamento da gestão do território, ou seja, dos governos locais, são avaliados pelo crivo das urnas. Portanto, os agentes bem avaliados, se tornaram novas lideranças para se atingir os cargos de maior destaque na carreira política.

Desse ângulo, o prefeito(a) e o(a) vereador(a) de hoje bem avaliados(as) no exercício de poder e nos espaços de tomada de decisão, podem se transformar no(a) deputado(a) estadual, federal, senador(a), vice-governador(a) e/ou governador(a) na escala regional e o(a) ministro(a) numa escala nacional, quando bem avaliados pelo eleitor, podem se tornar vice-presidente ou presidente da República na escala de ascendência ao poder político.

Por ser Porto Velho o maior colégio eleitoral do Estado de Rondônia, significa dizer, que seu eleitorado pode decidir uma competição eleitoral no processo político regional. Ao problematizarmos as estratégias políticas estabelecidas pelo exercício de poder em parte do parlamento e do executivo em particular no âmbito local, como é o caso do município em questão, esse nos revela que os poderes legislativos e executivos guardam semelhança em todos os níveis de governo na estrutura de poder do Brasil.

Desta maneira, formação das equipes gestoras do território, ou seja, a escolha dos componentes dos ministérios, do secretariado e a distribuição do controle dos cargos estratégicos na máquina pública, refletem automaticamente na constituição das bases de sustentação política–governista, no poder legislativo.

Assim, a boa governança quando adotada em todos os níveis de gestão do território, prova no jogo de poder, em especial no âmbito local, que os governos que

conseguiram manter harmonia e estabilidade nas relações com o parlamento, se valerem do pragmatismo tradicional. Nesse particular, a governança é dada pela coalizão dos partidos com indicação e distribuição de cargos de acordo com o tamanho proporcional das suas bancadas numericamente representadas no poder legislativo.

Não é diferente o jogo do poder político na escala federal e estadual, ele apenas se repete no âmbito local com maior intensidade. Basta fazer uma breve análise da composição dos ministérios do poder central, do secretariado de governos estaduais ou municipais, que logo saberemos como o presidente da República, os(as) governadores(as) e os(as) prefeitos(as) montaram suas bases de sustentação no poder legislativo federal, estadual e municipal.

Quando analisamos o caso particular do município de Porto Velho, a presença de dois fundamentos da política tradicional que os prefeitos adotaram para possuir a maioria na Câmara Municipal, ou seja, as duas moedas de trocas utilizadas para se obter apoio parlamentar se deram pelo grau de participação efetiva dos vereadores na tomada de decisão com relação à aplicação dos recursos municipais e na composição do secretariado.

Portanto, no âmbito municipal, a estratégia do jogo de poder com fundamentos da política tradicional que marcaram épocas passadas com práticas clientelistas e fisiologistas, se manifesta da mesma forma no presente jogo de poder político local na atualidade. No nosso entendimento, as atividades políticas no município são marcadas por intensas disputas pelo mesmo eleitorado. Por sua vez, um único partido chega a lançar diversos candidatos a vereador numa mesma zona eleitoral que se configura como sendo um distrito eleitoral.

Como o voto não é distrital no jogo de poder, mas fragmentado através do sistema proporcional – coeficiente eleitoral e partidário, torna a competição eleitoral para vereador numa excessiva disputa extra-partidária pelo fato do sistema eleitoral brasileiro estar organizado em listas abertas. Nesse caso, a competitividade do voto no território político é marcada pela pulverização de candidatos envolvidos na corrida eleitoral.

Mesmo com as mudanças recentes na legislação eleitoral dada por uma minirreforma política, criando novas regras que visam impor maiores obstáculos na criação de partidos, a legislação continuou permissiva com relação à criação de

agregações partidárias. Sendo assim, dentre as formas negativas do exercício de poder local, podemos considerar o número excessivo de candidatos envolvidos na corrida eleitoral pelo voto proporcional. O que torna a campanha relativamente mais dispendiosa para o candidato majoritário.

Desse modo, a grande quantidade de partidos bem como as regras do jogo eleitoral conforme a legislação em vigor no país permite que se lancem sozinhos ou por formalização de alianças (coligações) nas disputas eleitorais. Daí, na luta pelo poder, tanto os partidos e como as coligações, procuram lançar o maior número de candidatos proporcionais.

Nessas condições, é comum no Brasil a individualização da atividade política na competição eleitoral e uma menor ascendência dos partidos sobre seus parlamentares quando conquistado a representatividade através das urnas. Desse modo, o partido perde força para o poder executivo que opta por negociações clientelistas no varejo, ou seja, vereador por vereador, para assim constituir sua base de apoio no poder legislativo.

A relação toma-lá-dá-cá entre vereadores e prefeitos se efetivam mediante o controle dos recursos municipais pelo poder executivo local na figura chefe do prefeito. Nesse sentido, os(as) vereadores(as) necessitam de recursos controlados pelo ele(a) para atender as demandas que são apresentadas por suas bases eleitorais. Desse modo, no intuito de garantir sua própria reeleição, vereadores(as) criam suas próprias regras de exercício de poder.

Esse tipo de comportamento político com fundamentos na política tradicional faz prevalecer duas modalidades de busca de apoio político: *coalizão fisiológica* e a *negociação pontual*. Na negociação pontual, o compromisso de lealdade do parlamento com o governo se esgota quando encerrada a discussão e votação dos projetos de iniciativa do executivo ou do legislativo.

Desta forma, o parlamento não precisa abrir mão de seu poder de veto durante todo seu mandato, mantendo assim, o seu grau de autonomia em relação ao poder executivo. Por sua vez, o padrão de relação entre os poderes sendo clientelista ou não, em todo caso, será de cooperação e conflito.

Na coalizão fisiológica para se obter a maioria governista no poder legislativo, o Poder Executivo consegue, por meio da distribuição do controle de cargos estratégicos e recursos públicos, a sustentação política no plenário da Câmara de

Vereadores. Enquanto os compromissos assumidos estiverem sendo honrado, o vereador estará votando *sim* aos projetos de iniciativa do poder executivo.

A lógica do clientelismo político tem como princípio o simples fato de quem votar contra os interesses do governante, abdica dos instrumentos fundamentais para o atendimento das demandas do eleitorado.

Desde a instauração do processo de redemocratização do país, a formação das equipes de governo em todas as esferas, pauta-se pela viabilização de uma maioria parlamentar governista nas Casas Legislativas, obedecendo a critérios que variam de acordo com o perfil de cada governante. Isso tem provocado uma alternância de estratégias entre a *negociação pontual* ou *coalisão fisiológica*.

Em outras situações, a governança personalista é marcada por um perfil pessoal na formação do seu secretariado – gestão territorial dada por um único partido, ou seja, o gestor público se demonstra sempre avesso as organizações partidárias, chamando para si, a responsabilidade pelos destinos de sua administração, independentemente do posicionamento ideológico das legendas que fizeram parte da sua aliança eleitoral.

Por sua vez, nota-se pela explicação anterior, a capacidade que possui o mandatário ou partido para inviabilizar uma administração quando na posição de adversários. Basta travar a pauta de votação no parlamento. No entanto, como solução surge à política da mediação do conflito, propondo aos partidos de oposição, a formação de uma coalizão, nesse caso, um governo pluripartidário.

Mas em poucos casos, o ambiente de conflito decorrente da estratégia unipartidária e das sequelas deixadas pelo antagonismo (ALTHUSSER, 1985), inviabilizam a iniciativa da troca do apoio político, mesmo se oferecendo cargos na máquina pública e um tratamento diferenciado no atendimento das demandas apresentadas pelos vereadores.

A relação de entendimento fisiologista na esfera dos poderes executivo e legislativo se revela como sendo vantajosa para ambos os lados, se propagando a prática política no estabelecimento das relações clientelista com o eleitorado.

No jogo do poder, muitas vezes, o público é confundido com o privado, ou seja, a máquina pública é utilizada em benefício próprio ou de um grupo político para obter resultados eleitorais favoráveis. Nesse particular, se usa os recursos públicos em troca de apoio político ou para receber recursos para campanha eleitoral, o

famoso “caixa 2”. Por sua vez, o mandato se torna pessoal, que logo, mas quando atuado em bloco, faz surgir à máfia da propina, que se utiliza do mandato como moeda de troca de apoio político. Essa forma de relação Executivo/legislativo compromete o bom desempenho das atividades do legislativo e facilita também o surgimento de esquemas de corrupção.

O poder executivo e o legislativo quando estudados, verifica-se que os problemas são comuns em todos os níveis de governo no Brasil e tem suas raízes fincadas na cultura política do exercício de poder, na estrutura econômica e fragilidade do sistema eleitoral e partidário. Por isso, a negociação individual com os parlamentares rende uma convivência harmoniosa com o poder executivo. Sendo que este último consegue aprovar os projetos do seu interesse, inclusive aqueles polêmicos de alta complexidade jurídica.

É notório que o ambiente de radicalização política compromete os trabalhos parlamentares, pois estes passam a tratar o plenário e as comissões legislativas como algo secundário no exercício de poder. Os cargos públicos de confiança indicados pelos parlamentares e ocupados por seus aliados, se transforma na sua principal fonte de preocupação.

Destarte, se por um lado a chantagem dos vereadores foi suficiente para demonstrar uma força que talvez eles não imaginem possuir, por outro lado, a fraqueza do prefeito se torna algo escandaloso nas esferas de poder. Mesmo insistindo ou se auto afirmando que não aceita ser objeto de chantagem, o poder executivo chega a um determinado ponto que recua, justificando o entendimento político no sentido de garantir a governabilidade.

A permissividade da legislação é um dos elementos que desqualificam a representação política no Brasil. Nesse caso, o volume das migrações partidárias com representantes no legislativo em direção à base aliada do executivo, não levam em conta o posicionamento político de seus partidos na esfera estadual e federal. Daí, prevalece, muitas das vezes, o oportunismo político, portanto, os interesses locais se sobrepõem aos interesses em escala regional e nacional.

O exercício de poder marcado pelo fisiologismo, clientelismo e oportunismo adotados como prática política corriqueira exclui o cidadão eleitor dos centros das decisões, o que permite nesse caso, a obtenção de “bens materiais e simbólicos” subtraído do político. Na política, os bens materiais e simbólicos conquistados no

exercício de poder, o que chamamos vulgarmente de “prestígio político”, será nesse caso, definido de acordo com o *poder político* e *econômico* incorporado pelo indivíduo ou grupo político ao longo da sua trajetória política.

Enquanto as práticas políticas se basearem por relações clientelistas, os avanços políticos esperados não prosperarão, sendo assim, faz-se necessária uma ampla reforma política da legislação eleitoral e partidária.

Por fim, a reforma deve partir dos anseios da sociedade, pois os caminhos impostos pelas vontades e interesses conservadores no uso do território, as mudanças seguirão tendo por base a sobrevivência política de quem prefere se prevalecer da miséria da grande maioria da população brasileira, que por sua vez, obriga as pessoas a “venderem” seus votos para sobreviverem.

## **4.2 Os partidos políticos**

Segundo a definição jurídica, partido político é uma organização de direito privado criado/mantido através da união voluntária de pessoas com afinidades ideológicas e políticas, organizada e com disciplina, visando à disputa do poder para pôr em prática sua ideologia.

A constituição brasileira estabelece que um grupo de pessoas pode criar, fundir, incorporar a outro ou extinguir um partido, desde que cumpra o rito da Lei. Portanto, uma vez organizado de acordo com a legislação, o partido tem por objetivo, atuar na vida política do país, representando os interesses de grupos sociais e disputando os votos para os cargos públicos.

Após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, o partido registrará seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral e terá direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão. Com o voto, os partidos fazem parte da democracia representativa. Constitui um elo entre o poder e a sociedade. Leva seus filiados e militantes a discutirem e participarem do poder de decisão sobre a vida do país.

O sistema político brasileiro por ser uma democracia representativa, adota um sistema eleitoral pluripartidaristas, ou seja, com a participação de diversos partidos aos quais é facultada a coligação em período eleitoral. É, portanto, durante o

período que antecede uma eleição, que sua importância aparece com muita intensidade, pois é através deles que se escolhem as(os) candidatos(as) para se lançarem na corrida eleitoral.

Na competição eleitoral são discutidos e apresentados as plataformas políticas e os programas de governo idealizados pelo grupo político, partido ou agência de propaganda contratada para esse fim. Nesse caso, ganha projeção o poder ideológico em sintonia com as aspirações da sociedade, o que poderá conduzir a vitória eleitoral.

Os partidos têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e devendo seu estatuto estabelecer normas, disciplina, fidelidade partidária, critérios de escolha de seus/suas candidatos(as), bem como a forma de estabelecerem as coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

A regulamentação referente aos partidos políticos está estabelecida na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que foi alterada pelas Leis de nº 9.693/1998 e a de nº 12.034/2009; facilmente encontrada na internet ou em qualquer biblioteca pública.

Os partidos adotam diferentes formas de organização e de constituição de suas direções, mas praticamente todos têm Direções Municipais, Estadual/Distrital e Nacional; no entanto alguns deles buscam organizar seus/suas filiados(as) e militantes também por setores (juventude, mulheres, por categoria econômica, entre outros seguimentos).

Periodicamente, os partidos costumam realizar conferências e congressos. Estas ocasiões são momentos de suma importância para a agremiação política, pois além de servir para mobilizar os(as) filiados(as) e/ou militantes, é também uma oportunidade de analisar, debater e aprofundar a conjuntura nacional e internacional, rever suas normas, orientações e seu estatuto.

Por sua vez, após proceder à filiação ao partido, segundo os estatutos lidos das agremiações partidárias, durante nossa pesquisa, os filiados podem participar de reuniões, conferências e congressos. A atuação interna se dá propondo e votando resoluções e diretrizes partidárias sempre atentando às normas eleitorais.

### 4.3 O processo político partidário e eleitoral

A inserção do partido na competição eleitoral se inicia pela filiação de lideranças aos seus quadros partidários para serem lançados na disputa por cargos eletivos, seja ele, na escala proporcional ou majoritária. O processo de filiação deve proceder conforme a legislação eleitoral. Portanto, quando encerra internamente o processo de filiação estabelecido pelos prazos eleitorais, as listas de filiados são atualizadas e submetidas via on-line pelo sistema Filiaweb do TSE as respectivas zonas eleitorais.

Após o cumprimento dos prazos de filiação, o grande momento do partido se dá com a realização das convenções ou congressos – fórum legítimo para escolha dos candidatos, decidirem sobre formação de coligação, limites de gastos da campanha, sorteio de número dos candidatos proporcionais que será registrada em ata própria e depois registrada junto ao cartório eleitoral responsável pela realização do pleito.

A convenção eleitoral deverá ocorrer entre 10 a 30 de junho do ano eleitoral, em qualquer ambiente particular ou público – quando esse último for requisitado com antecedência –, podendo acontecer em dias úteis, feriados, sábados ou domingos no prazo estabelecido. A convenção é a grande festa da democracia interna do partido, pois se farão presente os filiados – militância partidária, os dirigentes, mandatários, as lideranças de outros partidos etc., para lançamentos dos nomes que o partido dispõe na competição eleitoral ou apenas para formalização de coligações. Nesse último caso, raramente não lança candidatos a disputa eleitoral.

Pressupõe que se uma pessoa já tem pretensão de concorrer a uma vaga para o executivo ou legislativo, é porque já construiu sua representatividade junto a algum seguimento da vida social, faltando apenas a sua inserção em algum partido pela filiação como prevê a legislação eleitoral. Depois, conseguir aprovação do seu nome na convenção e, com isso, o candidato obtém a legenda para se lançar e disputar as eleições aos cargos eletivos.

Essas reuniões como prevê a legislação eleitoral, devem ser convocadas em caráter *eleitoral* para escolhas de candidatos(as) a cargos eletivos proporcionais e majoritários. Deliberar sobre o nome da coligação com outras legendas – funciona como uma federação de partidos. Quando se estipula os gastos de campanhas, de

imediatamente se indica os componentes do comitê financeiro de campanha. Ainda nesse processo eleitoral interno, algumas agremiações promovem reuniões nos organismos intermediários e, de uma forma ou de outra, divulgam os debates através dos meios de comunicação.

Participam da convenção partidária os(as) filiados(as) do partido, inclusive os(as) pré-candidatos(as), que devem ter buscado apoios internos para angariar aprovação para sua candidatura, por isso é recomendado entrar em contato com os/as filiados(as), participar de amplos debates internos para expor suas ideias e sua plataforma política e, por fim, suas pretensões no exercício de poder.

Dessa forma, faz-se necessário saber o número de candidatos(as) que cada partido poderá lançar numa disputa eleitoral. Por isso é importante sabermos que é diferente o número de candidatos na eleição proporcional da majoritária, ou seja, existem duas regras para o preenchimento do número de vagas que o partido pode lançar isoladamente ou quando coligados.

Lembramos que a coligação partidária é uma reunião temporária de dois ou mais partidos para apresentação conjunta de candidatos(as) a uma determinação eleitoral. Porém, quando os partidos se lançam isoladamente na competição eleitoral sem coligação, a regra prevê, para cada partido político, o registro de até 150% do número de lugares a preencher (Lei nº 9. 504/97, Art. 10, caput) na Câmara Municipal.

Desse modo, o partido poderá lançar o número de vagas pretendidas mais 50%, ou seja, o número de assentos que a Câmara de Vereadores possui e mais a metade deles conforme demonstrado na tabela 1.

**Tabela 01 – Exemplificação do cálculo de vagas proporcional.**

Número de Vagas	Número de candidatos
09	14
16	24
21	32

Fonte: Quadro realizado com base na Lei nº 9. 504/97, Art. 10, caput.

Portanto, quando o número não é completo no cálculo das vagas, nesse particular, apresenta uma fração de 0,5% – deve-se considerar uma vaga a mais na disputa ao cargo eletivo como demonstrado na tabela 1, ou seja, se aplica a primeira

regra de fração. O cálculo para descobrir quantos candidatos poderá lançar o partido na eleição proporcional isoladamente, toda fração que for menor que meio, deve ser desprezado. Toda fração que for igual ou maior que meio, deverá ser considerado o número inteiro superior.

No caso de coligação, o número de candidatos é diferente. Quando os partidos se coligam, juntos poderão lançar até o dobro de candidatos na disputa eleitoral das vagas pretendidas. Isto é, se a coligação for concorrer na eleição proporcional para o preenchimento de nove vagas legislativas na Câmara de Vereadores, a coligação poderá lançar do dobro de vagas, ou seja, dezoito vagas, independente do número de partidos coligados. Nesse último caso, sempre valerá a regra do número de vagas conforme a tabela 2.

**Tabela 02 – Exemplificação do cálculo de vagas proporcional para coligações.**

Número de Vagas	Número de candidatos
09	18
13	26
21	42

Fonte: Quadro realizado com base na Lei nº 9. 504/97.

Existe, também, a regra para o mínimo de registro de candidaturas para cada sexo. A regra eleitoral determina que 30% das vagas devem ser preenchidas por mulheres. Na legislação em vigor, o registro de candidaturas masculinas só pode ser realizado mediante o registro das candidaturas femininas equivalente aos percentuais estabelecidos na Lei. Nesse caso, é uma regra de gênero. Vejamos o exemplo na tabela 3:

**Tabela 03 – Exemplificação do cálculo de vagas por sexo.**

Número de vagas	Número de candidatos	Sexo masculino	Sexo feminino
09	18	09	05
11	26	11	06
13	42	14	06

Fonte: Quadro realizado com base na Lei nº 9. 504/97.

Portanto, após terem sido aprovados(as) na Convenção Eleitoral e terem sua candidatura registrada e aprovada nos cartórios dos TREs ou no TSE, poderão participar de entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet; apresentando sua plataforma ou projetos políticos. As mudanças das regras eleitorais só terão validade para uma próxima eleição, quando modificada um ano antes da realização do pleito eleitoral. Daí, a justiça eleitoral divulga as normas e os procedimentos que disciplinará o processo eleitoral.

Após a escolha dos(as) candidatos(as) na convenção ou congresso, o partido, a coligação ou o candidato, procedem o registro das respectivas candidaturas junto a Justiça Eleitoral. Cabe, então, à corte a homologação do registro da candidatura conforme a regulamentação prevista no Código Eleitoral e na Lei 9.504/1997.

A campanha eleitoral tem início a partir da estruturação do comitê de campanha organizado por equipes de pessoas e colaboradores, na sua maioria, as equipes são formadas por filiados ao partido ou por profissionais contratados, nesse último caso, para desempenhar algumas funções estabelecidas pelas coordenações de campanha.

O comitê de campanha será o local que acontecerá a maioria das reuniões estratégicas do jogo eleitoral. O seu espaço interno será usado pelas equipes no planejamento e execução das atividades voltadas para a competição eleitoral e, no seu espaço interno, será estocado o material de campanha majoritária e entregue para os(as) candidatos(as) proporcionais. Os espaços físicos dos Comitês de Campanhas eleitorais podem ser localizados em uma sala destinada especificamente para este fim, no centro da cidade, bairro, no imóvel de um apoiador ou de algum filiado.

Em relação às equipes de trabalho no comitê poderão ser divididas a partir da constituição das seguintes coordenações: política (encarregada de elaborar a plataforma eleitoral); finanças (arrecadação de doações e pagamentos); jurídica (assessoria jurídica); divulgação e mobilização (agenda do candidato), organização de panfletagens, promoção de eventos para levantar fundos de campanha, organizar reuniões e comícios; publicidade e propaganda (equipe formada por profissionais do marketing eleitoral e assessores de comunicação).

O resultado final de uma campanha eleitoral é fruto de um planejamento estratégico. Sendo assim, é como um roteiro de trabalho de campo de um

pesquisador ou de uma expedição científica. Ou seja, ninguém sai de casa para realizar um trabalho dos citados anteriormente sem saber aonde quer chegar, sem ter escolhido qual a estrada que leva ao ponto desejado, quantas paradas serão necessárias fazer para abastecer o carro, se alimentar, dormir etc. Portanto, o planejamento de uma campanha eleitoral tem que ter um objetivo definido.

Por fim, faz-se necessário traçar um caminho com previsões do que pode acontecer durante o trajeto da viagem com o objetivo de ser bem sucedida. O mesmo ocorre com uma campanha eleitoral. Daí, é óbvio que o candidato quando se lança numa disputa, existe o desejo de vitória. Contudo, em outros casos, a perspectiva não é de vitória, mas apenas de lançar o nome para uma próxima eleição, de aglutinar o partido, de eleger parlamentares, mesmo sabendo que não possui chances de vitórias.

Existem candidaturas que têm origem por combinação entre grupos políticos. Ou seja, o candidato vai para disputa eleitoral com a missão de “bater” no adversário. Para ilustrar essa situação, recorreremos ao conhecimento *a priori* de um jogo eleitoral combinado entre grupos políticos para derrotar um adversário em comum. Daí, esse exemplo conta com três personagens, sendo um candidato a prefeito que desejava se reeleger e dois deputados estaduais combinados para se lançarem candidatos ao mesmo cargo eletivo num determinado território político.

Assim, um dos deputados estaduais foi para disputa com o objetivo de ganhar a eleição e o outro para perder. Daí, o candidato com a missão de perder sem esperança de vitória, batia ferozmente no prefeito que disputava à reeleição. Nesse caso, polarizando a campanha com o candidato a reeleição, esse passou mais tempo se justificando durante a campanha – se defendendo, do que mostrando suas realizações. O outro candidato com a missão de ganhar saiu por fora realizando uma campanha propositiva, ou seja, apresentando soluções aos problemas de gestão do território.

Portanto, ao término da eleição, o prefeito perdeu a reeleição e o candidato que fez a campanha propositiva a ganhou. Daí, o outro deputado estadual que disputou atacando o candidato à reeleição, foi derrotado - ficou em terceiro lugar, mas contou com o apoio do candidato a prefeito vitorioso a sua reeleição – logo foi reeleito. Por sua vez, o candidato derrotado abandonou a vida pública.

Por fim, a arte de vencer se aprende nas derrotas. Por sua vez, no território político, não interessa se ganha ou perde. E sim como se joga o jogo numa disputa pelo poder.

#### **4.4 Financiamento de campanha, arrecadação, gastos e prestação de contas**

A manutenção financeira dos partidos é dada pelas contribuições dos filiados, doações de pessoas físicas e jurídicas e por fim, todos os partidos possuem um Fundo Especial de Assistência Financeira (Fundo Partidário) regulamentado pela Lei nº 9.096/1995 e mais alterações sofridas por outras legislações que estabelecem a constituição, limites de recebimento e doações, penalidades para descumprimento da Lei, previsão orçamentária, balanço contábil e prestação de contas.

As doações em recursos financeiros, obrigatoriamente, efetuadas por cheque nominal ou por depósito bancário diretamente na conta do partido. Em decorrências das alterações da legislação ao longo do tempo, também permitiu as doações por meio do cartão de crédito aos(as) candidatos(as), comitês financeiros e aos partidos. As doações nessa modalidade só poderão ser realizadas por pessoas físicas e não podem ser parceladas.

A legislação veda o recebimento de doações por meio de cartão de crédito cooperativo, empresarial ou emitido no exterior. Desse modo, os recursos obtidos por meio dessa doação, devem ser gastos nas campanhas eleitorais. Toda captação de recursos para custear os gastos com a campanha eleitoral, os candidatos ou comitês financeiros de campanhas instituídos pelos partidos ou coligações, são obrigados a registrar na Justiça Eleitoral no sentido de se obter inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Portanto, a próxima etapa se configura pela abertura da conta bancária eleitoral específica para movimentação financeira de campanha, a qual deverá ser realizada nas instituições bancárias públicas ou privada.

A legislação ainda prevê a emissão do recibo eleitoral para quem efetuar a doação de campanha em qualquer modalidade. Quando feito a prestação de contas da campanha, as doações de cartão de crédito devem ser lançadas individualmente nas prestações de contas dos candidatos, partidos políticos e comitês financeiros.

Os recursos financeiros recebidos pelo partido político poderão ser aplicados nas competições eleitorais. A distribuição dos recursos provenientes da dotação orçamentária da União é feita aos partidos pelo Tribunal Superior Eleitoral obedecendo a critérios estabelecidos pela Lei 9.096/1995 e suas alterações dadas pela Lei 12.034/2009.

Os recursos provenientes do Fundo Partidário repassados aos partidos se destinam a manutenção das estruturas partidárias, ou seja, da sede e dos serviços, além das despesas com folha de pagamento de pessoal a qualquer título, nesse caso, não podendo ultrapassar o limite de 50% do total recebido.

A minirreforma eleitoral, dada pela Lei nº 12.034/2009, ainda prevê aplicação na ordem de 5%, no mínimo, de todos os recursos recebido pelo partido a ser aplicados na criação, difusão e manutenção de programas voltados a participação da mulher na política. Do contrário, o partido que descumprir essa norma, no ano subsequente, deverá acrescer o percentual de 2,5% do fundo partidário destinado a esta finalidade e impedido de aplicar esse percentual em outras finalidades diversas.

O repasse do Fundo Partidário aos partidos ainda prevê aplicação de recursos na propaganda política, doutrinação e educação política, no alistamento eleitoral e na filiação, nas campanhas eleitorais e na manutenção dos organismos internos de doutrinação e formação política – institutos ou fundações de pesquisa, vinculados aos partidos, sendo nesse caso, aplicação mínima de 20% do total recebido.

#### **4.5 A territorialidade do voto**

Ao partir-se da premissa de que não há democracia onde não existe a participação do cidadão através do exercício do poder no território, verificamos que o Brasil adotou um sistema constitucional rígido a partir da promulgação da Constituição de 1988, desta forma, o seu perfil ideológico e pragmático produziu as diretrizes do modelo democrático a ser seguido.

Os congressistas constituintes de 1988, ávidos em enterrar quaisquer resquícios de fenômenos que produzisse o retorno da Ditadura Militar no país, elaboraram dispositivos que define bem os princípios do modelo democrático

brasileiro adotado. Nesse particular, os dispositivos criados são carregados de concepções conflitantes, ou seja, de caráter liberal e socialista, as quais retratam o desejo de mitigar as desigualdades sociais e promover o exercício da cidadania.

Mas as mudanças trazidas com a nova Carta Magna não alteraram radicalmente o sistema de acesso e participação ao poder. Dessa forma, as alterações realizadas e as minirreforma eleitorais que antecedem a cada ano uma eleição após a Constituição de 1988, as bases democráticas ficaram relegadas a cumprir um papel meramente dogmático.

Deste modo, entendemos que as regras do jogo eleitoral não receberam da classe política brasileira o cuidado necessário na Constituição de 1988, ou seja, a falta de vontade política mediante o casuísmo, fazendo com que prevalecesse o corporativismo mediante a conveniência. Sendo assim, a “lei da ocasião” para cada eleição. Nesse caso, editam-se novas regras. Esta foi a forma encontrada pelos donos do poder de manter inalterado o jogo.

Considerando a letra fria do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) que mantém a conformação dada pelo Regime Militar na organização do processo político eleitoral e uso do território, num contexto crítico atualizado, a Justiça Eleitoral se vê obrigada a incrementar através das *resoluções* – legislando (ANEXO B) e atuando em papel estranho aos fins para os quais foi criada.

A forma casuística presente no processo político brasileiro revela a dificuldade do exercício do poder em sociedade civilmente organizada. As regras do jogo eleitoral podem ser vistas como uma “colcha de retalhos”, além de dificultar a compreensão da *ordem jurídica eleitoral* vigente pela ausência de “vivência crítica” dos componentes da sociedade. Daí, sucessivas *crises políticas* e *instabilidade democrática* se manifesta no cenário político em escala nacional, regional e local. Todos os partidos e candidatos(as) mobilizam seus/suas filiados(as) e apoiadores(as) para manifestar seu voto na urna.

Mas a campanha eleitoral chega ao seu término um dia antes da realização da votação e da apuração dos votos conforme prevê a legislação eleitoral. Todo o rito do processo para realização da votação, ou seja, do que se deve ou não ser praticado está detalhadamente mencionado no Código Eleitoral – Lei 9.504/1997 –, mais a legislação correlata as Resoluções do TSE nº 23.089/2009.

Portanto, o nosso estudo sobre a territorialidade do voto, não poderia de deixar esmiuçar esses arranjos da campanha e da competição eleitoral. Torna-se importante compreender os meandros da votação conforme orientação da norma eleitoral.

Desse modo, a estrutura da eleição se configura pela constituição das mesas receptoras, dos delegados de partido e fiscais eleitorais, do transporte de eleitores e da apuração dos votos.

Os trabalhos eleitorais têm seu início marcado pela instalação da mesa receptora de votos e abertura do processo de votação pela urna eletrônica. O presidente da mesa receptora de votos e o juiz eleitoral são investidos com o poder de polícia. E no caso da mesa receptora da respectiva seção eleitoral, o presidente é a autoridade máxima no recinto, ou seja, o responsável pela manutenção da ordem no local.

Durante a realização dos trabalhos eleitorais da mesa receptora de votos, somente o(a) juiz(a) eleitoral poderá intervir nas decisões dos presidentes da seção. Por sua vez, só quem pode permanecer no recinto de votação, além dos membros da mesa receptora é o(a) eleitor(a) no momento de votar, os(as) candidatos(as), um/uma delegado(a) e um/uma fiscal de cada partido.

Com relação ao transporte dos eleitores, a legislação eleitoral proíbe que os(as) candidatos(as) e os partidos realizem ou ofereçam qualquer tipo de transportes ou fornecimento de alimentação aos(as) eleitores(as). A legislação é muito explícita quando se trata do transporte do eleitor, nesse caso, só a Justiça Eleitoral pode transportar gratuitamente o(a) eleitor(a) através da solicitação do juiz eleitoral. Nesse caso, visa atender o eleitor da zona rural.

Dessa forma, os juízes das respectivas zonas eleitorais, podem requerer os veículos dos órgãos públicos ou de particulares bem como dos coletivos das linhas regulares e carros da própria Justiça Eleitoral. Daí, caso necessite alugar veículos para atender ao serviço de transporte de eleitores, este não pode ser de propriedade nem ter qualquer ligação com os(as) candidatos(as) e os partidos.

Com a modernização do processo eleitoral iniciado pela adoção da urna eletrônica, os partidos precisam buscar profissionais da informática com o objetivo de capacitar aqueles que trabalharão como delegado ou fiscal.

De acordo com o que estabelece a norma eleitoral, cada partido ou coligação, poderá nomear dois delegados para cada município e dois fiscais – atuando um de cada vez, para cada mesa receptora como mencionado anteriormente. Desse modo, o fiscal representa o partido ou a coligação junto à mesa receptora de votos durante o processo de votação e apuração, esses ainda podem fazer pedidos de impugnação de voto ou da urna.

Os delegados credenciados pelos partidos junto à Justiça Eleitoral representam os interesses partidários, encaminham questionamentos, ocorrências e pedidos de providências as anormalidades que possam acontecer durante o processo de votação. Os partidos podem credenciar delegados pelo órgão nacional, estadual e municipal, ou seja, no TSE, nos TREs e nos Cartórios Eleitorais, respectivamente. Outra situação que os partidos podem credenciar seus delegados é durante o alistamento eleitoral.

Neste último caso, os delegados são credenciados para acompanhar o processo de alistamento eleitoral, ou seja, o encaminhamento *on-line* das listas de filiados aos cartórios eleitorais conforme o calendário do processo eleitoral. Portanto, além de fazer o acompanhamento, podem promover exclusão de qualquer eleitor(a) inscrito(a) ou realizar a defesa de quem esteja sendo excluído ilegalmente.

Consideramos que a normatização específica do sistema político-eleitoral na legislação – conjunto de leis aprovadas pelo poder legislativo – incide sobre o sistema político-eleitoral. Dessa forma, as regras estabelecidas definem os vários aspectos do sistema político e o funcionamento do sistema eleitoral. Na concepção de Zanfolin (2006, p. 19), a legislação eleitoral,

sendo um dos elementos do sistema político de um país, os sistemas eleitorais são construções institucionais políticas e estrategicamente concebidas, e tecnicamente realizadas, para viabilizar e sancionar a representação política em regimes políticos. Desse modo, sistema eleitoral e representação política não são sinônimos; ele viabiliza uma relação entre sociedade e seus representantes.

Diante da afirmativa da autora, o sistema eleitoral pode ser compreendido como a forma de escolha dos representantes eleitos a cargos eletivos pelo voto. No caso da nossa democracia representativa, ocupar as vagas nos poderes legislativos e executivos. Logo, os partidos, enquanto instituições, fazem uso do território e o

disputam de acordo com sua *força, tamanho e poder* com o objetivo de ocupar os espaço de poder e de tomada de decisões.

Por fim, essa investigação verificou que as normas estabelecem as regras da competição eleitoral no território político. Portanto, devemos levar em consideração a origem da norma (SANTOS, 1996), contendo as normas um conteúdo político que beneficia este ou aquele agente no uso do território. Sendo resultado de uma ação tática para atender os diversos conflitos e interesses, fazendo surgir outro fenômeno a ser considerado, ou seja, o território usado como um campo de forças.

## CAPÍTULO V

### ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PORTO VELHO: ESTRATÉGIA PARTIDÁRIA E USO DO TERRITÓRIO

Figura 10 – Sopa de letrinhas (2010).



Fonte: <http://www.caririemacao.com/>.

*“É só fazer um raciocínio: temos eleições a cada dois anos no Brasil. Tudo o que o governo fizer é campanha eleitoral.”*

*(DILMA ROUSSEFF)*

## **ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PORTO VELHO: ESTRATÉGIA PARTIDÁRIA E USO DO TERRITÓRIO**

O município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, teve sua origem a partir da instalação do canteiro central de obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) impulsionada pela prosperidade econômica do 1º Ciclo da Borracha e também para atender ao Tratado de Petrópolis, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 1903, que contemplava uma rota comercial para escoar a produção boliviana do látex.

Delineava-se, assim, um cenário desenvolvimentista local, favorecendo uma política econômica regional que teve início com a estruturação do núcleo urbano original portovelhense.

Quando analisado geograficamente os ciclos econômicos do município de Porto Velho, inicialmente, a ocupação e uso do território se deram pela exploração da floresta, em seguida pela mineração e na atualidade, a agropecuária e a produção energética dividem o papel principal desse cenário “estratégico de ocupação regional do território amazônico” (BECKER; EGLER, 1998, p. 212). Por sua vez, percebe a sua importância socioeconômica neste cenário construído.

O município de Porto Velho é pouco conhecido, mesmo por aqueles que nele vivem, ou seja, desconhecem os meandros da rapidez que se processaram as transformações do seu território, ocupado e usado, ao longo da sua trajetória histórica. Desse modo, forjaram a estrutura de poder do município merecem ser estudados sobre o olhar da geografia política.

Em seu conteúdo histórico, primeiro prefeito (superintendente) eleito (por consulta pública direta) pela população local de Porto Velho a época para administrar o município, foi o médico Joaquim Augusto Tanajura, em 31 de dezembro de 1916. Nesse caso, a prefeitura tinha o status de superintendência. Portanto, aberto o processo de escolha pelo voto, Joaquim ganhou o pleito e foi nomeado pelo então governador do Estado do Amazonas Jônatas de Freitas Pedroza.

Desde então, o processo político-eleitoral portovelhense vivenciou vários períodos distintos influenciados em maior ou menor grau por diversas ações políticas ocorridas no Brasil e na região amazônica. A primeira dessas ações se deu por conta do desnovelo político da Revolução Tenentista, em 1924, terminando com o afastamento de Joaquim Tanajura do cargo de prefeito.

Em 1928, restabelecido o processo democrático eleitoral no país, ocorreram novamente eleições para a Prefeitura de Porto Velho, sendo essa a última eleição direta no município enquanto unidade administrativa do Estado do Amazonas. Após seu desmembramento, Porto Velho foi incorporado ao Território Federal do Guaporé (1943-1956).

Em relação a esse contexto político, não constam registros de alteração no tocante ao processo de nomeação de prefeito, mesmo quando criado o Território Federal de Rondônia (1956-1981), cinco prefeitos exerceram o cargo através de decretos de nomeação. Com a criação do Estado de Rondônia, no ano de 1981, as primeiras eleições para prefeito e vice-prefeito de Porto Velho aconteceram no ano de 1985 e os mandatos tiveram fim no ano de 1988. Após a promulgação da Constituição de 1988, as eleições passaram a ocorrer periodicamente para o cargo eletivo de prefeito e vice-prefeito para exercerem mandatos eletivos de quatro anos.

Assim, sem nenhum evento histórico ou ação política em nível de Estado que alterasse o moderno processo político-eleitoral brasileiro e o funcionamento normal das atividades político-organizacionais, o município conta com certa estabilidade nesse sentido. Porém, prefeitos pediram afastamento para concorrer a outros cargos eletivos ou para tratamento de saúde.

Mas a história política de Porto Velho ficou marcada pelo afastamento de Roberto Sobrinho (PT) do cargo de prefeito no dia 06 de dezembro de 2012. Nesse caso, faltando um mês para o término do seu mandato. Além disso, ele também foi impedido de entrar no prédio da prefeitura ou em qualquer órgão público municipal por determinação da Justiça. Pois estava sendo investigado pelo Ministério Público e Polícia Federal (PF), juntos deflagraram a “Operação Vórtice” que apurava desvio de recursos por meio de fraudes em licitações milionárias.

Por sua vez, o vice-prefeito de Porto Velho, Emerson Castro (PMDB), assumiu interinamente, a pedido da Justiça, a Prefeitura de Porto Velho após o afastamento do titular do cargo.

Neste último capítulo apresentamos uma análise geográfica da trajetória das eleições municipais no município de Porto Velho. Por sua vez, o período corresponde aos pleitos realizados nos anos de 2008 e 2012. A nossa observação se pautou pela busca de um amplo entendimento sobre as estratégias partidárias e uso do território nas duas competições eleitorais. A nossa observação explorou questões de cunho cultural, valorativo e institucional vinculada à construção do perfil dos candidatos, percepções, tendências e por fim, as escolhas no jogo eleitoral.

Desse modo, investigamos a manifestação de determinadas formas do conservadorismo político (tradicionalismo), dos seus padrões de associativismo e as dimensões sociais no processo político-eleitoral.

### **5.1 O que vem antes da competição eleitoral e uso do território?**

Três elementos comuns e amplamente reconhecidos no jogo de poder político explicam o resultado final de uma competição eleitoral. Nesse caso, o primeiro elemento se reconhece pelas estratégias sedimentadas pelo partido para participar do pleito eleitoral ao apresentar candidaturas majoritárias e proporcionais; o segundo: a estrutura com base no apoio político e econômico e, por fim, a *arte* – a linguagem política do discurso (LASSWELL, 1979) desenvolvida na competição para definir a vitória no fim da disputa.

Portanto, os elementos apresentados sempre deverão ser somados as estratégias aplicadas na competição eleitoral, ou seja, o planejamento, o posicionamento do candidato – mensagens percebidas pelo eleitor e a execução da campanha. Desse modo, a soma definirá o vencedor na arena da competição eleitoral. Por isso devemos nos perguntar o que vem antes da competição eleitoral? A resposta mais coerente recai sobre a observação do exercício da *articulação política de bastidores* no território político realizado pelos chefes políticos locais.

O clima favorável de uma campanha eleitoral vitoriosa corresponde também ao perfil construído do candidato antes e durante a competição eleitoral. Nesse particular, a observação recai sobre o discurso, ou seja, serve para *medir* o desempenho do candidato a partir do uso da linguagem política.

Desse modo, faz-se necessária a percepção que o discurso alcança por toda a equipe de campanha que assessora o candidato. A visibilidade dessas dimensões se manifestará na fase das especulações que antecede o início da competição eleitoral, a qual não ocorre apenas pelos competidores no jogo, mas por uma imposição da norma, em que os partidos se tornam a única porta de entrada para uma disputa no território político.

Neste sentido, a norma eleitoral não permite candidaturas avulsas como se verifica em outros países de regime democrático. Portanto, devemos levar em consideração as palavras de Ferreira Neto (1995, p. 75) que afirmam que

a centralização das decisões políticas, o controle do Estado sobre a vida política, seu caráter permanente diretor e a sua inatingibilidade foram uma constante no Brasil desde sua independência. De variadas formas, sob variadas circunstâncias (...) observar de que maneira o controle do sistema partidário esteve voltado para manutenção do poder do Estado, de cerceamento da cidadania ampla e da prevenção contra movimentos contestadores da ordem; de como, em função das reivindicações sociais, instalaram-se novos sistemas políticos e criaram-se sempre novas agremiações partidárias.

Desse modo, devem ser consideradas as palavras do autor, em que houve uma época que a norma eleitoral permitia “*candidaturas avulsas*” (FERREIRA NETO, 1995, p. 46). No entanto, as mudanças ocorridas na trajetória do sistema eleitoral concederam aos partidos o monopólio da representação política. Desse modo, os partidos assumiram um peso maior na disputa para ocupar os espaços de poder e tomada de decisão.

Portanto, além da regulação das competições eleitorais, a norma também concede a organização territorial e política do eleitorado no jogo de poder. Nesse caso, Sobreira Neto (2010, p. 45) afirma que

conquanto sujeitos de direitos políticos, nas esferas territoriais e políticas próprias da República Federativa do Brasil (CF/88 – União, Estados, Distrito Federal e Municípios, arts. 1º e 18), os eleitores são classificados em segmentos eleitorais, considerada a posição geopolítica (domicílio eleitoral ou político), de modo a garantir e administrar os sobreditos direitos (efetividade do direito de sufrágio).

Assim, concordamos com o autor no tocante a organização territorial e política do eleitorado, a Justiça e o Ministério Público Eleitoral se baseiam no Código

Eleitoral que divide territorialmente o eleitorado por circunscrição eleitoral, zonas e seções eleitorais. O Código (artigo 18) classifica a circunscrição eleitoral como sendo unidades criadas para organizar territorialmente o eleitorado, ou seja, no país: Eleições presidenciais; nos estados: eleições federais e estaduais e, nos municípios: eleições municipais.

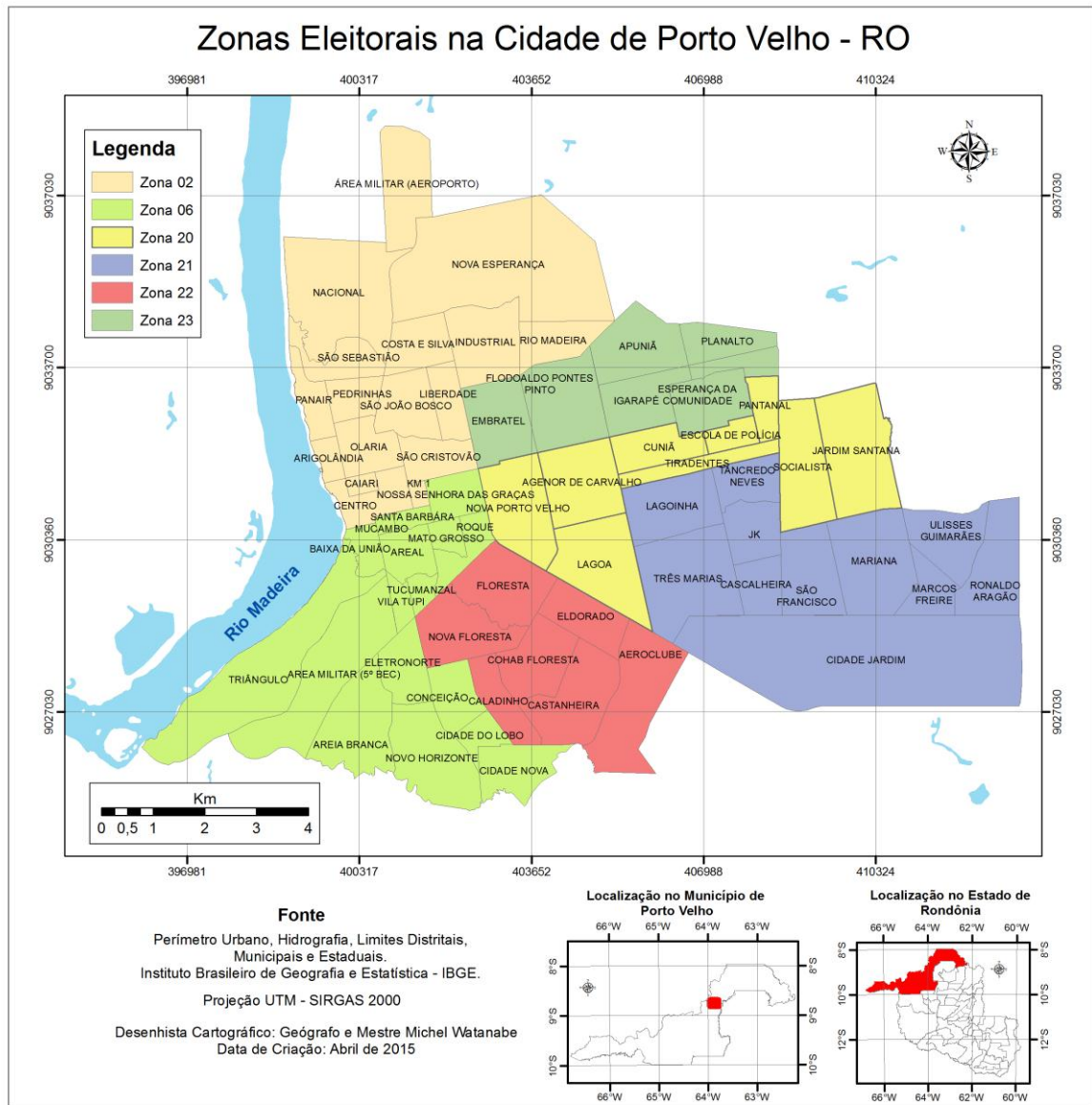
A norma adotou o município como sede administrativa do segmento eleitoral, ou seja, o uso do território é dado pelas zonas e seções eleitorais. No primeiro caso, as zonas “são criadas para o controle de alistamento/transferência eleitoral e recepção de registros de candidaturas”. No segundo caso, as seções eleitorais “são unidades de agrupamentos de eleitores inscritos (alistados) em determinada zona eleitoral, criadas para facilitar o exercício do voto segundo o domicílio eleitoral” (SOBREIRA NETO, 2010, p. 46).

A coordenação da apuração das urnas correspondentes às seções que compõem as zonas é de responsabilidade das juntas eleitorais como tratamos anteriormente. Por sua vez, as juntas são compostas por um(a) juiz/a de direito – presidente e por dois(duas) ou quatro cidadãos/ãs de reputação moral ilibada. Portanto, os componentes da junta eleitoral são indicados pelos(a) juízes(as) de direitos e a nomeação é dada pelo presidente do TRE-RO após a devida aprovação no plenário do referido Tribunal. Em conformidade com a norma, a nomeação dos componentes deve ocorrer sessenta dias antes de realizar o pleito.

A legislação eleitoral vigente no país proíbe a nomeação dos(as) escrutinadores(as) e auxiliares que deverão compor a junta eleitoral, os(as) candidatos(as), seus cônjuges e seus parentes, inclusive os por afinidade até segundo grau. Ainda, proíbe para compor as juntas eleitorais, os dirigentes partidários devidamente registrados junto ao TRE-RO. A sua extensão também atinge as autoridades e agentes policiais, os(as) servidores/as públicos/as no exercício de cargos de confiança no poder executivo bem como aos que pertencem aos quadros do serviço eleitoral.

As zonas pertencem a uma região geograficamente delimitada no território de cada Unidade da Federação. Podem ser composta por mais de um município, do contrário, um único município pode ser divididos em várias zonas eleitorais. Desse modo, a demonstração da organização territorial e política do eleitorado ocorrem pelas configurações apresentadas no mapa 01.

## Mapa 01 – Zonas Eleitorais de Porto Velho (RO).



Organização: Labogepa – Departamento de Geografia/UNIR.

O mapa das zonas eleitorais do município de Porto Velho quando da pesquisa, revelam que o jogo eleitoral e uso do território se realizam em seis zonas eleitorais: 2°, 6°, 20°, 21°, 22° e 23° (localizada na sede do município) e a 24° com a área de entorno da cidade, ou seja, representa os eleitores de sua área rural.

A configuração da competição eleitoral é dada por essa organização do território e da distribuição do eleitorado pelas respectivas zonas eleitorais na área de abrangência ao domicílio – residência do eleitor.

Desse modo, o formato do sistema pluralista que concede a existência de 35 partidos políticos registrados junto ao TSE (Anexo A), dificulta antecipar alguma previsão de vitória. Portanto, para elaboração de uma estratégia eleitoral com o objetivo de se vencer o jogo, segundo Lavareda (2009, p. 29), é preciso levar em conta a “preferência partidária” e a “importância do partido no cálculo da competição” após fechamento das alianças partidárias.

Merece destaque, ainda, a característica instável que possui a legislação eleitoral no país, o que exige atenção. Assim, como afirmamos anteriormente, a normatização de uma eleição pode ser casuística, o que pode ser dado como exemplo, as mudanças estabelecidas nas eleições de 2002 que alterou a lógica da coligação entre os partidos. Tais mudanças fez aparecer à verticalização. Alterando os acordos em escala regional em razão dos acertos formalizados na escala nacional. Todavia, essa regra já perdeu a validade para as eleições seguintes.

Em seguida, a regra alterou de forma expressiva o número de vagas de vereadores a serem preenchidas nas Câmaras Municipais na imensa maioria das cidades brasileiras. Por fim, no ano de 2006, as mudanças impactaram a propaganda eleitoral e o fim da cláusula de barreira aprovada ainda na década de 1990, nesse último caso, faria desaparecer muitos partidos considerados *nanicos* no jogo de poder.

Ao se alterar a Lei eleitoral que antecede a cada eleição, foram realizadas alterações significativas na propaganda eleitoral, o que foi preciso criar uma nova cultura de fazer campanha pelos partidos, candidatos e marqueteiros no território político. Vigorando a proibição de distribuição dos brindes<sup>7</sup> eleitorais – camisetas, bonés, chaveiros, canetas e outras pequenas peças que serviam para fixar o nome e o número do candidato no intuito de aproximá-lo do eleitor.

Nos pleitos até os realizados no ano de 2006, destacamos a presença dos “showmícios” na competição eleitoral como forma de atrair o maior número de eleitores aos comícios e aproximá-los dos candidatos que recorriam desses artifícios nos principais colégios eleitorais – estratégia de campanha. Desse modo, cantores famosos ou bandas musicais de variados ritmos de expressão nacional eram contratados para ser a atração principal do comício no lugar do discurso dos

---

<sup>7</sup> A distribuição de brindes sempre fez parte da cultura eleitoral do país. Pois eram aguardadas a cada dois anos pelos eleitores, principalmente os mais humildes.

candidatos que disputavam os cargos eletivos em nível proporcional e majoritário como demonstrado na figura 11:

**Figura 11 – Zezé de Camargo e Luciano em showmício com Lula, em 2002, Porto Alegre (RS).**



Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/> (2002).

Outras proibições merecem destaque: a instalação de propaganda política nas vias públicas; Os famosos *banners* ou placas colocados em calçadas, postes; faixas em viadutos; as grandes pinturas em muros etc., foram vetadas ou limitadas seu uso no território, alterando completamente, a forma de fazer campanha.

A interpretação plausível sobre a proibição da farta distribuição de brindes e o impedimento da presença de artistas famosos, cantores e bandas musicais nos palanques eleitorais, recaiu sobre os argumentos da necessidade de equilíbrio econômico nas competições eleitorais.

Portanto, alterou completamente as estratégias utilizadas de fazer campanha na arena de competição. No entanto, com tais proibições, é difícil prever se os candidatos passaram a gastar menos ou direcionaram seus tradicionais dispêndios em outras ações com o objetivo de conquistar o voto.

Por outro lado, não podemos negar, que uma sociedade carente e marcada pela desigualdade social como é a brasileira, um brinde e a oportunidade de assistir a um show artístico gratuitamente, pode fazer a diferença na hora do eleitor decidir em quem votar.

Mas a despeito de todas as questões relacionadas à propaganda eleitoral destacada, merece consideração, pois as regras eleitorais do pleito de 2004 já não

valiam para as eleições de 2008. Nesse caso, as estratégias utilizadas de uma eleição para outra se diferenciam bastante, principalmente para disputar uma reeleição. Sendo assim, é muito mais amplo o conjunto da obra, ou seja, além da implementação de novas estratégias no território político, envolve também, a comunicação institucional da prefeitura nos últimos três anos que antecede a campanha eleitoral – dando certa vantagem a quem concorre à reeleição.

As mudanças nas regras do jogo de poder pela Emenda Constitucional 16, editada em 1997, que a partir de 1998 permitiu a reeleição de ocupantes aos cargos do Poder Executivo. Desde então, tivemos quatro processos eleitorais em âmbito local para o cargo eletivo de prefeito no país.

Sobre a reeleição, observamos especificamente as estratégias utilizadas na disputa no pleito eleitoral de 2008 em Porto Velho. Nesse caso, existem resultados empíricos que explicam as chances de um ocupante de cargo do poder executivo se reeleger. Daí, algumas estratégias adotadas pelos prefeitos são muito comuns, têm o mesmo comportamento eleitoreiro em anos de pleitos municipais, ou seja, concentram suas ações de gestão do território em medidas de grande impacto que renda dividendos políticos e resultados eleitorais positivos nas urnas.

Outros aspectos importantes são as coligações, pois elas definem o tempo do horário da propaganda eleitoral gratuita de cada candidato numa eleição majoritária ou proporcional. Nesse caso, o tamanho da bancada parlamentar na Câmara dos Deputados Federais serve de base de cálculo para definir o tempo de propaganda em rádio e televisão. Assim, quanto mais deputados federais eleitos tiver o partido, maior o seu tempo na televisão e rádio.

Nas eleições proporcionais, a coligação exerce influência direta para eleger representantes, ou seja, as vagas eletivas são distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. Nesse particular, quanto mais votos um partido ou uma coligação receber, mais candidatos representantes serão eleitos. Daí, a regra eleitoral vigente, permite que um candidato com muitos votos ajude a eleger candidatos da sua coligação ou partido com menos votos.

A coligação majoritária se torna importante numa eleição devido o horário eleitoral e as possíveis candidaturas proporcionais, consideradas como multiplicadoras de votos. Mas muitas das vezes, o maior número de partidos coligados não representa o maior tempo de exibição da propaganda eleitoral.

## 5.2 Eleições 2008 e Uso do Território: o desejo de continuidade

Para seguirmos adiante, é preciso que se faça apresentação dos dados demográficos e do total de eleitores de Porto Velho segundo o IBGE no período pesquisado, conforme demonstrado na tabela 4:

**Tabela 04 – Perfil demográfico e eleitoral de Porto Velho (RO).**

Censos	População local	Pleito eleitoral	Total de eleitores*
2000	334.661	2008	253.333
2012	428.527	2012	278.410

Fonte: Dados apurados com base nos Censo do IBGE e números\* de eleitores informados pelo TSE.

A tabela acima demonstra o crescimento considerável da população e do número de eleitores no período estabelecido do nosso estudo. Por sua vez, Porto Velho consta com cerca de 334.661 mil habitantes, pouco mais de 235 mil eleitores estavam apto a votar no pleito de 2008. Para a eleição municipal de 2012, mais de 278 mil eleitores poderiam manifestar seu voto na urna.

Dessa forma, de um Censo ao outro, é perceptível o crescimento do eleitorado e da população. Nesse caso, a população cresceu 28% e os eleitores ultrapassaram a casa dos 9%. Esse aumento deve-se à chegada de imigrantes e trabalhadores atraídos pela oportunidade de negócios e servir de mão de obra na construção das hidrelétricas no rio Madeira.

Desse modo, temos um conjunto de informações que desperta o nosso interesse em compreender o que leva um governante à reeleição em escala local, nesse particular, nas eleições de 2008. Inicialmente, com base nos resultados eleitorais extraídos do banco de dados do TSE referente ao pleito municipal de 2004, iniciamos a discussão geográfica pela vitória em segundo turno do candidato a prefeito Roberto Sobrinho (PT), servindo de reflexão para compreensão do fenômeno de sua reeleição ao mesmo cargo no pleito de 2008.

Este candidato a prefeito (sindicalista da categoria dos professores) eleito no pleito de 2004 pertencia aos quadros de filiados do Partido dos Trabalhadores (PT). Nessa eleição, a legenda petista contou com apoio de uma pequena frente de partidos de esquerda formada pelo PCdoB e PCB.

Portanto, a vitória do candidato majoritário do PT no pleito de 2004 é vista como sendo de um candidato “azarão” na competição eleitoral, ou seja, um fenômeno absolutamente imprevisível que termina definindo uma disputa pelo jogo de poder local. Sobre análise do articulista político local Carlos Esperança (2012), revela que

em 2004, quando disputou a Prefeitura de Porto Velho pela primeira vez o então sindicalista Roberto Sobrinho (PT) era um político do baixo clero, com densidade de votos semelhante à de um inspetor de quarteirão. Nem ao cargo de vereador tinha conseguido se eleger nas suas inglórias tentativas. As pesquisas eram claras naquele ano, na sua largada inicial para o pleito: o veterano Mauro Nazif, com 68 por cento de intenções de votos e, ele, o desacreditado Roberto Sobrinho, que se sagraria vitorioso mais, tarde, com magérrimo um por cento. Na esteira da popularidade de Lula, de uma militância aguerrida e do voto de protesto contra a aliança celebrada entre Mauro Nazif com o então prefeito Carlinhos Camurça, Roberto Sobrinho embalou o pé, faturou a eleição.

Desse modo, entendemos que a sua vitória se deu pelo fato do PT na época contar com “*redutos sólidos nos maiores eixos operários*” do município de Porto Velho. Tais eixos que o autor menciona, correspondem aos dois maiores colégios eleitorais que se localizam na zona sul e leste da capital.

O candidato em voga também contou com a participação de uma candidata a vice-prefeita na configuração da chapa, ou seja, a senhora Claudia Carvalho foi indicada pelo PCdoB. O que foi bastante explorado pelo *marketing* a questão de gênero durante a competição eleitoral.

A campanha do PT contou com uma mega estrutura de campanha e uso da imagem com declaração de apoio na propaganda eleitoral do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Sendo assim, com a apresentação desse breve quadro que antecedeu as eleições de 2008 e 2012, queremos demonstrar para quem analisa ou trabalha com eleições, a necessidade de prestar atenção na forma dos elementos que antecedem o pleito eleitoral.

Nas eleições municipais de 2008, o registro de sete candidaturas majoritárias, marcou o uso do território pelos competidores envolvidos na disputa pelo espaço do poder de decisão em escala local. Por sua vez, como somos herdeiros de um modelo de estado centralizador, devemos considerar a influência das estruturas dos espaços de poder de decisões em escala regional e nacional sobre a local, principalmente com relação ao PT no exercício do poder. Ou seja, esse ocupa de

maneira extensiva a máquina do Estado e faz dos espaços de tomada de decisão, em todas as escalas, sua própria razão de existir. Desse modo, devemos analisar as informações contidas no Quadro 03:

**Quadro 03 – Perfil das coligações majoritárias 2008.**

<b>Candidato</b>	<b>Partidos Coligados</b>	<b>Nome da Coligação</b>
Roberto Sobrinho	PT/PMDB/PP/PRTB	Roberto de Novo com a força do povo
Lindomar Garçon	PSTU/PTB/PRP/DEM/PV/PTdoB/PSDC/PHS/PTN/PPS	Porto Velho terra da gente
David Chiquilito	PCdoB/PR	O futuro começa agora
Mauro Nazif	PSB	-
Alexandre Brito	PTC/PSL	Acredite, é possível
Hamilton Casara	PSDB	-
Adilson Siqueira de Andrade	PSOL	-

Fonte: Dados informados pelo TSE.

Quando abordamos anteriormente a importância das coligações entre partidos, verificamos que as normas são um artifício do jogo político no uso do território. Nesse caso, os partidos e coligações, “enquanto instituições usam o território e o disputam de acordo com sua força, tamanho e poder” (ZANFOLIN, 2006, p. 20).

Para nossa pesquisa, o quadro 03, com dados fornecidos pelo TRE-RO, demonstra os partidos e as coligações que se lançaram na disputa do pleito eleitoral municipal de 2008. Portanto, demonstra a configuração do jogo através dos personagens envolvidos na competição isoladamente ou com formalização de alianças. Nesse último caso, o que pode alterar ou manter o jogo de forças na disputa política pelos espaços de poder e de tomada de decisões.

Nessa aliança, o candidato à reeleição majoritária ao cargo de prefeito, teve o maior tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Nesse caso, a coligação, lhe rendeu 10 (dez) minutos e 34 (trinta e quatro) segundos de exibição de propaganda eleitoral. O candidato petista ainda levou vantagem no número de inserções diárias (pequenos comerciais veiculados na mídia). Ou seja, o candidato apareceu 952 vezes na grade de programação das emissoras de rádio e televisão durante o período estipulado por lei de veiculação da propaganda gratuita.

Quando recorreremos à interpretação da norma anteriormente com relação às coligações, segundo informação do TRE-RO contidas no quadro acima, o candidato

a reeleição Roberto Sobrinho pelo Partido dos Trabalhadores contou apenas com o apoio do PMDB, PP e PRTB. Sendo que, o PT e o PMDB na época, possuíam o maior número de cadeiras na Câmara de Deputados Federais. O PP considerado partido mediano e o nanico PRTB trazido a reboque do PMDB.

No pacote da aliança, além de render várias importantes secretárias municipais ao PMDB, o destaque maior ficou por conta da ocupação das pastas da saúde e das compensações ambientais das usinas. Nesse caso, coube senador Valdir Raupp (PMDB), importante *liderança* da elite política regional, fazer a indicação do empresário Emerson Castro (PMDB) para figurar como candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada pelo PT. Além disso, a responsabilidade de indicar os personagens que ocuparam os espaços de decisões negociados.

O articulista político Paulo Queiroz (2008) prevê em meados do mês de maio de 2008, a indicação pelo PMDB do vereador Emerson Castro como vice-prefeito na chapa a reeleição encabeçada pelo prefeito Roberto Sobrinho:

1 – VICE DE SOBRINHO: Salvo uma hecatombe de proporções incomensuráveis no interior do grupo – algo jamais descartável no âmbito da política -, o presidente regional do PMDB rondoniense, senador Valdir Raupp, deverá anunciar nesta segunda-feira (19), após participar de reunião com os integrantes do Diretório da agremiação na Capital, o nome do vereador Emerson Castro como a indicação do partido para a candidatura de vice-prefeito na hipótese de que resulte consolidada a chapa prevista pelo projeto de coligação com o PT objetivando a reeleição do prefeito Roberto Sobrinho, de Porto Velho. Se tudo ocorrer como até agora está acertado nos bastidores, tanto em relação ao PMDB (onde neste ponto o grau de definição hoje é maior) quanto no PT (onde, mais pela força inercial do assembleísmo característico da legenda do que por qualquer outra coisa, ainda deverão rolar discussões várias), no que diz respeito ao palanque majoritário oficial as coisas estão praticamente resolvidas – entre julho e outubro, para a torcida situacionista, a dupla da hora será Roberto Sobrinho - Emerson Castro. Conquanto alguma coisa ainda possa desandar até o registro em cartório, nos debates internos recentes dos dois partidos a proposta aliancista ganhou força, venceu resistências e escalou um patamar de definições de que só se suspeitava que pudesse alcançar – caso fosse alcançado – lá para o final do mês em curso ou início do próximo, quando o período para a realização das convenções com vistas ao fechamento de acordos e candidaturas estará oficialmente aberto. Claro que quando se fala em PMDB debate é força de expressão. Lá, as resistências à parceria com o PT foram vencidas na base das conversas informais, de pé de ouvido, por assim dizer, com um negociador buscando convencer cada diretorianos contrário à proposta individualmente ou reunindo-os em pequenos grupos. Coube ao próprio Emerson Castro a iniciativa de mapear as obstinações, neutralizar as recalitrâncias e isolar as intransigências. Deu certo. 2 – EXIGÊNCIA ÚNICA. No final, conforme relato de um dos protagonistas, até Emerson Castro foi confrontado pela surpresa ao se constatar investido pelo grupo que mais barulho e agitação produzir a sobre o tema no Diretório Municipal do PMDB (encabeçado pelos diretorianos Abelardo Castro,

Neirival Pedraça, Maria Rita e Antônio Magalhães) com a autoridade de, nas negociações com os petistas, falar em nome do colegiado. E desse modo, autorizado a encaminhar aos interlocutores do PT a única exigência residual acerca da qual os peemedebistas não mais transigiriam - qual seja, a de indicar o candidato a vice-prefeito. “Tudo bem”, obtemperou Castro. “Mas qual o nome do vice que vocês querem indicar?”, quis saber. Ficou sem jeito quando lhe foi dito que era o dele próprio. Sem jeito e engessado quanto à tarefa de, daí por diante, conduzir as negociações junto aos petistas em nome do seu partido na condição beneficiário do consenso (possível) peemedebista, porquanto o cabotismo latente da circunstância haveria de diminuí-lo frente aos interlocutores.

As previsões do autor se materializaram mediante o anúncio do nome do peemedebista Emerson Castro para figurar na chapa petista como candidato a vice-prefeito da capital. Além disso, o governo do PT também atendeu a extensa lista de condições do PMDB, ou seja, secretarias de “porteira fechada” como mencionando anteriormente.

O dimensionamento antecipado da participação peemedebista no eventual segundo governo petista com definições apriorísticas de titulares de cargos, vetos atribuíveis e outras postulações do gênero, fez prevalecer, o fisiologismo na formalização da política de aliança entre o PT e o PMDB.

**Figura 12 – Prefeito Roberto Sobrinho (PT), seguido do empresário Emerson Castro (PMDB) e o senador Valdir Raupp (PMDB).**



Fonte: [www.gentedeopinião.com.br](http://www.gentedeopinião.com.br).

Coube então ao prefeito Roberto Sobrinho (PT), candidato a reeleição, dar a palavra final sobre os acertos com o PMDB, portanto, Sobrinho fez ver ao círculo do poder petista que Castro era o nome que deseja como companheiro de chapa.

Restou ao PT, homologar a aliança política acertada nos bastidores do território político.

Na outra ponta da disputa, o candidato do Palácio Presidente Vargas – sede do Governo do Estado de Rondônia, deputado federal Lindomar Garçon (PV), buscou nos partidos da base aliada do governador Ivo Cassol (na época filiado ao PPS), a construção da sua candidatura a prefeito de Porto Velho.

Assim, o ex-governador Ivo Cassol (PP) e hoje senador da República, é outra importante liderança da elite política rondoniense. Além disso, adversário político do senador Valdir Raupp (PMDB), ambos possui o mesmo berço político, ou seja, o município de Rolim de Moura (RO).

Daí, o candidato Lindomar Garçon (PV) que já tinha sido vereador e prefeito por duas vezes do município de Candeias do Jamari localizado apenas a 20 km de Porto Velho, teve como intuito político, se lançar na disputa a partir da transferência do seu domicílio eleitoral no ano de 2007 para a capital, conforme previa a legislação eleitoral em vigor, o que realmente aconteceu.

Dessa forma, os partidos *nanicos* da base aliada do Governo do Estado, e adversários do PT em escala regional, serviram de base a candidatura de Garçon a Prefeitura de Porto Velho.

Portanto, os nanicos lhe proporcionou o segundo maior tempo de exibição de propaganda eleitoral. A coligação somou 6 (seis) minutos e 37 (trinta e sete) segundos e outras 596 inserções. Mesmo contando com considerável tempo de propaganda eleitoral e apoio do Governo do Estado, o candidato do governador Cassol foi derrotado em primeiro turno pelo então prefeito petista Roberto Sobrinho.

Sobre a estratégia da Executiva Nacional para voltar a ocupar os espaços de poder de decisão e visando fortalecer o PSDB para disputas futuras, no caso as eleições gerais de 2010, os tucanos lançaram a candidatura própria na maioria das capitais brasileiras. Por sua vez, a candidatura apresentada em Porto Velho foi do ex-deputado federal Hamilton Casara (PSDB) – derrotado nas urnas nas eleições gerais de 2006 quando disputava a reeleição de deputado federal, cargo que veio ocupar com a morte do titular Sérgio Carvalho.

O PSDB de Porto Velho disputou a eleição em carreira solo com a candidatura do ex-deputado federal Hamilton Casara. Daí, como seu partido possuía

uma boa representação de deputados na Câmara Federal, esse contou com 4 (quatro) minutos e 9 (nove) segundos e mais 373 inserções.

Desse modo, os articulistas locais consideravam uma das melhores propagandas eleitorais mediante os efeitos visuais, mais o perfil do candidato não empolgava o eleitor. Sendo assim, esse foi *crystalizado*<sup>8</sup> pelo eleitor, figurou como um dos candidatos lanterninhas desse jogo eleitoral.

Nas eleições de 2008, o menor tempo de televisão ficou para o candidato comunista David Chiquilito (PCdoB). Mas isso não o impediu de saber explorar muito bem na propaganda eleitoral perante o eleitor na sua condição de herdeiro político do ex-prefeito de Porto Velho Chiquilito Erse – já falecido e dono de um grande carisma junto à população da capital quando exerceu por diversas vezes o mandato de prefeito.

Portanto, o neófito David (PCdoB) na costura de alianças, contou apenas com o apoio de um partido considerado de direita, o PR, esse último com considerável bancada federal na Câmara dos Deputados, fez com que a coligação contabiliza-se 2 (dois) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos, mais 270 inserções. Na disputa, o candidato foi a grande surpresa do pleito por ter alcançado o terceiro lugar.

Já o candidato socialista e deputado federal, o médico Mauro Nazif (PSB), tentava pela segunda vez ocupar o Palácio Tancredo Neves – sede da Prefeitura de Porto Velho. O que vale lembrar a sua derrota, em segundo turno no pleito de 2004, para o então candidato petista Roberto Sobrinho.

Por sua vez, o candidato Mauro em 2008 não conseguiu construir uma coligação, mas por seu partido, o PSB, possuir uma razoável representação na Câmara de Deputados Federais, lhe rendeu 2 (dois) minutos e 32 (trinta e dois) segundos e 229 inserções de propaganda eleitoral.

A propaganda eleitoral foi considerada uma das piores em imagem visual e também na apresentação das propostas ao eleitor. Nesse caso, as soluções aos problemas enfrentados pela população local.

O candidato Mauro não conseguiu convenceu os eleitores e obteve resultado pífio nas urnas. Dessa vez, amargou o quarto lugar na disputa, o que refletiu

---

<sup>8</sup> Rejeição do eleitorado.

também na disputa proporcional, ou seja, a legenda não conseguiu reeleger seu único vereador que possuía na Câmara Municipal de Vereadores.

Por fim, o médico e deputado estadual Alexandre Brito (PTC) se lançou na disputa coligado com o nanico PSL da ex-vereadora Silvana Davis que figurou na chapa como candidata a vice-prefeita. A chapa majoritária contou com um inexpressivo tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, portanto, apenas 1 (um) minuto e 33 (trinta e três) segundos e 140 inserções.

Neste sentido, o candidato Alexandre, no jogo eleitoral, partiu para o ataque pessoal ao prefeito Roberto Sobrinho (PT) que disputava a reeleição, mas esse comportamento nas entrevistas, nas reuniões e nos debates, não agradou ao eleitor. Dessa maneira, fez aumentar a sua rejeição junto ao seu principal reduto eleitoral que lhe garantiu o mandato de deputado estadual nas eleições gerais de 2006.

Desse modo, reflexo dessa desastrosa campanha majoritária ao médico Alexandre Brito, foi a derrota nas urnas quando disputava a reeleição para deputado estadual nas eleições gerais de 2010.

Por último, o candidato socialista, o professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e também sindicalista Adilson Siqueira (PSOL), amargou o último lugar na competição mediante três fatores considerados como erros gravíssimos no jogo eleitoral.

Desse modo, o candidato Adilson se lançou isolado (sem coligação) na disputa e partido possuir poucos assentos na Câmara de Deputados, lhe rendeu apenas 1 (um) minuto e 33 (trinta e três) segundos e 140 inserções na propaganda eleitoral, o que não lhe garantiu aproximação com o eleitor, e o terceiro e último, a apresentação do candidato junto ao eleitor nas entrevistas, debates e reuniões públicas, ou seja, esse se apresentava com um discurso que não empolgava o eleitor e lançava mão de propostas mirabolantes para administrar os problemas da capital.

Dessa forma, as articulações, a formalização das alianças durante o processo de escolha dos candidatos e o horário eleitoral gratuito na televisão e no rádio nos grandes centros urbanos como Porto Velho, significa o início da pré-campanha eleitoral. As tratativas que antecede o pleito podem definir uma possível vantagem para o candidato que venha saber fazer uso desses elementos. Dessa maneira, pode tornar uma campanha vitoriosa nas urnas. Ou seja, as coligações e o palanque

eletrônico permitem que os eleitores se aproximem do candidato com perfil carismático.

Por sua vez, faz com que o eleitor defina seu voto no candidato a prefeito e vereador. Além disso, quando engajados na competição, passa a ser um multiplicador de votos. Por isso, em especial, a propaganda na televisão e no rádio é visto como o elemento que se tornam o eixo central das campanhas majoritárias. Nesse caso, o horário eleitoral expõe e dá visibilidade ao candidato, popularizando seu nome junto ao eleitor.

A propaganda eleitoral exerce um papel fundamental no convencimento ao eleitor com relação à exibição do conteúdo programático de governo do candidato, que deseja realizar caso venha a ser eleito. Portanto, serve como principal canal de comunicação entre os candidatos e o eleitorado.

O palanque eleitoral tornou-se de grande relevância para conquista do voto, uma vez que a televisão como fonte de informações na sociedade brasileira, possui um importante papel conquista do voto quando se usa a linguagem politicamente correta. Ou seja, mesmo que uma grande parcela de telespectadores não venha assistir aos programas, eles acaba tendo influência indireta no voto de todo o eleitorado.

Assim, quem assiste a propaganda eleitoral, se interessa e avalia positivamente ou negativamente o candidato. Desse modo, vai acabar conversando com a parcela do eleitorado que não assiste. Acaba sendo um formador de opinião, influenciado no voto de outro eleitor.

A propaganda eleitoral serve para os candidatos exporem de forma mais efetiva aos eleitores, a sua história de vida, suas propostas de governo e, por último, seu posicionamento político ideológico e suas intenções com relação à gestão do território caso venha ser eleito.

Podemos considerar que o maior efeito da propaganda eleitoral no eleitor, é saber primeiramente quem é *governo* e quem é *oposição*. Nesse caso, o horário eleitoral faz com que o eleitor tenha conhecimento das candidaturas e o que eles representam no território político.

Portanto, o efeito do palanque eletrônico para os candidatos a vereador tende a ser bem menor, ou seja, a visibilidade é muito pequena. No entanto, o horário se torna importante para um partido ou uma coligação, quando prioriza um candidato

como ‘puxador de voto’, em outros casos, acaba sendo um concurso de quem chama mais atenção. Entretanto, a fatura foi liquidada em primeiro turno, o que pode ser atribuída pelo apoio que a administração petista local recebeu do governo do PT em escala federal, conforme a Tabela 05.

**Tabela 05 – Resultado eleitoral das eleições 2008.**

Candidatos	Votos obtidos por Zona Eleitoral							Total
	02°	06°	20°	21°	22°	23°	24	
Roberto Sobrinho (PT)	13.130	10.894	12.414	30.382	21.819	22.780	8.477	119.896
Lindomar Garçon (PV)	3.610	2.957	3.381	7.368	8.749	5.669	5.490	37.224
David Chiquilito (PCdoB)	2.774	2.328	1.715	2.712	3.208	3.624	745	17.106
Dr. Mauro Nazif (PSB)	2.186	2.328	2.036	2.538	3.461	3.590	854	16.993
Dr. Alexandre Brito (PTC)	498	476	348	837	1.319	865	347	4.690
Hamilton Casara (PSDB)	516	421	393	603	716	786	270	3.705
Adilson Siqueira (PSOL)	304	319	324	369	309	232	15	1.872

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral (TSE) – O pleito eleitoral não teve segundo turno; Votos Nulos: 8.864 (4%); Votos em Brancos: 4.228 (1%); Abstenções: 38.755 (15%) eleitores.

Ao considerarmos a territorialidade do voto a partir da análise da tabela com os dados dos resultados eleitorais da eleição majoritária de 2008, percebemos que a vitória do candidato à reeleição, o prefeito Roberto Sobrinho (PT), em primeiro turno, foi atribuída pelos articulistas políticos locais aos “investimentos eleitoreiros” realizados pelo Governo Federal, ou seja, transferência de recursos na forma de convênios e emendas parlamentares, e por fim, a instalação das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira, rendeu o desejo de continuidade por parte do eleitor.

Com a interpretação dos dados da Tabela 05, revela que as forças tidas como “progressistas” venceram novamente o jogo de poder local. A territorialidade do voto foi manifestada de maneira expressiva em favor do primeiro colocado na disputa. Os demais candidatos não conseguiram arrancar do eleitor a chance de um segundo turno das eleições.

Devemos lembrar que o petista Roberto Sobrinho (PT), desde a sua primeira eleição a prefeito de Porto Velho, recebeu apoio expressivo do Governo Federal e da representação da bancada federal do PT rondoniense em Brasília, que na época

contava com uma senadora e dois deputados federais. Por isso, a capital do Estado recebeu um grande volume de recursos num curto período de tempo.

Nesse sentido, Porto Velho sofreu uma modernização econômica acelerada, provocada pela reestruturação do setor energético do país – fomentada pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e de trabalhadores atraídos pela construção das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira e com elas, a chegada de novas indústrias, estabelecimentos comerciais e ampliação do setor de serviços. Nessa perspectiva, o uso do território produziu-se a modernização da miséria com duas vertentes: um novo regime de desigualdade e marginalidades urbanas.

No caso de Porto Velho, o desejo de continuidade fez sentir principalmente, a esperança de modernização do território e sua integração por meio do emprego formal, da casa própria, do acesso à educação, à saúde, aos espaços destinados ao lazer e cultura, e por fim, ao bem estar; alimentou o sonho pela inclusão territorial pela regularização fundiária e a reforma urbana tão esperada há décadas pela população local, mas nada disso aconteceu. O sonho se tornou um pesadelo com a enorme quantidade de obras inacabadas e os problemas urbanos sem a devida solução.

A agenda estrutural gerada pelas compensações ambientais mediante a construção das usinas do Madeira e os recursos federais, não foram suficiente para transformar a realidade da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, que teve impactos profundos no uso do território e nas relações reais ou simbólicas que foram estabelecidos com a cidade.

Os investimentos de ordem públicos e privados não introduziram mudanças significativas para estruturação da cidade, fato este, tornou denso o território da pobreza, de base urbanística frágil, ou seja, as grandes franjas urbanas de Porto Velho mesmo recebendo investimentos intencionais eleitoreiros - intervenções fragmentadas, desconectadas e descontínuas – foram apenas executadas na temporalidade da “política”.

Sobre essa temporalidade eleitoreira que surgiu com as construções das Usinas Hidrelétricas no rio Madeira, o articulista Paulo Queiroz da Coluna Política em Três Tempos (2008), considerou que,

“desenvolvimento” nenhum se obtém com a supressão das potencialidades e dos protagonismo locais. Que país é esse que insiste em negar os povos que lhe deram origem, que insiste em queimar, alagar, arrancar e tratorar as comunidades enraizadas na Amazônia em nome dos “grandes negócios”? E que região é essa que não existe para si, mas apenas em função de necessidades externas? Amazônia como colônia da colônia precisa ser ainda mais servil ao Império? O rebaixamento de exigências sociais, ambientais, institucionais e econômicas seria uma prova da “abertura” e da “boa vontade” do país com os capitais. Para que continuem vindo, e mandando livremente. É o risco de vida da população do Madeira pagando o risco dos investidores do Projeto do Madeira. Maquiagem dos dados relativos à contaminação por mercúrio, à exponencial expansão dos focos de malária e das áreas potencialmente inundáveis. Dissimulação dos efeitos de quebra da economia pesqueira por conta do fim dos ciclos migratórios dos peixes com a construção das represas. Nem se deram ao trabalho de realizar estudos de impacto urbano que trariam os enormes canteiros de obras das Usinas, seus empregos transitórios e consequências permanentes em termos de exclusão social e violência redobrada. Nenhum esforço de recuperação e capacitação das instituições públicas reguladoras, muito menos de sua articulação transversal. Absoluto desprezo às comunidades indígenas e ribeirinhas, a seu modo de ser, a sua sofisticada economia agro-extrativista, a sua identidade fundida no território, a sua sabedoria inata. Os verdadeiros sujeitos e filhos da terra vistos como os próximos a despejar, “entraves” no meio do caminho. Mais um caminho feito de corpos para que passem as mercadorias por cima? Por isso nos unimos os movimentos sociais do Madeira para dizer: Não passarão!

Pelas palavras do autor sobre a apropriação da Amazônia brasileira pelo capital, percebemos que essa região vive uma grande pressão sobre seu território e seus povos, numa velocidade nunca vista antes, observa-se que as consequências são a permanência de índices elevados de desmatamento – arco do fogo; crescimento do mercado de terras – prática da grilagem e de invasão, e por fim, a desterritorialização de populações locais; crescimento desordenado das periferias nos centros urbanos; proliferação/disseminação de conflitos socioambientais na região.

No caso específico de Porto Velho, seu território ainda se encontra em transformação, a sua dinâmica expandiu-se sobre a zona rural mediante ocupação permanente – muitos na ilegalidade uso da terra – para atividade agropecuária intensiva e plantio de soja. Além disso, redefiniu as fronteiras urbanas, fazendo surgir condomínios, hipermercados e *shopping centers*.

Na outra ponta, a antiga dualidade centro-periferia não se desfez. Os assentamentos precários se ampliaram, com eles, cresceram o território da violência, ou seja, a territorialização do tráfico de drogas. Assim, desperta no

imaginário das pessoas como se fosse *lugares* a onde *não se poder ir*, por ser *lugares violentos*, repletos de privação e de imoralidade.

**Figura 13 – Prefeito Roberto Sobrinho ladeado de assessores vistoriando obras com recursos da compensação ambiental das Usinas Hidrelétricas do Madeira.**



Fonte: [www.news Rondônia.com.br](http://www.news Rondônia.com.br).

O impacto no uso do território produzido com a chegada das usinas do Madeira aprofundou a segregação socioespacial da configuração urbana de Porto Velho. Nesse caso, criaram-se territórios de exceção, os chamados *lugares seguros*, considerados como espaços urbanos fechados e exclusivos, nos quais, a multiplicidade da cidade não penetra.

Portanto, a “cidade das ruas” e dos “desafios”, estruturada a partir dos investimentos, teve seus espaços e equipamentos públicos transformados, mas ao mesmo tempo, ficou desprotegida. Pois a instalação das classes médias e altas próximas a franjas urbanas – periferia, conectados a rodovias ou avenidas já existentes, revela um modelo centrípeto-urbanístico tradicional – nada foi alterado.

Mediante o exposto acima, a gestão do território vai muito além de uma questão de “planejamento”, “gestão” ou “descentralização”. De fato, a explicação plausível, que o desejo de continuidade marcou a eleição municipal de 2008, não levou em consideração o exercício de cidadania através da participação social, mecanismo indispensável para construção de um desenvolvimento urbano sustentável e de inclusão.

Dessa forma, a (in)sustentabilidade de gestão do território local ocorre por ter sido objeto de pactuação, ou seja, a participação social marcada pelo diálogo permanente entre o cidadão e as instituições sobre os espaços o qual pretende incidir. Por sua vez, a construção de um pacto sócio-territorial é o maior desafio no jogo eleitoral. Devendo servir para despertar, compreender e assumir a responsabilidade sobre tarefas coletivas que possam transformar a dinâmica da cidade, oferecendo a sua população, uma melhor qualidade de vida, onde a urbanidade seja sinônimo de civilidade, convivência e harmonia.

### **5.3 Eleições 2012 e Uso do Território: a bagaceira eleitoral**

O título desse capítulo numa alusão ao romance *A Bagaceira* (1928) do imortal paraibano José Américo de Almeida – político e escritor, evidenciando o tradicional e o humano na contextualização dos personagens. Daí, a obra literária servindo de inspiração para analisarmos o pleito eleitoral de 2012 e fenômenos no uso do território pelos grupos políticos que apenas lutaram pelo poder.

Desta forma, esses grupos cometeram erros crassos em suas pretensões políticas. Sendo assim, não apenas acurado conhecimento dos fatos, mas, sobretudo, a observação de fatores marcantes da fragmentação do território político mediante no pleito eleitoral em voga. Ou seja, o grande número de registros de candidaturas majoritárias, inclusive, com destaque para duas mulheres que se lançaram no jogo eleitoral visando conquistar a prefeitura de Porto Velho (RO).

Desse modo, o jogo eleitoral que é visto como um universo dos homens, no pleito de 2012 foi diferente e ganha importância quando constatamos o envolvimento de duas mulheres na disputa pelo voto majoritário. Dessa maneira, se torna relevante o tema quando levamos em conta o caminho percorrido da mulher brasileira para ter o sagrado direito de votar e ser votada.

Tradicionalmente, as mulheres são vistas como feministas que exigem igualdade em relação aos homens, por isso, esse movimento costuma ser caracterizado como uma manifestação das mulheres em busca da conquista da igualdade sexual. No entanto, o objetivo maior do feminismo é a abolição do

patriarcado e o fim da opressão machista que ver a mulher como “sexo frágil”. Para Heywood (2010b, p. 30),

as feministas liberais lutam pela igualdade legal e política em relação aos homens. Eles apóiam um conjunto de direitos iguais, que possibilitaria às mulheres competir na vida pública em termos de igualdade com os homens, independentemente do sexo. Igualdade, nesse caso, significa igual acesso ao mundo público.

O autor se refere à igualdade econômica e política para ambos os sexos. Levantando questões como distribuição de renda, o fim da diferenciação salarial e distinção ainda existente no mercado de trabalho. Por sua vez, também luta pela igualdade na vida familiar e pessoal – atividades domésticas e criação dos filhos, por último, o poder de decisão sobre o próprio corpo – expressão e satisfação sexual.

Sobre a definição do quadro de candidaturas para a prefeitura de Porto Velho no pleito de 2012, vejamos o que o articulista político local Alan Alex (2012) nos apresenta em pleno mês de convenções eleitorais para escolha e registro de candidaturas:

começa a ser definido o quadro de candidaturas para a prefeitura de Porto Velho nas eleições deste ano. Faltando oito dias para o prazo final das convenções, são pré-candidatos confirmados até agora Mariana Carvalho, Mário Português, Fátima Cleide e Miguel de Souza. Mauro Nazif diz que é, mas na prática não demonstra isso. Vem tentando fechar uma aliança com diversos partidos mas foi rechaçado em todos. O principal motivo foi a rasteira dada no PSDB de Expedito Júnior nas eleições passadas. O PSB de Nazif chegou a anunciar o nome do ex-vereador Alan Queiroz como vice de Expedito em um dia e no outro fechou com o PT, deixando tanto Alan quanto Expedito a ver navios. **Português:** Já o pré-candidato Mário Português, que foi convencido por Ivo Cassol a disputar como cabeça de chapa e não como vice de Miguel de Souza, se mobiliza para tentar convencer o eleitorado que seu nome é o melhor. Quem já trabalhou na Coimbra, um dos maiores atacadistas de Rondônia, discorda. Os ex-funcionários já anunciam que vão fazer campanha contra. Neste sábado ele reúne com presidentes de outras legendas no hotel Rondon onde, segundo sua assessoria “pretende discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento de Porto Velho”. Então tá. **Mariana:** A jovem Mariana Carvalho pode vir a ser uma surpresa nas eleições deste ano e com isso Porto Velho pode ter um segundo turno disputado por duas mulheres, caso o PT de Fátima Cleide consiga convencer a população que “Roberto foi um grande prefeito”. A vereadora tucana procura um vice, que possivelmente possa vir do DEM. As conversas estão adiantadas. **Fátima:** O PT de Fátima Cleide está namorando o PDT de Dalton di Franco e o PMDB de Dirceu Fernandes. A probabilidade de bater o martelo com esse último é grande, cerca de 80%, já o PDT deve vir na última hora. O PT comemora a aliança com o desconhecido PPL (Partido da Pátria Livre) um braço do extinto MR8. Mas também por enquanto é só. **Miguel:** O PR de Miguel de Souza andou

namorando com um monte de legendas, mas também não fechou com ninguém. A melhor aliança que ele havia conseguido foi com Mário Português, que pulou fora após ser convencido que podia ganhar sozinho as eleições. Mas Miguel vem trabalhando pesado em sua pré-campanha e acredita que decola tão logo comece o horário eleitoral gratuito. **PDT e PMDB:** Os dois partidos passam por crise interna em relação às eleições deste ano. O PDT municipal havia escolhido o jornalista Celso Gomes como o nome para disputar as eleições, mas Acir Gurgacz e Ruy Motta decidiram que Dalton di Franco seria melhor e impuseram a escolha. Dalton vem apresentando um discurso cheio de chavões e “palavras que o povo quer ouvir” mas de concreto mesmo, nada. O PMDB passa pelo mesmo processo. O partido não tem nomes para disputar as eleições. Os peemedebistas mais antigos acham que mandam na legenda, mas de fato quem dá a palavra final é o senador Valdir Raupp, maior liderança do partido no Estado. **Noivas:** E ambas as legendas também são cobiçadas por outros partidos. O PMDB vem flertando com Lindomar Garçon que ainda não sabe se vai ser candidato a prefeito ou a vice. Na verdade Garçon não sabe nem se vai ser candidato, já que seu nome consta na lista encaminhada pelo Tribunal de Contas à Justiça Eleitoral com problemas considerados “insanáveis”. Garçon chegou inclusive a mostrar alguns documentos alegando “ter pago a multa”. Vale lembrar que pagar multa não quer dizer que a punição foi extinta. A multa é apenas um complemento da condenação. Essa decisão pode torná-lo inelegível por oito anos. Certeza mesmo sobre esse caso só na hora em que ele for registrar sua candidatura (...). **Outros:** O PSD de Hermínio Coelho, que desistiu de concorrer à prefeitura vem buscando alianças com outras legendas. A ideia é emplacar Guilherme Erse ou na cabeça ou como vice. PHS e PTC, além do PMN e PSL devem se unir a partidos grandes para tentar fazer alguns vereadores. O PTB está patinando, ficou meio sem rumo após romper com o PP de Ivo Cassol. O PSOL está bem próximo do PSB de Mauro Nazif, mas também não definiu nada. O nome da legenda é o pastor Aluizio Vidal. [grifo nosso]

Passado o período das Convenções Eleitorais, levando-se em consideração as previsões do autor, houve surpresas com a formalização de alianças nos momentos finais para registros de candidatura. Desse modo, o cenário revela que as duas principais *lideranças* da elite política rondoniense decidiram lançar com seu apoio, candidaturas majoritárias a prefeitura de Porto Velho. Nesse caso, os senadores Ivo Cassol (PP) e Valdir Raupp (PMDB).

Na outra ponta, a disputa contou com a candidata da situação do Palácio Tancredo Neves – sede da Prefeitura de Porto Velho, ou seja, apoiada pelo prefeito Roberto Sobrinho para dar continuidade ao projeto de poder do PT em âmbito local. Nesse jogo eleitoral, outras candidaturas majoritárias pertencentes a outros grupos políticos locais se lançaram na disputa, inclusive, formada por uma frente de partidos “nanicos” e por fim, candidaturas isoladas de esquerda.

Analisando os dados apresentados no Quadro 04 com relação à celebração de coligações partidárias no pleito de 2012, inicialmente, vamos verificar a

distribuição do tempo da propaganda eleitoral no rádio e na televisão considerando como regra, a representação dos partidos na Câmara de Deputados Federais.

#### Quadro 04 – Perfil das coligações majoritárias 2012

Candidato	Partidos Coligados	Nome da Coligação
Mauro Nazif	PSB/PDT	Porto Velho, a hora é agora
Lindomar Garçon	PV/PHS/PTC/PSL/PRP	Por amor a Porto Velho
Mariana Carvalho	PSDB/PSD	Para uma Porto Velho mais humana
Mário Português	PP/PTN/PSC/PPS/DEM/PSDC	A mudança é agora
Fátima Cleide	PT/PR/PPL	Juntos para fazer mais
Aluizio Vidal	PSOL	-
Dr. José Augusto	PMDB	-
Mário Sérgio	PRB/PTB/PRTB/PMN/PCdoB/PTdoB	Porto velho é a gente que faz!
Waltério Rocha	PSTU	-

Fonte: Dados informados pelo TSE.

Portanto, analisando as coligações e considerando a representação dos partidos na Câmara de Deputados Federais, quem garantiu o maior tempo de propaganda eleitoral no primeiro turno foi à candidata petista, a professora Fátima Cleide (PT), da Coligação: “Juntos para fazer mais”, seu tempo diário foi de 05 (cinco) minutos 54 (cinquenta e quatro) segundos.

O segundo maior tempo no horário eleitoral foi reservado à candidata tucana, vereadora Mariana Carvalho (PSDB), que ficou com 05 (cinco) minutos e 14 (quatorze) segundos. O terceiro maior foi para o empresário Mário Português (PPS), esse teve 04 (quatro) minutos e 27 (vinte e sete) segundos. O quarto maior foi do médico José Augusto (PMDB), com 04 (quatro) minutos e 02 (dois) segundos.

O médico Mauro Nazif (PSB) dispôs apenas de 03 (três) minutos e 17 (dezessete) segundos. O advogado Mário Sérgio largou com 03 (três) minutos e 01 (um) segundo e por fim, a coligação dos partidos *nanicos* rendeu ao candidato Lindomar Garçon, 01 (um) minuto e 41 (quarenta e um) segundos. O candidato socialista, pastor Aloísio Vidal, ficou com 01 (um) minuto e 13 (treze) segundos, e o professor Waltério Rocha, contou com 01 (um) minuto e 06 (seis) segundos.

Considerando que o Brasil apresenta os números mais baixos com relação à participação das mulheres na política, podemos levantar um pressuposto plausível nesse sentido, de que na campanha eleitoral de 2012 foi marcada por duas postulantes mulheres. Ambas as candidatas majoritárias, não fizeram menção

alguma ao eleitor que mesmo sendo do sexo feminino, estariam preparadas para exercer o espaço de poder de decisões e a governança territorial em escala local.

Empiricamente, quando analisamos alguns vídeos da propaganda eleitoral a época, percebemos que as imagens e o discurso enfatizaram para o eleitor telespectador do palanque eletrônico, as qualidades das candidatas como políticas de carreiras. Porém, faltou associar ao gênero como qualificação que as diferenciam dos homens no território político.

Nesse particular, tanto a candidata tucana, vereadora Mariana Carvalho (na época exercia seu primeiro mandato eletivo) bem como a candidata petista, professora Fátima Cleide (ex-senadora da República), não articularam nos discursos temas relacionados a gênero. Nesse caso, o que houve foi um silêncio exagerado a respeito da participação da mulher na política, considerado um universo apenas dos homens.

Considerando as coligações partidárias formalizadas por ambas as candidatas no pleito de 2012, verifica-se que não conseguiram ampliar o arco de aliança, contou apenas com apoio de um ou dois partidos coligados. Por exemplo, a candidata tucana Mariana Carvalho (PSDB) conquistou apenas apoio de uma sigla partidária, já a petista Fátima Cleide recebeu apoio de dois partidos sem expressão de lideranças políticas, portanto, os partidos coligados não acrescentaram nada a última candidata.

**Figura 14 – A candidata petista, Fátima Cleide, recebendo em palanque o apoio do prefeito Roberto Sobrinho, também do PT.**



Fonte: Acervo pessoal de Avener Prado.

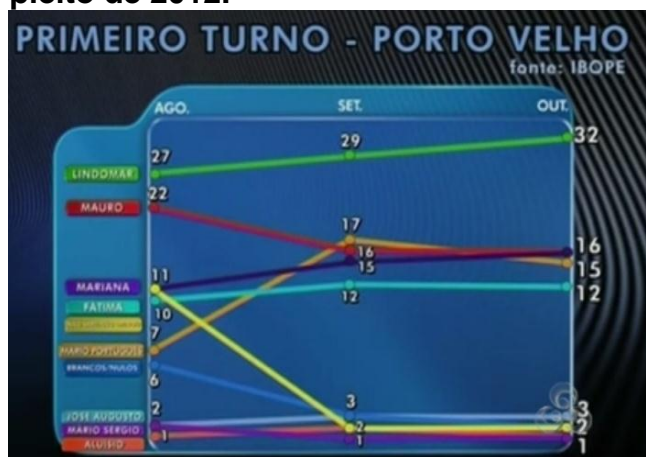
Durante a competição eleitoral, na propaganda eleitoral, a candidata Mariana Carvalho ganhou destaque devido ao seu carisma e que quase a levou a disputar o segundo turno da eleição. Nesse caso, pouca foi a diferença no primeiro turno da eleição para o então segundo colocado na disputa, o candidato Mauro Nazif (PSB).

Ao término da disputa eleitoral, a candidatura petista não teve a mesma sorte nas urnas que a candidata tucana. A ex-senadora Fátima Cleide, com discurso mais à esquerda e representando a continuidade do projeto de poder local do PT, absorveu todo o desgaste da administração petista de oito anos a frente da prefeitura de Porto Velho. Nesse caso, o eleitor associava a imagem da candidata à gestão combatida de Roberto Sobrinho, o que a fez amargar um quinto lugar na disputa num pleito envolvendo nove candidatos a prefeito.

Por outro lado, quando analisado os votos em relação à questão de gênero no pleito de 2012, verificamos que um terço do eleitorado da capital votou nas mulheres mediante a soma dos votos dados as duas candidatas femininas no primeiro turno.

O resultado final da eleição em primeiro turno revela a percepção das ruas com relação ao candidato Lindomar Garçon (PV). Esse sempre manteve a liderança na intenção de votos nas pesquisas do IBOPE no primeiro turno. Nesse caso, a última pesquisa divulgada há dois dias para acontecer às eleições (05/10/2012) dava como certo a sua vitória no primeiro turno, mas com relação ao seu adversário, o quadro ainda estava indefinido, pois existia um empate técnico conforme demonstra a Figura 15:

**Figura 15 – Pesquisa Ibope divulgada a dois dias da eleição do primeiro turno no pleito de 2012.**



Fonte: www.g1.globo.com.

Os números do Ibope (Figura 15) apontavam os votos válidos – com as seguintes estimativas: o deputado federal Lindomar Garçon (PV) - 32%; o médico Mauro Nazif (PSB) – 16%; a vereadora Mariana Carvalho (PSDB) – 15%; Mário Português da Coimbra (PPS) – 15%; Fátima Cleide (PT) – 12%; Dr. José Augusto (PMDB) – 3%; Aluizio Vidal (PSOL) – 2%; Mario Sérgio (PMN) – 1% e Waltério Rocha (PSTU) – 0%. A pesquisa foi realizada entre os dias 3 e 5 de outubro.

Nessa pesquisa foram entrevistados 602 eleitores na cidade de Porto Velho. A margem de erro foi considerado de 4 pontos percentuais para mais ou para menos. Por fim, a pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia, sob o número RO-00221/2012.

No quesito rejeição, a maior entre os candidatos mencionados pelos eleitores como aqueles em que “não votariam de jeito nenhum”, a pesquisa IBOPE apresentou a seguinte estimativa: Mario Português com o maior índice de rejeição (38%), seguido de Fátima Cleide (19%) e Lindomar Garçon com o mesmo percentual; Mauro Nazif (12%), Aluizio Vidal (10%), Mario Sérgio (9%), Mariana Carvalho (9%), Waltério Rocha (8%) e José Augusto (7%). Portanto, era perceptível a maior rejeição aos candidatos Mário Português, Fátima Cleide e Lindomar Garçon nas ruas e na zona rural durante toda a campanha eleitoral.

A candidata Fátima Cleide do PT nas entrevistas, debates e reuniões públicas não conseguia explicar ao eleitor, onde a gestão do prefeito Roberto Sobrinho (PT), teria aplicado os recursos públicos destinados a infraestrutura urbana da cidade no sentido de melhorar a qualidade de vida da população local. Vale salientar, que a gestão petista foi vista como sendo a maior em volume de recursos a sua disposição na história do Município.

Inicialmente, os grandes volumes de recursos destinados a Porto Velho pelas compensações ambientais das usinas do Madeira não foram revertidos às reais necessidades que carecia a cidade. Além desse montante, a gestão do prefeito Roberto Sobrinho contou com farto dinheiro federais obtidos por convênios e emendas parlamentares – benefícios meramente eleitoreiros.

Desse modo, se observou ao término da gestão petista, enorme quantidade de obras inacabadas, uma cidade abandonada, suja, feia e relegada a sua própria sorte. Foi desse cenário que originou a rejeição à candidatura petista.

**Tabela 06 – Resultado eleitoral do primeiro turno das eleições 2012.**

Candidatos	Votos obtidos por Zona Eleitoral							
	02°	06°	20°	21°	22°	23°	24	Total
Lindomar Garçon (PV)	6.578	7.366	7.313	12.592	9.053	7.194	7.602	57.698
Dr. Mauro Nazif (PSB)	8.376	8.243	5.266	5.652	6.928	7.204	2.590	44.259
Mariana Carvalho (PSDB)	6.985	6.691	5.076	6.368	6.327	6.404	3.822	41.673
Mário Português (PPS)	5.881	5.235	5.301	6.314	5.866	5.559	3.496	37.652
Fátima Cleide (PT)	4.219	4.230	3.843	6.154	3.664	4.105	3.349	29.564
Aluísio Vidal (PSOL)	2.692	1.753	1.909	1.488	1.994	2.390	104	12.330
Dr. José Augusto (PMDB)	1.155	736	1.001	812	995	876	594	6.169
Mário Sérgio (PMN)	357	756	343	502	638	342	369	3.307
Waltério Rocha (PSTU)	71	46	34	43	62	94	04	354

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral (TSE) – Votação do pleito eleitoral em primeiro turno; Votos Nulos: 9.397 (3,78%); Votos em Brancos: 6.304 (2,53%); Votos válidos: 233.006 (93,69%); Abstenções: 29.703 (10,67%) eleitores.

A Tabela 06 revela o desempenho individual de cada candidato(a) por zona eleitoral no território político. Nesse caso, considerada um fenômeno político por ter sido eleita senadora da República na “onda Lula” em 2002, Fátima Cleide amargou um quinto lugar no pleito eleitoral de 2012.

Considerado sua trajetória política, após Fátima ter sido eleita senadora, se lançou candidata ao Governo do Estado de Rondônia em 2006 e foi derrotada no primeiro turno pelo então governador Ivo Cassol (PPS), esse que conseguiu ser reeleito em primeiro turno com uma grande margem de voto sobre os demais adversários.

Em seguida, a senhora Fátima Cleide disputou a reeleição ao Senado da República no pleito eleitoral de 2010, sendo novamente derrotada na urna, ficando em quarto lugar naquela disputa eleitoral. Daí, a sua candidatura a prefeita de Porto Velho lhe rendeu um quinto lugar. Por último, nas eleições gerais de 2014, disputou o cargo eletivo de deputada federal e novamente foi derrotada pelas urnas. Nesse caso, os especialistas a consideram o fenômeno Fátima Cleide como sendo uma

liderança política em decadência, ou seja, as consecutivas derrotas levaram-a perder densidade eleitoral.

Quando analisamos a crescente rejeição dos candidatos Lindomar Garçon (PV) e Mário Português (PPS) - atribuída pela pesquisa Ibope, observamos que ambos perderam a eleição para si mesmo. Nesse caso, esses candidatos tinham dificuldades de colocar para o eleitor nas entrevistas, nos debates, nas reuniões públicas e no palanque eletrônico, quais estratégias utilizariam para solucionar os problemas mais urgentes de infraestrutura e serviços urbanos da capital.

Com relação à candidata Mariana Carvalho (PSDB), no seu palanque eletrônico, conforme análise empírica das imagens e dos discursos, essa se apresentou com uma boa embalagem, mas lhe faltou o mais importante, abordar conteúdos e temas de relevância relacionados a gênero. Portanto, quais seriam as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres caso viesse ser eleita prefeita de Porto Velho? Essa era uma indagação frequente nas entrevistas, debates e reuniões públicas em que a candidata não conseguia responder.

Sem discurso elaborado versando sobre esse tema, a candidata Mariana patinava na sua fala, muitas das vezes, até declinava quando o assunto era políticas públicas voltadas ao eleitorado feminino, se restringindo apenas as aulas particulares do seu repertório político redundante, ou seja, que ela representava o “novo” na política.

**Figura 16 – Imagem capturada da propaganda eleitoral da candidata tucana Mariana Carvalho (PSDB).**



Fonte: Acervo pessoal nosso (2012).

Mesmo assim, a grande surpresa em todas as respectivas zonas eleitorais no pleito de 2012 foi atribuída à candidata Mariana Carvalho mediante a expressiva quantidade de votos obtidos nas urnas. Considerada como um fenômeno de voto, mesmo que não tenha ganhado a eleição, a competição lhe rendeu projeção para disputar outras pretensões eleitorais.

Desse modo, nas eleições gerais de 2014, a médica Mariana Carvalho foi eleita deputada federal como sendo a segunda mais votada no placar geral. Todavia, obteve uma grande expressão de votos nas urnas de Porto Velho.

Por sua vez, quando verificamos os resultados das urnas, observamos em parte, que o eleitor de Porto Velho não discrimina as mulheres numa competição eleitoral. Além disso, a eleição de 2012 significou um avanço importante para as mulheres na participação na luta pelo poder em escala local.

Outra grande surpresa desse pleito foi o lançamento da candidatura do empresário Mário Português pelo grupo político do senador da República Ivo Cassol. O candidato Mário Português, empresário do ramo atacadista de gêneros alimentício e muito conhecido na cidade mediante seu poderio econômico, realizou uma campanha milionária como veremos mais a frente.

**Figura 17 – Candidato a prefeito, Mário Português (PPS), “atropelado” na disputa eleitoral por sua própria linguagem política.**



Fonte: Acervo de fotos do sítio eletrônico de notícias [www.rondoniaovivo.com.br](http://www.rondoniaovivo.com.br).

Neófito em política, o empresário Mário Português (PPS) se contradizia no discurso aberto e fechado, ou seja, se “enrolava” com as palavras durante as

entrevistas de televisão, rádio e nos debates entre candidatos, pois não tinha tido tempo suficiente para estudar os problemas do município.

Com dificuldades de apresentar soluções que convencesse o eleitor a votar nele e mediante suas respostas “espontâneas”, o candidato Mário Português atingiu apenas um teto de voto que lhe rendeu a quarta colocação na competição eleitoral no primeiro turno.

Nesse pleito, pela história das eleições municipais de Porto Velho, dois candidatos derrotados em disputas anteriores ao cargo de prefeito de Porto Velho, se confrontaram no segundo turno das eleições, ou seja, os candidatos Lindomar Garçon (PV) e Mauro Nazif (PSB).

Nesse pleito, o ex-deputado federal Lindomar Garçon (PV), contou com apoio de uma frente de partidos *nanicos* sem projeção alguma na Câmara de Deputados Federais, o que não lhe rendeu pouco tempo de televisão.

Mas como os partidos *nanicos* que apoiavam a candidatura de Garçon à prefeitura da capital estavam bem organizados em relação à disputa proporcional, os candidatos ao cargo de vereador contribuíram para uma extensa agenda de reuniões públicas e visitas aos bairros. Daí, o candidato usando do seu carisma junto ao eleitorado das franjas urbanas, levou vantagem no corpo a corpo, elemento que o colocou no segundo turno das eleições.

O candidato Lindomar Garçon, já em primeiro turno, atingiu seu teto de voto mediante a fragmentação dos votos no território político. Nesse ambiente, não conseguia convencer o eleitor com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, dois erros marcaram essa campanha, sendo o primeiro: a dificuldade do candidato de revelar o seu perfil de administrador para exercício do poder executivo local. O segundo: a linguagem política utilizada que afetava a sua credibilidade junto ao eleitor. Portanto, candidato Lindomar Garçon tinha sido testado anteriormente como prefeito eleito e reeleito no pequeno município de Candeias do Jamari/RO, cuja população é menor do que muitos bairros de Porto Velho.

Por sua vez, Candeias do Jamari sendo um município bem menor, mais possui as mesmas complexidades administrativas de um município maior, ou seja, por se tratar de um território local, os problemas deixam de ser micro e se tornam macro na ordem de gestão territorial.

Dessa maneira, requer da mesma forma, habilidade administrativa para conseguir recursos a serem investidos em saúde, educação, infraestrutura urbana, transporte coletivo, iluminação pública, segurança, espaços de lazer, limpeza pública, pavimentação e outros.

O candidato Lindomar Garçon quando prefeito do município vizinho cumpriu seu mandato de prefeito sem nenhum escândalo de corrupção, saindo ileso com relação a possíveis processos de improbidade administrativa, algo comum de ocorrer com quem exerce o poder executivo no Brasil.

Entretanto, no uso da linguagem política nas entrevistas de televisão, rádio e nos debates, Lindomar Garçon apresentava enorme dificuldade de explicar as suas ideias aos telespectadores e ouvintes. Além disso, quem assistia aos debates entre candidatos e nos discursos de improvisos em reuniões ou comícios, observava que o candidato se comportava como um animador de programa de palco de televisão – um “Chacrinha” com microfone nas mãos.

**Figura 18 – Candidato a prefeito, Lindomar Garçon (PV), atrapalhado com a sua própria linguagem política.**



Fonte: Acervo de fotos do sítio eletrônico de notícias [www.gentedeopinião.com.br](http://www.gentedeopinião.com.br).

Parecendo um animador de programa de palco televisivo, o candidato Lindomar Garçon não imprimia a seriedade necessária exigida pelo eleitor para formar sua opinião e conseqüentemente o voto na urna. Dessa maneira, o candidato transpassava insegurança nas palavras e fragilidade de conhecimento de gestão pública.

O segundo colocado no primeiro turno do pleito eleitoral, o médico e deputado federal Mauro Nazif (PSB), vinha de duas derrotas consecutivas na disputa pelo cargo de prefeito de Porto Velho. Nesse particular, o candidato foi derrotado em segundo turno nas eleições municipais de 2004 e, no pleito de 2008, amargou um quarto lugar na competição.

Na eleição de 2012, o candidato Mauro Nazif conseguiu passar para o segundo turno como segundo colocado para disputar com Lindomar Garçon o cargo de prefeito de Porto Velho. Nesse caso, Nazif com habilidade política, pesados investimentos na propaganda eleitoral e nas redes sociais, conseguiu virar o jogo, tornando-se o primeiro na preferência do eleitor.

O candidato Mauro Nazif sempre desempenhou mandatos parlamentares, nunca tinha exercido espaços de poder de decisão ou de tomada de decisões do executivo. Daí, sua principal característica era ser de oposição no parlamento. Portanto, quais os elementos que devem ser levados em consideração para sua virada no segundo turno da eleição? O primeiro, à insistência em competir ao mesmo cargo eletivo, em segundo, o tradicionalismo do eleitor de Porto Velho, em terceiro, o carreirismo político profissional do candidato.

**Figura 19 – Candidato a prefeito, Mauro Nazif (PSB), caminhando nas ruas de Porto Velho durante a campanha.**



Fonte: Acervo de fotos do sítio eletrônico de notícias [www.rondoniaovivo.com.br](http://www.rondoniaovivo.com.br).

A insistência do candidato o fez favorito no segundo turno em relação ao outro competidor. No primeiro turno, o eleitorado de Porto Velho a princípio, não quis

apostar na juventude da candidata Mariana Carvalho; na experiência empresarial do candidato Mário Português; na candidata da situação Fátima Cleide e com relação às demais candidaturas “nanicas”, essas não conseguiram deslanchar na competição eleitoral. Portanto, pelo resultado em primeiro turno, a vez era do então candidato Mauro Nazif, que garantiu de certa forma, a sua ida para no segundo turno.

Por último, o carreirismo político profissional tirou o candidato do isolamento na arena de competição. Nesse caso, na eleição anterior de 2008, Mauro Nazif se lançou sozinho na disputa eleitoral e amargou um quarto lugar. Além disso, a agremiação partidária perdeu seu único representante na Câmara Municipal de Vereadores por falta de coeficiente eleitoral.

Nesse caso, quem amargou a maior derrota foi o vereador Alan Queiroz (PSB), com um mandato muito bem avaliado pelo eleitor, foi um dos mais votados, mas sem coligação e nominata fraca de candidatos a vereadores, o partido por não atingiu o coeficiente eleitoral, conseqüentemente, ganhou em votos, mas não levou no coeficiente.

No pleito de 2012, o médico Mauro Nazif foi buscar no PDT o seu parceiro de chapa. Nesse caso, o nome escolhido foi do ex-deputado estadual Dalton di Franco para figurar como candidato a vice-prefeito.

Sendo ele ex-deputado estadual com reduto eleitoral na capital e apresentador de programa policial num canal aberto de televisão pertencente ao Sistema Gurgacz de Comunicação, garantiu para o palanque de Mauro Nazif, o apoio do senador da República Acir Gurgacz – empresário e chefe político do PDT de Leonel Brizola em Rondônia.

Mas de todas as candidaturas postas à disposição do eleitor de Porto Velho no pleito eleitoral de 2012, o maior vexame eleitoral, segundo os articulistas políticos locais, é atribuído ao candidato do PMDB, o médico José Augusto. No seu palanque eleitoral eletrônico, estavam as lideranças políticas mais expressivas do partido e do Estado, ou seja, o governador Confúcio Moura, o senador Valdir Raupp e a deputada federal Marinha Raupp.

Inicialmente os militantes do PMDB estavam trabalhando quatro pré-candidaturas à prefeitura de Porto Velho. Os nomes cogitados eram do deputado estadual Zequinha Araújo, secretário de Estado de Obras, Abelardo Castro

(Abelardinho), o ex-deputado estadual David Chiquilito e o advogado Orestes Muniz. Mas todos desistiram. Foi quando nasceu a ideia de lançar o nome do médico José Augusto.

Desse modo, registrado a sua candidatura, o candidato com considerável tempo no horário político e um das melhores propagandas eleitorais vinculadas na televisão e no rádio. Mas lhe faltava carisma, portanto, não conseguiu fazer com que sua candidatura ganhasse corpo nas ruas da capital, nem mesmo unir a militância do partido em volta da sua candidatura. Por último, lhe faltaram recursos para montar uma estrutura de campanha majoritária.

O candidato Mário Sérgio liderou uma frente de seis partidos considerados também “nanicos” (PMN, PRB, PTDob, PRTB, PCdoB e o PTB). Porém, sua campanha foi iniciada com o “boato de desistência”. Nesse sentido, haveria uma debandada dos candidatos a vereadores para apoiar a candidatura petista da ex-senadora Fátima Cleide. Desmentido o boato, o candidato seguiu com sua campanha modesta até ao término da eleição.

O vereador Mário Sérgio, no jogo das convenções eleitorais, conseguiu ampliar o arco de aliança partidária. Depois de lançado candidato, deu início uma agenda de visitação a bairros e distritos nas zonas rurais. Depositava sua esperança no início da propaganda eleitoral, pois ficaria conhecido e mais próximo do eleitor. A partir daí, iria deslanchar nas pesquisas.

Os programas de televisão vieram e se foram. Em vez de subir, Mário Sérgio caía a cada pesquisa eleitoral. Por sua vez, os articulistas locais, consideraram que sua candidatura foi um gesto de imprudência que comprometeu o futuro político do candidato.

Das candidaturas dos partidos nanicos e de esquerda envolvidas na competição eleitoral, a grande surpresa da urna foi o candidato do PSOL, pastor Aluizio Vidal que ficou a frente do candidato do PMDB na intenção de voto do eleitor.

O candidato pastor Vidal fez uma campanha modesta, sem recurso, sem apoio de lideranças expressivas, com pouco horário de televisão e uma propaganda sem muito efeito visual para atrair a atenção do eleitor. Porém, conseguiu obter uma votação superior ao do candidato governista do Palácio Presidente Vargas – sede do governo do Estado de Rondônia. Por fim, a candidatura de esquerda alternativa colocada pelo PSTU à disposição do eleitor, foi um fiasco na urna.

#### **5.4 O conservadorismo político do eleitor e o tradicionalismo dos partidos prevaleceram no segundo turno da eleição**

Nas eleições de 2012, o candidato Lindomar Garçon liderou as pesquisas de intenção de voto durante toda a campanha no primeiro turno e obteve 24,76% dos votos válidos – correspondente a 57.698 votos.

O deputado federal Mauro Nazif (PSB) sempre se manteve empatado tecnicamente nas pesquisas com Mariana Carvalho e Mário Português. Nesse caso, com o intuito de chegarem ao 2º turno das eleições, a competição é considerado como sendo uma das mais acirradas pelo voto do eleitor.

Portanto, finalizada a apuração dos votos do 1º turno, Mauro Nazif obteve 18,99% – 44. 259 votos, o que lhe garantiu a vaga para disputar o 2º turno.

Desse modo, o segundo turno é outra eleição, com um formato de campanha totalmente diferente do primeiro turno. Costumeiramente, observamos que ambos os candidatos já amanhece reunido com a equipe do *marketing* eleitoral e a coordenação da campanha, para depois conceder entrevista coletiva aos meios de comunicação.

Em seguida, os candidatos retornam a se reunir com a equipe de campanha para definir o planejamento com vista ao segundo turno, que é muito curto. Ambos os candidatos inicialmente, precisam ampliar seu arco de alianças, trazendo para o seu palanque, o máximo de candidatos proporcionais eleitos e os demais candidatos majoritários derrotados no primeiro turno.

Iniciado o segundo turno da eleição, os tempos da propaganda eleitoral são iguais para ambos os candidatos que disputavam o mandato eletivo de prefeito, o que exige a reformulação de todo o formato exibido no 1º primeiro turno.

Dessa forma, a propaganda eleitoral nos primeiros dias no 2º turno, revelou um Mauro Nazif desconhecido da população. Ou seja, foi apresentado com um perfil técnico, preparado para equacionar e resolver os problemas de gestão da prefeitura de Porto Velho.

Enquanto isso, o candidato Lindomar Garçon, patinava no horário eleitoral. Nesse caso, exibia muitas imagens externas da cidade gravadas ao vivo e com linguagem política com conteúdo confuso para o eleitor.

No fechamento de alianças que define a vitória no segundo turno, o candidato Mauro Nazif levou vantagem. Nesse caso, recebeu apoio dos caciques do PMDB, ou seja, do governador Confúcio Moura, do senador Valdir Raupp e da deputada federal Marinha Raupp.

Por sua vez, Mauro Nazif também teve a campanha reforçada com apoio de 15 dos 21 vereadores eleitos, sendo: 04 do PT; 02 do PSDB; 02 do PTB; 02 do PCdoB; 01 do PMDB; 01 do PRB e 03 da sua própria coligação.

Por sua vez, Lindomar Garçon contou com apoio de 07 vereadores eleitos, sendo: 01 do PTC; 01 do PSL; 01 do PP e 02 do PV - todos eleitos por sua coligação. Nesse caso, não houve a cooptação de apoio de vereadores eleitos por outras coligações a sua campanha no 2º turno.

Portanto, o candidato não conseguiu ampliar o seu arco de aliança. Por sua vez, recebeu apoio do grupo político chefiado pelo senador Ivo Cassol (PP). Entretanto, Mário Português declarou neutralidade na campanha.

A vereadora tucana Mariana Carvalho recebeu apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no palanque eletrônico no 1º turno. A ex-senadora Fátima Cleide exibiu mensagens do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff pedindo voto aos eleitores de Porto Velho para sua candidatura. Mas no 2º turno, ambas se declararam neutras.

Contudo, diferentemente da ex-candidata Fátima Cleide, o Diretório Municipal do PT em reunião com seus membros, decidiram liberar os seus filiados. Porém, com orientação de não votar no candidato Lindomar Garçon.

Os candidatos que apresentaram desempenho pífio na eleição se dividiram também nos apoios. Dessa maneira, José Augusto e Aluizio Vidal declararam apoio ao candidato Mauro Nazif. O candidato Mario Sérgio optou pela neutralidade e o socialista radical Waltério Rocha, declarou apoio ao candidato Lindomar Garçon.

A interpretação dos dados do TSE referente ao pleito eleitoral do 1º turno em 2012 no município de Porto Velho é marcada pela fragmentação dos votos. Porém, no 2º turno o eleitorado se manifestou com tendência *conservadora* e *tradicionalista* quando se refere à questão do perfil do candidato no território político.

Os dados das eleições municipais em questão a partir da Tabela 07, quando analisada, revelam o contorno peculiar nos desdobramentos políticos antes e

durante a competição eleitoral. Pelo número de votos obtidos no 1º turno por parte dos candidatos, percebe-se a virada do jogo.

**Tabela 07 – Resultado eleitoral do segundo turno das eleições 2012.**

Candidatos	Votos obtidos por Zona Eleitoral							Total
	02°	06°	20°	21°	22°	23°	24	
Dr. Mauro Nazif (PSB)	25.288	23.474	18.368	20.973	22.263	22.498	10.073	142.937
Lindomar Garçon (PV)	10.252	10.574	11.046	18.184	12.513	10.865	10.394	83.828

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral (TSE) – O pleito eleitoral decidido no segundo turno; Votos Nulos: 8.273 (3,43%); Votos em Brancos: 4.765 (1,99%); Votos Válidos: 226.765; Votantes: 86,13%; Abstenções: (13,87%) eleitores.

Nesse particular, o candidato que chegou à segunda posição no 2º turno das eleições, de virada, se torna o primeiro na preferência do eleitor e vence a disputa. Dessa forma, a virada do jogo eleitoral pode ser explicada pela concepção da regra do *marketing* eleitoral de que numa eleição, segundo Almeida (2008, p. 53) “quem é mais lembrado larga na frente em uma corrida curta. Portanto, às vezes é preciso disputar várias eleições antes de se tornar o favorito”.

Na outra ponta, os articulistas locais não perceberam o *conservadorismo* e o *tradicionalismo* do eleitorado local. Basta observar os dados de resultados eleitorais anteriores. Merecendo destaque para relação aos dilemas de “*percepção normativo-moral*” que se associam com frequência, as dimensões do conservadorismo e ao tradicionalismo que marca a trajetória do sistema político brasileiro (ALVES; PINTO; JORDÃO, 2010).

Quando interpretado os dados eleitorais do desempenho individual dos demais candidatos a prefeito no primeiro turno, verificamos que boa parte do eleitorado da candidata Mariana Carvalho, Fátima Cleide e dos candidatos com desempenho pífio na urna, deram a vitória ao candidato Mauro Nazif. Restando apenas ao candidato Lindomar Garçon, os votos do candidato Mário Português que era apoiado pelo grupo do Senador Ivo Cassol.

O candidato Lindomar Garçon que chegou como primeiro colocado na disputa do 2º turno, perdeu para si mesmo a disputa eleitoral, ou seja, não conseguiu definir um alvo capaz de transformar seu discurso e muito menos, convencer o eleitor.

Nesse caso, o grande desafio para o eleitor, era saber: o quê e para quem queria falar o candidato.

Desse modo, o candidato derrotado não conseguia argumentar suas propostas para mudar o cotidiano de uma cidade estrangulada, injusta e desigual, com infraestrutura insuficiente e as mazelas de um governo marcado por várias obras abandonadas. Além disso, com uma prestação de serviços urbanos ineficientes, a exemplo da coleta de lixo, do transporte coletivo e da iluminação pública.

Portanto, na hora de dizer o que poderia ser feito para mudar este quadro de fim de governo que marcava o território, o candidato patinava da mesma forma como acontecia nas suas declarações no 1º turno das eleições.

Os próprios marqueteiros da sua campanha não botavam muita fé na eficiência do candidato em absorver as ideias repassadas a ele. Daí, era perceptível para o eleitor, a fragilidade da sua linguagem política no palanque eletrônico, nas entrevistas e nos debates, por isso, para sanar sua dificuldade na exposição às propostas para governar o município, a equipe tentava simplificar ao máximo o seu discurso.

Do outro lado, venceu a esperteza, o vale-tudo, a dramatização e os recursos artificiais. Nesse sentido, a tônica da cultura política no ciclo da sociedade pós-industrial, inspira a personalização do poder. Nessa esteira, o *marketing* serve ao princípio maquiavélico de que “os fins justificam os meios”. E o palanque da política acaba sendo o palco do teatro, do espetáculo, dos dramas e das comédias que se viu no cenário dessa campanha eleitoral para prefeito, um território político fragmentado e marcado apenas pelo jogo do poder.

## **5.5 A fábula do financiamento e gastos de campanha nas eleições municipais de Porto Velho (2008-2012)**

Finalizamos esse capítulo com a fábula do financiamento e os gastos de campanha pessoal dos candidatos nas eleições municipais de Porto Velho. Desse modo, as informações contidas no *SPCE WEB – TSE* serviu para a presente análise sobre as receitas e despesas de uma campanha eleitoral.

Portanto, se faz necessário entender que as receitas obtidas e despesas realizadas pelos candidatos e partidos segundo a norma, é misto. Ou seja, é oriundo dos recursos privados e públicos.

Assim, quando se trata de recursos privados, as doações são realizadas por empresas e pessoas físicas, nesse caso, devem acontecer espontaneamente e registradas as doações através da emissão do bônus eleitoral. No entanto, quando realizado através do Fundo Partidário – dinheiro público, devem ser efetuadas por transferência bancária e constar na prestação de contas.

Para efeito de registro de candidatura como prevê a legislação eleitoral, o candidato e o partido precisam fazer a previsão antecipada do limite de gastos máximos para a campanha. Porém, gastando os recursos estabelecidos além do valor máximo informado, poderão sofrer penalidades ou resultar em multa.

Dessa forma, uma resolução do TSE permite a ampliação do limite das despesas durante a campanha "mediante solicitação justificada". Nesse caso, a avaliação do pedido e autorizo é de competência da Justiça Eleitoral – Zona eleitoral responsável pela coordenação do pleito.

Sobre financiamento de campanha, Zanfolin (2006, p. 54) considera que,

o financiamento privado é alvo de duras críticas, não apenas pelos altíssimos custos das campanhas mas também pelas formas de arrecadação de recursos. Os custos astronômicos de campanhas políticas, mas também os financiamentos ilegais, significam condições desiguais entre os competidores e o risco de uma representação política subjugada aos interesses econômicos, lícitos ou ilícitos. Com o financiamento privado, antes mesmo de um partido ou de um candidato se tornar governo, seu projeto territorial já está comprometido, na maioria das vezes, com um conjunto de interesses privados e, conseqüentemente, um uso corporativo do território. Todavia, esta submissão da política do Estado às políticas das empresas é, também, uma característica do período atual. O financiamento privado contribuiu para essa submissão de decisões políticas estatais e interesses econômicos hegemônicos, todavia não é o único elemento explicativo dessa realidade atual.

Ao considerarmos as palavras da autora, recorreremos à máxima do ditado popular de “quem paga a banda escolhe a música”. Portanto, aqueles que injetam vultosas quantias nas campanhas eleitorais, esperam com expectativa, um retorno muito lucrativo depois de eleito o candidato no qual se investiu ou apostou. Sendo assim, devemos verifica os dados da Tabela 08 que apresenta o patrimônio pessoal e gastos de campanhas individuais por candidato nas eleições de 2008.

**Tabela 08 – Patrimônio pessoal e gastos de campanhas nas eleições de 2008.**

<b>Candidato</b>	<b>Patrimônio pessoal (R\$)</b>	<b>Receitas (R\$)</b>	<b>Despesas</b>
Roberto Sobrinho (PT)	380.500,00	-	-
Lindomar Garçon (PV)	444.700,00	43.000,00	211.100,00
David Chiquilito (PCdoB)	950.000,00	75.500,00	18.073,51
Mauro Nazif (PSB)	798.201,12	100.000,00	106.888,59
Alexandre Brito (PTC)	726.575,60	12.560,00	12.560,00
Hamilton Casara (PSDB)	187.141,68	3.238,26	2.237,66
Adilson Siqueira de Andrade (PSOL)	92.000,00	500,00	-

Fonte: Dados informados pelo TSE.

Os dados da tabela acima fornecidos pelo TSE revelam que o candidato do PCdoB e filho do ex-prefeito Chiquilito Erse de Porto Velho, apesar da pouca idade, informou um patrimônio pessoal de quase um milhão de reais. Daí, quando questionado pela imprensa local, o candidato afirmou que seu patrimônio pessoal foi em decorrência da herança recebida após o falecimento do seu pai. Por sua vez, o jovem David, informou a Justiça Eleitoral que durante toda a campanha arrecadou pouco mais de R\$ 75 mil reais, sendo que as doações e despesas correspondeu apenas a R\$ 18 mil reais.

Na lista de candidatos como maior patrimônio pessoal, aparece em segundo lugar o médico e deputado federal Mauro Nazif. Esse declarou a Justiça eleitoral um patrimônio aproximado de R\$ 800 mil reais. Nessa campanha, o candidato foi o campeão individual em arrecadação de receitas para serem gastos como demonstrado na Tabela 08.

O médico e deputado estadual Alexandre Brito é quem liderou a terceira posição em patrimônio pessoal. O candidato declarou a Justiça Eleitoral um valor irrisório para uma campanha majoritária, a soma da arrecadação de receitas e despesas ficaram na órbita de R\$ 12 mil reais.

O deputado federal, Lindomar Garçon, declarou possuir um patrimônio próximo a meio milhão de reais. A receita informada da sua campanha girou em torno de R\$ 43 mil de doações recebidas e as despesas efetuadas ultrapassaram R\$ 211 mil reais.

Por sua vez, o candidato saiu com dívida pessoal de campanha, o que foi informado a Justiça Eleitoral. No caso de dívida de campanha – restos a pagar, dependendo do entendimento do juiz eleitoral, o partido pode responder

solidariamente quando executadas as dívidas pelos credores, as contas podem ser reprovadas ou aprovadas com ressalvas.

O prefeito Roberto Sobrinho, candidato à reeleição, declarou um patrimônio próximo de R\$ 400 mil reais. No entanto, o candidato não abriu a conta pessoal de campanha eleitoral. Nesse caso, as receitas e despesas da disputa, foram realizadas apenas pelo comitê financeiro do partido. Daí, o candidato foi penalizado pelo Tribunal Regional Eleitoral por não ter feito a abertura de conta bancária como prevê a legislação.

Tal decisão, o deixou fora da disputa eleitoral das eleições gerais de 2010. O prefeito Roberto Sobrinho a época, manifestou publicamente por diversas vezes, o desejo de renunciar ao mandato de prefeito da capital para ser o candidato do PT ao Governo do Estado de Rondônia.

O candidato tucano Hamilton Casara (PSDB) e o socialista Adilson Siqueira (PSOL), apresentaram um patrimônio de pequena relevância bem como as receitas e os gastos realizados na disputa eleitoral.

Portanto, a matemática bizarra das receitas e despesas de campanha mediante interpretação dos dados coletados no *SPCE WEB – 2008*, revela os meandros do financiamento do jogo de poder e os valores irrisórios declarados a Justiça Eleitoral – maquiagem da prestação de contas.

Dessa forma, as receitas e despesas contabilizadas oficialmente para dar visibilidade a uma campanha majoritária exigida pelo *marketing* eleitoral, por mais pobre que seja, revela as seguintes variáveis: só se elege quem consegue apoios políticos, arrecada muito dinheiro, gasta muito do próprio bolso ou é apoiado por grandes empresas.

Entretanto, quanto maior a arrecadação, maior será os gastos de uma campanha, o que diminui assim, a competitividade entre os candidatos, ou seja, torna-se uma disputa desproporcional e inviabiliza os competidores com menos recursos na arena do jogo eleitoral.

Nesse sentido, a competição desproporcional dificulta a representação de setores mais pobres da sociedade, o que contribui para estabelecer relações promíscuas entre empresas, candidatos e partidos no território político. Por sua vez, as contribuições financeiras realizadas pelos doadores são vistas como investimentos futuros.

Sobre essa ótica, os investidores de campanha miram nos contratos terceirizados e nas concessões da administração pública. Além disso, é claro, nas benesses como renúncias fiscais ou reduções de impostos para suas atividades. Sendo assim, são interesses que, muitas das vezes, entram em conflito com o do eleitor que depositou nas urnas a confiança do seu voto a vitória de determinado candidato.

Portanto, essa avalanche financeira da democracia do dinheiro que se manifesta na arena da competição eleitoral, é visto como um grande problema por causar desequilíbrio no jogo pelo poder. Desse modo, é considerado o maior fator de distorção da representação política no Brasil. Nesse caso, a Tabela 09 revela o crescimento das receitas e despesas declaradas de um pleito ao outro bem como a desproporcionalidade entre os candidatos envolvidos na disputa em escala local.

**Tabela 09 – Patrimônio pessoal e gastos de campanhas nas eleições 2012.**

<b>Candidato</b>	<b>Patrimônio (R\$)</b>	<b>Receita (R\$)</b>	<b>Despesa (R\$)</b>
Mauro Nazif (PSB)	1.048.472,61	301.577,50	174.887,50
Lindomar Garçon (PV)	575.209,00	24.400,00	24.350,00
Mariana Carvalho (PSDB)	273.403,25	416.780,00	588.549,01
Mário Português (PPS)	27.503.431,68	1.212.208,00	1.026.605,61
Fátima Cleide (PT)	142.164,06	889.109,02	846.524,06
Aluizio Vidal (PSOL)	75.230,15	3.620,00	3.320,00
Dr. José Augusto (PMDB)	3.359.744,97	128.000,00	98.362,00
Mário Sérgio (PMN)	300.000,00	-	-
Waltério Rocha (PSTU)	2.900,00	-	-

Fonte: Dados informados pelo TSE.

Conforme os dados coletados no *SPCE WEB – 2012* na tabela acima, o empresário Mário Português aparece como candidato de maior patrimônio pessoal. Lançado pelo grupo político liderado pelo atual senador Ivo Cassol (PP), as receitas e despesas de campanha, ultrapassaram a casa de R\$ 1 milhão de reais. Mesmo assim, o candidato amargou um quarto lugar na arena de disputa.

Conforme os dados constantes na tabela, o médico José Augusto aparece como a segunda colocação quando se trata de fortuna pessoal, que ultrapassa a cifra de R\$ 3 milhões de reais. Por sua vez, as receitas e despesas pessoais com a sua campanha, foram apresentadas de forma equilibradas e com coerência contábil para uma campanha majoritária.

Obedecendo a ordem das informações coletadas, o médico e deputado federal Mauro Nazif que ganhou o pleito eleitoral de 2012 em 2º turno das eleições, declarou possuir uma fortuna que ultrapassa a casa de R\$ 1 milhão de reais.

Mediante análise comparativa com os dados informados no pleito de 2008, revela que houve crescimento significativo do seu patrimônio pessoal de um pleito ao outro. Com relação a receitas e despesas pessoais do candidato, os números revelam certa coerência contábil mediante os gastos previstos de uma campanha majoritária.

O segundo colocado no pleito, Lindomar Garçon, declarou possuir meio milhão de reais em patrimônio pessoal. Mas quando comparado de um pleito ao outro mediante os dados informados a Justiça Eleitoral, o patrimônio do candidato evoluiu. Por sua vez, as receitas e despesas pessoais informadas do candidato revelam que houve pouca movimentação na sua conta pessoal de campanha. Nesse particular, predominou o comitê financeiro da coligação para efetuar a arrecadação e gastos durante toda a campanha.

Considerando dois jovens políticos envolvidos na disputa, a candidata Mariana Carvalho e o candidato Mário Sérgio – ambos eram vereadores na capital quando se lançaram na disputa pela prefeitura de Porto Velho, em termos de patrimônio pessoal informado, os valores declarados se assemelham em torno de R\$ 300 mil reais cada. A candidata Mariana arrecadou quase meio milhão de reais individualmente e sua despesa ultrapassou um pouco mais esse valor. Já o candidato Mário Sérgio não informou a sua despesa de campanha conforme apurado.

Os candidatos socialistas, sendo que, primeiramente, o pastor Aluizio Vidal, declarou possuir um patrimônio pessoal de apenas R\$ 75 mil reais. Waltério Rocha declarou não possuir bem patrimonial algum. Com relação às doações de despesas de campanha, pastor Aluizio informou que arrecadou e gastou menos que R\$ 5 mil reais. Já o senhor Wálterio não informou tempestivamente a receita e despesa de sua campanha a justiça eleitoral.

Na presente análise da arrecadação de doações e despesas dos candidatos nos pleitos eleitorais, conforme o período apurado, os valores com as despesas de campanha não foram tímidos entre os candidatos competitivos. Daí, as doações de campanhas declaradas conforme os valores apresentado na Tabela 09, revela os

repasse diretos efetuados pelos próprios candidatos e as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas aos postulantes, muitas das vezes, intermediadas pelas agremiações partidárias ou coordenadores de campanhas de maior confiança.

Há de se considerar a participação das Executivas Nacionais das legendas, muitas estabelecem grandes colégios eleitorais para destinar recursos originários do fundo partidário ou de receitas próprias as campanhas majoritárias de prefeitos e vice-prefeitos.

Os investimentos têm o intuito de ampliar a sua influência nos seus espaços de poder e de tomadas de decisões. Mas isso não quer dizer que o candidato quando estiver com a candidatura efetivada, deixe de arrecadar doações para sua campanha; pelo contrário, deve haver sim, a captação de recursos para bancar as despesas mínimas com relação a material gráfico, propaganda eleitoral, transporte, sonorização na rua, bandeiras, assessoria jurídica, contábil e outros.

Mesmo sendo fundamental no conjunto da obra, o candidato não deve esperar apenas pelo aporte financeiro da máquina partidária. Mas buscar a captação lícita de recursos de campanha. Por sua vez, existem campanhas eleitorais que realizam despesas mínimas e se tornam vitoriosas na urna.

Esses fenômenos ocorrem quando o partido possui uma militância partidária agregada e determinada a vencer o pleito eleitoral. Nesse caso, houve o envolvimento e participação na sua totalidade das bases partidárias. Ao analisarmos os dados das tabelas de patrimônio, arrecadação de doações e despesas correspondentes aos dois pleitos eleitorais (2008-2012), verificamos que o poder econômico tem influência direta nos resultados das urnas.

Desse modo, torna-se difícil para alguns candidatos alcançar as receitas necessárias para custear a campanha. Na outra ponta, as empresas escolhem candidatos competitivos para realizar investimentos após encomendar pesquisas eleitorais para consumo interno, esse tipo de ação tem um único objetivo, se beneficiar do mandato.

No Brasil, o jogo do poder é marcado pelas doações ilícitas, que são recursos provenientes de caixa dois, os quais não são declarados à Justiça Eleitoral. Essa prática persiste nos bastidores da campanha, alimenta a compra de apoios de lideranças e de votos. Daí, o uso indevido do poder econômico é considerado abuso quando flagranteado.

Dessa forma, no território político, se usa muito a expressão de que “eleição se ganha na véspera”. Nesse particular, se torna válida mediante a compra de voto antes ou no dia de acontecer à eleição.

No jogo eleitoral, a máquina pública é usada pelos grupos políticos para favorecer o seu candidato na competição eleitoral. Desse modo, os ocupantes de cargos públicos do Governo Federal, governo dos Estados e das Prefeituras, se utilizam de manobras que atropelam a legislação eleitoral para dar suporte às candidaturas de seus interesses se tornarem vitoriosas.

Por último, não é novidade no Brasil que o peso do capital nas eleições influencia no resultado final de cada pleito eleitoral, mesmo com as limitações impostas por Lei do uso da máquina pública e da intensa fiscalização da compra de votos bem como da captação ilícita de recursos para campanha. Daí, o uso da máquina indevidamente e ações fraudulentas durante a eleição, também podem gerar um efeito inverso ao candidato favorito envolvido numa disputa, ou seja, rejeição por parte do eleitor aos personagens envolvidos na prática de abuso de poder político e econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais, em qualquer estudo científico, implicam que o pesquisador indique as possibilidades de interpretação dos fenômenos no território em escala local, regional, nacional e global.

Cabe, ainda, demonstrar com clareza o objeto de estudo que tomou forma ao longo da análise científica e construção textual que se tornará público. Além disso, a nossa intenção é apresentar algumas considerações importantes que contribua para estudos futuros do presente tema que não se encerra por aqui, mas se inicia com essa dissertação.

Para compreender e explicar uma realidade, o pesquisador precisa criar os meios necessários de compreensão, observação, percepção e análise das manifestações que ocorrem no território. Desse modo, as abordagens realizadas no presente estudo, foram fundamentais para responder aos questionamentos levantados, mesmo que alguns deles, não tenham sido inteiramente respondidos. Contudo, não faltou referencial teórico para responder aos questionamentos. O que queremos dizer como isso é que foram suficientes para entender o jogo do poder e o uso do território ocupado e utilizado pelo ser humano.

Por sua vez, para se compreender os aspectos do jogo eleitoral em escala local, contamos com outras contribuições ao longo caminho, ou seja, acréscimo do referencial teórico, pesquisa nos meios eletrônicos de informação, estudo da legislação eleitoral e os debates que surgiram sobre o referido tema.

Nesse limiar, o percurso trilhado serviu para dar clareza à temática. Além disso, percebemos que ainda existe um longo caminho para especificar os fenômenos produzidos pelos homens mediante a sua dimensão social no uso do território pelo jogo do poder.

Nosso estudo, sendo de grande relevância para a academia e comunidade em geral, nos permitiu inserir o tema na Geografia Política e se chegar algumas considerações significativas.

Na primeira delas, a geografia cultural e da natureza humana revelou que a sociabilidade é uma tendência natural do homem e faz dele um ser social. Portanto,

o convívio do homem em sociedade permite a sua humanização. Compreendemos que o espaço é o território ocupado, trabalhado, construído, reconstruído, organizado, desorganizado, vivido e produzido pela sociedade humana. Daí, o território é um espaço social. Dada essa configuração do homem em sociedade e no território, o homem quando organizado em grupo, constrói instituições, sendo a mais complexa delas, o Estado.

No sentido de mediar os interesses e conflitos entre o ser humano, a sociedade e o Estado, fez surgir a política. A partir dela e do exercício do poder, se conduziu e conduz a sociedade a atingir os seus fins. O estudo geográfico da dimensão social do homem em sociedade e no espaço, nos permitiu compreender o seu convívio em sociedade e o Estado como fruto da sua invenção ao promover o encontro da geografia com a política.

Considerando os espaços do mandar e os espaços do fazer dados por Milton Santos (2008a), no capítulo 2 aparece a segunda consideração significativa para o nosso estudo, que foi o de procurarmos compreender o papel que a diferente constituição dos espaços e uso do território teria sobre o exercício de poder e sobre o voto no âmbito local.

Para responder aos nossos questionamentos, o primeiro passo se sustentou na geografia política para compreendermos o poder político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais em Porto Velho (2008-2012), assim teve início apresentação dos aspectos metodológicos, conceituação do território, poder, poder local e formulação do pressuposto.

A terceira consideração se faz presente no capítulo 3 a partir do encontro da geografia com a política. Sendo assim, percebemos as interações e relações sociais estabelecidas que norteia as tomadas de decisões políticas.

Entretanto, o *processo político* leva a revisão e o controle dessas decisões no uso do território, ao passo que esses movimentos implicam nos arranjos realizados pelas instituições na formulação e aplicabilidade de políticas públicas visando a obtenção do voto.

Por sua vez, percebemos que não é fácil identificar os distintos fenômenos políticos com total clareza, mediante o movimento de quem ocupa os espaços do poder e de tomada de decisão responsáveis pela formulação de tais políticas públicas.

Desse modo, os personagens usam do seu *poder* para realizar *articulações* visando a formalização de alianças e/ou influir nas decisões políticas. Portanto, o território político deve ser visto como *arena política* de disputa de poder, ou seja, é onde estão inseridas as “regras do jogo de poder político”.

Dessa maneira, é nesse território que ocorre à territorialidade do voto quando observadas às regras do jogo eleitoral, que não se realizam apenas na configuração interna dos partidos políticos, mas também pela configuração territorial imposta pela legislação eleitoral.

A quarta consideração significativa surge no capítulo 4 com a discussão da geografia política em torno do poder local, partidos políticos e uso do território. Nele verificamos que a legislação eleitoral estabelece as regras da competição eleitoral e serve também para apresentar a forma da estruturação partidária e a organização das eleições municipais.

Portanto, verificamos que a eleição municipal é vista no jogo de poder *regional* e *nacional*, como sendo uma prévia das eleições gerais para escolha dos cargos eletivos de presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores das Unidades Federativas, senadores, deputados federais e deputados estaduais, exceto para deputados distritais.

Significa dizer que é a legitimação da ação política dos chefes locais através da correlação espacial de forças entre o poder político dos *partidos tradicionais* e *menos tradicional*. Entretanto, as correlações dessas forças na composição do sistema de poder *local, regional* e *nacional*, ocorrem pelos arranjos políticos que se fundam na estruturação partidária das legendas, com o intuito de participação nos pleitos eleitorais conforme as exigências da legislação eleitoral vigente no país que os divide em dois períodos, ou seja, eleições *locais* e *gerais*.

A quinta e última consideração final, fez-se presente no capítulo 5 que versa sobre as eleições municipais em Porto Velho no período de 2008 e 2012, o qual permitiu compreender os meandros do processo político local.

Foram analisados e interpretados os dados levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Por sua vez, os dados coletados pelos sistemas CANDex, DivulgaCand2012 e SPCE-WEB, serviu para compreensão das relações estabelecidas no território pelo poder político e a participação social bem como para

avaliar as mudanças política ocorrida no controle do poder municipal no território de influência político-administrativa.

Trabalhar poder local e a territorialidade do voto em escala local, em especial os meandros da política, é uma tarefa complexa para identificar as relações estabelecidas no território político onde acontece o jogo pelo poder. No entanto, a nossa análise a partir da dimensão social do homem, os aspectos metodológicos para compreensão dos fenômenos políticos no território e o encontro da geografia com a política, nos permitiu aprofundar a compreensão do jogo do poder local.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir para o aprimoramento de futuras pesquisas versando sobre poder local e territorialidade do voto em escala local no âmbito da Geografia Política. Os fenômenos políticos produzidos no uso do território são manifestações das relações de poder, estabelecidas na competição eleitoral com vista a ocupar os espaços do poder e de tomadas de decisões.

O presente estudo geográfico do exercício do poder e a territorialidade voto foram centrados na Geografia Política. Daí, o território coincide com o município e os fenômenos políticos se manifestam na arena da competição eleitoral. Portanto, este estudo não se fundamenta no poder do Estado bem como da sua espacialidade e territorialidade.

A abordagem é realizada a partir do poder local, as formas e os fenômenos do poder que se manifestam no território mediante o processo político eleitoral em escala local. Portanto, privilegamos o vivido em detrimento do concebido. Nesse limiar, a Geografia Política vista até a década de 1970 como “geografia do estado”, não privilegia o estudo sobre as relações estabelecidas a partir do exercício do poder e os fenômenos por ele produzidos no território político.

Desta maneira, faz-se necessária a inserção de novas problemáticas perceptíveis que tornem a fundamentação analítica ainda mais consistente e abrangente. Significar dizer, que se deve aprofundar às observações das relações de poder no uso território.

Por sua vez, faz-se necessário destacar os outros tipos de poder (legal, tradicional, carismático etc.) manifestados no território político independente da escala, não sendo necessário considerar o antagonismo de forças entre dominantes e dominados, mas sim, as relações estabelecidas no jogo do poder que alterna ou faz permanecer os personagens nos espaços do poder de decisão.

Desse modo, se faz necessário considerar a capacidade de transformação do espaço social por uma ação principal do ser humano. Para isso ocorrer, é preciso observar os elementos dinâmicos dos quais resulta a ação no território político e das estratégias utilizadas pelo poder político para organizar o espaço, e com isso, obter resultados políticos mediante o voto.

A territorialidade do voto se configura nas articulações da agenda política da reforma urbana proposta pelos candidatos aos eleitores de Porto Velho. Nesse caso, a organização dos territórios para moldar a vida cotidiana dos cidadãos se faz presente nos discursos dos candidatos com o intuito de conquistar o voto do eleitor.

Em Porto Velho, a política era, sobretudo, vista como uma atividade restrita às elites locais em torno dos partidos mais tradicionais e com maior expressão nacional. Por sua vez, o jogo de poder era realizado em gabinetes, corredores, jantares políticos, em acordos entre grupos privados, quando não, na sede das empresas.

Mas esse cenário mudou, no curso dos últimos tempos, a partir da redemocratização do país, a sociedade de Porto Velho procurou aprimorar seu processo democrático. Desse modo, o cidadão começou a dar a devida importância à participação social nas decisões e ações políticas, deixando este de ser mero espectador do jogo político para se tornar participante ativo.

A territorialidade do voto pode ser compreendida com sendo o momento em que cada eleitor é chamado a exercer a cidadania pelo voto. É o momento do exercício do poder, com liberdade e consciência. Afinal, entendemos o voto como direito: é direito humano fundamental, é poder, é exercício de cidadania.

Sendo o voto a principal ferramenta da democracia, chegamos a conclusão após análise dos resultados das urnas das eleições municipais de 2008 e 2012 em Porto Velho, que o conservadorismo político do eleitor prevalece nas zonas eleitorais localizada no sentido oeste, norte e sul da cidade. Entretanto, o eleitor do voto “progressista”, se faz presente na zona leste da referida capital.

Assim, do ponto de vista crítico da Geografia Política, esperamos que no território considerado, as questões importantes e atualizadas sobre poder local e territorialidade do voto, possam contribuir para o universo acadêmico, para a sociedade civil constituída e por fim, para o aperfeiçoamento do processo eleitoral e aprimoramento da nossa democracia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do eleitor: estratégias de campanha, pesquisa e vitória eleitoral.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

ALVES, J. E. D. A.; PINTO, C. R. J; JORDÃO, F. (org.) **Mulheres nas eleições 2010.** São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARENDDT, H. **A promessa da política.** Org. e Introd. Jerome Kohn; Trad. Pedro Jorgensem Júnior. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

ARISTÓTELES. **Política.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

BECKER, B. K.; EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise.** Trad. João Ferreira; Rev. Técnica Gilson César Cardoso. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Política.** Trad. Carmem, C.; Varialeet al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço.** Trad. Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CANDIOTTO, C.; BASTOS, C. L.; CANDIOTTO, K. B. B. **Fundamentos da pesquisa científica:** teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASSIRER, E. **O mito do Estado.** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.

CASTRO, I. E. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e poder**. São Paulo: Hucitec: Editora Universidade de São Paulo, 1992.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

DINIZ FILHO, L. L. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Ibpx, 2009.

DOWBOR, L. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão, 2012.

FERNANDES, A. T. Poder local e democracia. **Revista da Faculdade de Letras, Sociologia**, Porto, série I, v. 2, p. 29-59, 1992.

FERREIRA NETO, E. L. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.

FALEIROS, V. P. **O que é política social?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e fronteiras – (re) arranjos e perspectivas**. FRAGA, N. C. (org.). Florianópolis: Insular, 2011.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org., Introd. E Rev. Técnica Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Trad. Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. v. 01. São Paulo: Ática, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Ideologias políticas:** do feminismo ao multiculturalismo. Trad. Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. v. 02. São Paulo: Ática, 2010b.

HISSA, C. E. V. **Mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOBBSBAM, E. J. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita, Rev. Técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LASSWELL, H. **A Linguagem Política.** v. 4. Brasília: UNB, 1979.

LAVAREDA, A. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** Trad. e Notas Leda Beck. v. 2. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso:** ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEYER, R. G. Lo local en la teoría y en la política. **Polis**, Santiago, v. 8, n. 22, p. 67-80, 2009.

MILL, S. **O governo representativo.**v. 56. São Paulo: Escala, 2006.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MONTIEL, J. C. S. Ciudadanía, participación política y nueva representación: San Luis Potosí 1812-1824. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, México, n. 41, p. 5-28, ene.-jun. 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ-VELÁZQUEZ, B. R. Espacio y política en el desarrollo territorial. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. XI, n. 37, p. 553-573, 2011.

RATZEL, F. "O povo e o seu território". In: MORAES, A. C. R. (org.); FERNANDES, F. (coord.). RATZEL. São Paulo: Ática, 1990. p. 73 - 82.

REGO, J. L. do. **Fogo Morto.** 26. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

ROUSSEAU, J-J. **O contrato social**. Trad. Antonio de P. Machado. Rio de Janeiro: Edições e Publicações Brasil, 1968.

SADER, E. (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro:Record, 2011.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Trad. Sandra Lencioni. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo:Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço e Tempo:globalização e meio técnico-científico informacional**. 5.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, M. Poder local, ideologia e representações sociais. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-51, maio-ago. 2014.

SILVA, M. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. São Paulo:2005b, 96f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual Paulista.

SOBREIRA NETO, A. A. **Direito Eleitoral: teoria e prática**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SOUSA, J. P. G. de; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. de. **Dicionário Político**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

THÉRY, H. **Rondônia: mutações de um território federal a Amazônia Brasileira**. 1.ed. Curitiba: SK Editora, 2012.

VESENTINI, J. W. **Ensaio de geografia crítica: história, epistemologia e (geo) política**. São Paulo: Plêide, 2009.

WEBER, M. **Ciência e política**. São Paulo: Cultrix, 1970.

\_\_\_\_\_. **Três tipos de poder e outros escritos.** Trad. Artur Ferreira Pires Morão. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

ZANFOLIN, D. E. **Geografia eleitoral:** reforma política e uso do território brasileiro. São Paulo:2006, 96f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

### **Sítios Eletrônicos:**

Coleção de negativos de Dana B. Merrill sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - Oficina ferroviária de Porto Velho, disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Dana-Merrill-Museu-USP-foto133.shtml>, acessado em 05/07/2015 as 08:50h.

**Coronelismo**, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Coronelismo>, acessado em 23/10/2015 as 11:50h.

**Criação e funcionamento de partidos políticos à luz da Constituição Federal de 1988**, disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/criacao-e-funcionamento-de-partidos-politicos-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>, acessado em 10/07/2015 às 10:30h.

ALEX, A; **Mariana Carvalho pode ser a “zebra” das eleições.** Painel Político. Porto Velho, 22 junho de 2012 disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticia/painel-politico-mariana-carvalho-pode-ser-a-zebra-das-eleicoes-por-alan-alex/89319> Acesso em: 05 de agosto de 2015.

ESPERANÇA, C; **Fenômeno Roberto Sobrinho inspira políticos desconhecidos.** Gente de Opinião. Porto Velho, 25 abril de 2012 disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=95221> Acesso em: 23 de maio de 2015.

QUEIROZ, P. **Política em Três Tempos - Amazônia vive uma grande pressão.** Gente de Opinião. Porto Velho, 23 novembro de 2008 disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=95221> Acesso em: 28 de julho de 2015.

QUEIROZ, P. **Política em Três Tempos - Vice de Sobrinho.** Gente de Opinião. Porto Velho, 18 maio de 2008 disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=95221> Acesso em: 31 de julho de 2015.

Dados da pesquisa IBOPE em primeiro turno das eleições municipais 2012. Porto Velho, 05 de outubro de 2012 disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2012/noticia/2012/10/garcon-tem-33-dos-votos-validos-em-porto-velho-diz-ibope.html> Acesso em: 26 de agosto de 2015.

Dados revelados em formato de notícia no sítio eletrônico do TSE em 25 de abril de 2014 em relação ao quantitativo de eleitores brasileiros filiados a partidos políticos no Brasil, 2014, disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Abril/brasil-tem-15-3-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos>, acessado em 12/05/2015 as 10:50h.

Dados Estatísticos eleitorais de 2014 - Quantitativo/Eleitorado fornecido pelo sítio eletrônico do TSE, disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-eleitorado>, acessado em 12/05/2015 as 10:50h.

Dados Gerais do município de Porto Velho, Rondônia - Quantitativo/Qualitativo fornecido pelo sítio eletrônico do IBGE, disponível em: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br), acessado em 12/05/2015 as 10:50h.

### **Legislação eleitoral brasileira**

BRASIL. Lei nº 9.504/1997. Biblioteca Jurídica, São Paulo, Editora: online, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.096/1995. Biblioteca Jurídica, São Paulo, Editora: online, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.034/2009. Biblioteca Jurídica, São Paulo, Editora: online, 2015.

BRASIL. Lei nº 4.737/1965. Biblioteca Jurídica, São Paulo, Editora: online, 2015.

BRASIL, Resolução TSE: 23.089/2009. Brasília, 1 de julho de 2009. Publicada no DJe de 7.8.2009. Republicada no DJe de 27.8.2009 por incorreção de data: onde constava agosto de 2008, corrigido para agosto de 2010.

BRASIL. Lei nº 12.034/2009. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/leis-ordinarias/lei-nb0-12.034-de-29de-setembro-de-2009>, acessado em 26/08/2015 às 10:30h.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### Partidos políticos registrados no TSE.

001	Sigla	Nome	Deferimento do Registro	Número
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30/06/1981	15
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	03/11/1981	14
3	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10/11/1981	12
4	PT	Partido dos Trabalhadores	11/02/1982	13
5	DEM	Democratas	11/09/1986	25
6	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23/06/1988	65
7	PSB	Partido Socialista Brasileiro	01/07/1988	40
8	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24/08/1989	45
9	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22/02/1990	36
10	PSC	Partido Social Cristão	29/03/1990	20
11	PMN	Partido Da Mobilização Nacional	25/10/1990	33
12	PRP	Partido Republicano Progressista	29/10/1991	44
13	PPS	Partido Popular Socialista	19/03/1992	23
14	PV	Partido Verde	30/09/1993	43
15	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	11/10/1994	70
16	PP	Partido Progressista	16/11/1995	11
17	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19/12/1995	16
18	PCB*	Partido Comunista Brasileiro	09/05/1996	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18/02/1997	28
20	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20/03/1997	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	05/08/1997	27
22	PCO	Partido da Causa Operária	30/09/1997	29
23	PTN	Partido Trabalhista Nacional	02/10/1997	19
24	PSL	Partido Social Liberal	02/06/1998	17
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25/08/2005	10
26	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15/09/2005	50
27	PR	Partido da República	19/12/2006	22
28	PSD	Partido Social Democrático	27/09/2011	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	04/10/2011	54
30	PEN	Partido Ecológico Nacional	19/06/2012	51
31	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	24/09/2013	90
32	SD	Solidariedade	24/09/2013	77
33	NOVO	Partido Novo	15/09/2015	30
34	REDE	Rede Sustentabilidade	22/09/2015	18
35	PMB	Partido da Mulher Brasileiro	29/09/2015	35

(\*) Nos termos do § 1º do art. 58 do estatuto do PCB, para fins jurídicos e institucionais, os cargos de Secretário Geral do Comitê Central e de Secretário Político dos Comitês Regionais e Municipais equiparam-se ao de Presidente do Comitê respectivo.

Fonte: Quadro elaborado com base nos dados obtidos no sítio eletrônico do TSE.

## **ANEXO B**

RESOLUÇÃO Nº 23.364  
INSTRUÇÃO Nº 1161-56.2011.6.00.0000 – CLASSE 19 –  
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relator: Ministro Arnaldo Versiani  
Interessado: Tribunal Superior Eleitoral

Dispõe sobre pesquisas eleitorais para as eleições de 2012.

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2012, as entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar no Juízo Eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos, com no mínimo 5 dias de antecedência da divulgação, as seguintes informações:

I – quem contratou a pesquisa;

II – valor e origem dos recursos despendidos no trabalho;

III – metodologia e período de realização da pesquisa;

IV – plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico do entrevistado e área física de realização do trabalho, intervalo de confiança e margem de erro;

V – sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI – questionário completo aplicado ou a ser aplicado;

VII – nome de quem pagou pela realização do trabalho;

VIII – contrato social, estatuto social ou inscrição como empresário, que comprove o regular registro da empresa, com a qualificação completa dos responsáveis legais, razão social ou denominação, número de inscrição no CNPJ, endereço, número de fac-símile em que receberão notificações e comunicados da Justiça Eleitoral;

IX – nome do estatístico responsável pela pesquisa e o número de seu registro no competente Conselho Regional de Estatística (Decreto nº 62.497/68, art. 11);

X – número do registro da empresa responsável pela pesquisa no Conselho Regional de Estatística, caso o tenha;

XI – indicação do Município abrangido pela pesquisa.

§ 1º Na hipótese de a pesquisa abranger mais de um Município, os registros deverão ser individualizados por Município.

§ 2º O registro de pesquisa será realizado via internet e todas as informações de que trata este artigo deverão ser digitadas no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais, disponível nos sítios dos Tribunais Eleitorais, à exceção do questionário de que trata o inciso VI, o qual deverá ser anexado no formato PDF (Portable Document Format).

§ 3º A Justiça Eleitoral não se responsabiliza por nenhum erro de digitação, de geração, de conteúdo ou de leitura dos arquivos anexados no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais.

§ 4º O registro de pesquisa poderá ser realizado a qualquer tempo, independentemente do horário de funcionamento do Cartório Eleitoral.

§ 5º A contagem do prazo de que cuida o caput se fará excluindo o dia de começo e incluindo o do vencimento.

§ 6º Até 24 horas contadas da divulgação do respectivo resultado, o registro da pesquisa será complementado com os dados relativos aos Municípios e bairros abrangidos pela pesquisa; na ausência de delimitação do bairro, será identificada a área em que foi realizada a pesquisa.

§ 7º O cadastramento eletrônico da documentação a que se refere o inciso VIII deste artigo no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais dispensa a sua apresentação a cada pedido de registro de pesquisa, sendo, entretanto, obrigatória a informação de qualquer alteração superveniente.

§ 8º As entidades e empresas deverão informar, no ato do registro, o valor de mercado das pesquisas que realizarão por iniciativa própria.

Art. 2º Não estão sujeitas a registro as enquetes ou sondagens.

§ 1º Na divulgação dos resultados de enquetes ou sondagens, deverá ser informado que não se trata de pesquisa eleitoral, prevista no art. 33 da Lei nº 9.504/97, e sim de mero levantamento de opiniões, sem controle de amostra, o qual não utiliza método científico para a sua realização, dependendo, apenas, da participação espontânea do interessado.

§ 2º A divulgação de resultados de enquetes ou sondagens sem os esclarecimentos previstos no parágrafo anterior constitui divulgação de pesquisa eleitoral sem registro e autoriza a aplicação das sanções previstas nesta resolução.

Art. 3º A partir de 5 de julho de 2012, o nome de todos aqueles que tenham solicitado registro de candidatura deverá constar das pesquisas realizadas mediante apresentação da relação de candidatos ao entrevistado.

## CAPÍTULO II

### DO REGISTRO DAS PESQUISAS ELEITORAIS

#### Seção I

##### Do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais

Art. 4º Para o registro de pesquisa, é obrigatória a utilização do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais, disponível nos sítios dos Tribunais Eleitorais.

Art. 5º Para a utilização do sistema, as entidades e empresas deverão cadastrar-se uma única vez perante a Justiça Eleitoral, por meio eletrônico, mediante o fornecimento das seguintes informações e documento eletrônico:

- a) nome de pelo menos 1 e no máximo 3 dos responsáveis legais;
- b) razão social ou denominação;
- c) número de inscrição no CNPJ;
- d) endereço e número de fac-símile em que poderão receber notificações;
- e) arquivo, no formato PDF, com a íntegra do contrato social, estatuto social ou inscrição como empresário, que comprove o regular registro.

§ 1º Não será permitido mais de um cadastro por número de inscrição no CNPJ.

§ 2º É de inteira responsabilidade da empresa ou entidade a manutenção de dados atualizados perante a Justiça Eleitoral e a legibilidade do arquivo eletrônico previsto neste artigo.

Art. 6º O sistema permitirá que as empresas ou entidades responsáveis pela pesquisa façam alterações nos dados do registro previamente à sua efetivação.

Art. 7º Efetivado o registro, será emitido recibo eletrônico que conterá:

- I – resumo das informações;
- II – número de identificação da pesquisa.

Parágrafo único. O número de identificação de que trata o inciso II deste artigo deverá constar da divulgação e da publicação dos resultados da pesquisa.

Art. 8º O Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais permitirá ainda a alteração de dados após a sua efetivação, mas antes de expirado o prazo de 5 dias para a divulgação do resultado da pesquisa.

§ 1º Serão mantidos no sistema a data do registro e os históricos da data do registro e das alterações realizadas.

§ 2º As alterações nos dados do registro da pesquisa implicarão a renovação do prazo de que trata o art. 1º desta resolução, o qual passará a correr da data do registro das alterações.

§ 3º No caso de registro de pesquisa de que trata o § 1º do art. 1º desta resolução, as alterações deverão ser feitas para cada número de identificação gerado.

§ 4º Feitas as alterações, o sistema informará a nova data a partir da qual será permitida a divulgação da pesquisa.

§ 5º Não será permitida alteração no campo correspondente à Unidade da Federação – UF.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, a pesquisa deverá ser cancelada pelo próprio usuário e será necessário gerar novo registro da pesquisa.

Art. 9º Será livre o acesso à pesquisa registrada nos sítios dos Tribunais Eleitorais.

Art. 10. As informações e os dados registrados no sistema ficarão à disposição de qualquer interessado, pelo prazo de 30 dias, nos sítios dos Tribunais Eleitorais (Lei nº 9.504/97, art. 33, § 2º).

## Seção II

### Da Divulgação dos Resultados

Art. 11. Na divulgação dos resultados de pesquisas, atuais ou não, serão obrigatoriamente informados:

I – o período de realização da coleta de dados;

II – a margem de erro;

III – o número de entrevistas;

IV – o nome da entidade ou empresa que a realizou e, se for o caso, de quem a contratou;

V – o número de registro da pesquisa.

Art. 12. As pesquisas realizadas em data anterior ao dia das eleições poderão ser divulgadas a qualquer momento, inclusive no dia das eleições, desde que respeitado o prazo de 5 dias para o registro.

Art. 13. A divulgação de levantamento de intenção de voto efetivado no dia das eleições somente se fará após encerrado o escrutínio na respectiva Unidade da Federação.

Art. 14. Mediante requerimento ao Juiz Eleitoral, os partidos políticos poderão ter acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades e das empresas que divulgaram pesquisas de opinião relativas aos candidatos e às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos entrevistados (Lei nº 9.504/97, art. 34, § 1º).

§ 1º Além dos dados de que trata o caput, poderá o interessado ter acesso ao relatório entregue ao solicitante da pesquisa e ao modelo do questionário aplicado para facilitar a conferência das informações divulgadas.

§ 2º A solicitação de que trata o caput deverá ser instruída com cópia da pesquisa disponível no sítio do respectivo Tribunal Eleitoral.

Art. 15. Na divulgação de pesquisas no horário eleitoral gratuito, devem ser informados, com clareza, o período de sua realização e a margem de erro, não sendo obrigatória a menção aos concorrentes, desde que o modo de apresentação dos resultados não induza o eleitor em erro quanto ao desempenho do candidato em relação aos demais.

### Seção III

#### Das Impugnações

Art. 16. O Ministério Público Eleitoral, os candidatos e os partidos políticos ou coligações estão legitimados para impugnar o registro e/ou a divulgação de pesquisas eleitorais perante o Juiz Eleitoral competente, quando não atendidas as exigências contidas nesta resolução e no art. 33 da Lei nº 9.504/97.

Art. 17. Havendo impugnação, ela será autuada na classe Representação e o Cartório Eleitoral providenciará a notificação imediata do representado, por fac-símile ou no endereço informado pela empresa ou entidade no seu cadastro, para apresentar defesa em 48 horas (Lei nº 9.504/97, art. 96, caput e § 5º).

§ 1º A petição inicial deverá ser instruída, sob pena de indeferimento, com cópia integral do registro da pesquisa disponível no sítio do respectivo Tribunal Eleitoral.

§ 2º Considerando a relevância do direito invocado e a possibilidade de prejuízo de difícil reparação, o Juiz Eleitoral poderá determinar a suspensão da divulgação dos resultados da pesquisa impugnada ou a inclusão de esclarecimento na divulgação de seus resultados.

### CAPÍTULO III

## DA PENALIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 18. A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações constantes do art. 1º desta resolução sujeita os responsáveis à multa no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais) (Lei nº 9.504/97, art. 33, § 3º).

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 19. A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de 6 meses a 1 ano e multa no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais) (Lei nº 9.504/97, art. 33, § 4º).

Art. 20. O não cumprimento do disposto no art. 14 desta resolução ou qualquer ato que vise a retardar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora dos partidos políticos constitui crime, punível com detenção de 6 meses a 1 ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo prazo, e multa no valor de R\$ 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais) a R\$ 21.282,00 (vinte e um mil duzentos e oitenta e dois reais) (Lei nº 9.504/97, art. 34, § 2º).

Parágrafo único. A comprovação de irregularidade nos dados publicados sujeita os responsáveis às penas mencionadas no caput, sem prejuízo da obrigatoriedade de veiculação dos dados corretos no mesmo espaço, local, horário, página, caracteres e outros elementos de destaque, de acordo com o veículo usado (Lei nº 9.504/97, art. 34, § 3º). Art. 21. Pelos crimes definidos nos arts. 19 e 20 desta resolução, serão responsabilizados penalmente os representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador (Lei nº 9.504/97, art. 35).

Art. 22. O veículo de comunicação social arcará com as consequências da publicação de pesquisa não registrada, mesmo que esteja reproduzindo matéria veiculada em outro órgão de imprensa.

Art. 23. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE

MINISTRO ARNALDO VERSIANI – RELATOR

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

MINISTRO DIAS TOFFOLI

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

MINISTRO GILSON DIPP

MINISTRO MARCELO RIBEIRO

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-tse-no-23364-eleicoes-2012>